



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Estratégias de sobrevivência e de reprodução social: transformações no modo de vida das famílias reassentadas em Mahubo - Boane, Moçambique

Candidata: Nértia Urnília Filipe Boca

Supervisora: Doutora Margarida Paulo

Maputo, Dezembro de 2020

Dissertação submetida ao Departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais na Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social

A Supervisora

O Presidente

O Oponente

Nértia Urnília Filipe Boca

Maputo, Dezembro de 2020

Declaração

Declaro que esta dissertação é fruto de uma pesquisa original. Declaro ainda que o presente trabalho nunca foi apresentado anteriormente, na íntegra ou parcialmente para obtenção de qualquer grau académico.

A candidata

Nértia Urnília Filipe Boca

Maputo, Dezembro de 2020

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha mãe Rosita Adelaide Boca (em memória) pelo incansável contributo na minha educação, ao meu esposo Egas Nhamucho e filhos Láysa Melizha e Egner Louis meus maiores pilares.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelo dom da vida e pelo suporte quando algumas vezes pensei em desistir do mestrado.

Agradecer a todos que contribuíram para a materialização desta dissertação não é tarefa fácil, pois acredito que os agradecimentos sirvam para que as pessoas que participaram da minha vida durante a formação ao nível do mestrado sintam-se reconhecidas, pelos seus gestos e palavras. Embora muitas vezes inconscientes do contributo que deram, uma vez que a maioria não leu e sequer conhece o teor desta dissertação, de algum modo contribuíram para que tal se concretizasse.

Embora a dissertação seja uma actividade individual em função da sua finalidade estou consciente do risco que corro ao mencionar nomes podendo esquecer outros, mesmo assim tenho a agradecer em especial a minha professora e orientadora Doutora Margarida Paulo, pelas leituras sempre atentas e sugestões valiosas com as quais me ajudou a conduzir pacientemente a pesquisa. Pela sua dedicação e pelas lições apreendidas nas aulas do mestrado durante os anos curriculares e acima de tudo pela sua exigência metodológica na escrita da dissertação, lições que tocaram não só a minha vida académica mas também, a pessoal, tornando-me uma pessoa mais meticulosa.

Agradecimentos estendem-se aos docentes do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) pelo conhecimento compartilhado, em particular aos docentes do Mestrado em Antropologia Social (MAS), nomeadamente: Cristiano Matsinhe, Esmeralda Mariano, Sandra Manuel, Carla Braga e Elísio Jossias este último pelos valiosos comentários que contribuíram para enriquecer esta dissertação.

A todos os colegas do MAS com os quais convivi durante a jornada académica tanto pelas contribuições nos momentos de discussão, assim como nos momentos agradáveis de conversa. De maneira especial aos meus colegas da especialidade (Antropologia do Desenvolvimento); o irreverente João Chambisso e o sossegado David Muaga, que muitas vezes mesmo divergindo nas nossas análises conseguimos encontrar um ponto de equilíbrio. De maneira especial agradeço também à Arminda Ubisse pela amizade e paciência que mostrou ao se tornar no meu diário de campo nas madrugadas durante a fase do trabalho de

campo, ao Américo Zandamela e ao Dilman Mutisse pela partilha dos materiais de leitura e discussões em torno de aspectos específicos da antropologia que me auxiliaram na busca de melhores abordagens possíveis para o tratamento dos dados.

Agradecimento super especial vai a Anifa Vilanculos que na fase derradeira das correcções da dissertação ajudou-me a gerir a ansiedade e me “ensinou” aprender sobre como falar “Antropologia”.

Sou profundamente grata aos meus informantes que gentilmente aceitaram partilhar suas experiências mesmo tendo a possibilidade de não o fazer. A Senhora Dulce e seu filho Daniel que gentil e calorosamente me acolheram e durante todo o trabalho de campo contribuíram para que pudesse atingir os meus objectivos. Aos reassentados de Mahubo pela tolerância em ver o seu espaço invadido por alguém estranho ao grupo e sobretudo pela disponibilidade sempre manifestada dando vida, cor e substância para a pesquisa.

Da mesma forma gostaria de agradecer as minhas irmãs Elisabete, Leonor, Nilza e Belarmina pela amizade, pelo apoio dado nas inúmeras vezes que não pude ficar com os meus filhos durante a jornada académica. Ao meu pai Filipe Boca, meus sogros Jeremias e Albertina, irmãos, cunhada (o)s e sobrinhos que inúmeras vezes sentiram pela minha ausência nos convívios familiares e mesmo assim estiveram comigo sempre que precisei.

À Angélica Matola e família pela amizade e disponibilidade sempre demonstrada quando precisei e pelo incentivo para ingressar no mestrado.

E porque os últimos são os primeiros, ao Egas (meu equilíbrio) pelo suporte incondicional sobre a importância do mestrado para mim e por compreender minhas queixas, meus momentos de angústias. Por cuidar dos nossos filhos, da nossa relação e por suportar pacientemente as minhas ausências e silêncios durante a jornada académica particularmente a escrita da dissertação.

Finalmente, a todos e todas que directa e/ou indirectamente contribuíram para o sucesso de minha formação.

Resumo

Nesta dissertação analisa-se o modo como as famílias se organizaram para enfrentar a experiência de deslocamento forçado dos bairros Malanga e Luís Cabral na cidade de Maputo para Mahubo, distrito de Boane, na Província de Maputo.

Os deslocamentos decorrem no âmbito do projecto de construção da ponte Maputo-Catembe, sobre a baía de Maputo entre 2012 e 2016. Recorrendo ao modelo analítico da Socioantropologia do Desenvolvimento (Sardan 2001, 1995; Bierschenk 2008, 1988), o reassentamento foi analisado como um campo de conflitos e possibilidades sobre o qual emergem práticas e estratégias resultantes das experiências e saberes das pessoas reassentadas.

Assim, o objecto do presente estudo incidiu sobre as transformações ocorridas no modo de vida das pessoas e respectivas famílias diante das mudanças em curso e as estratégias que elas accionaram para garantir a sua sobrevivência e reprodução social. Os dados apresentados são fruto duma pesquisa etnográfica realizada entre Julho e Outubro de 2019, através dos quais foi possível analisar as mudanças experienciadas pelas famílias deslocadas e reassentadas em Mahubo.

O estudo permitiu mostrar que as famílias reassentadas em Mahubo, confrontadas com uma nova realidade reinventaram formas de agir e viver baseadas nas redes de apoio e reciprocidade pré-existentes e outras construídas nas interações quotidianas, que as permitem sobreviver e reproduzir-se socialmente.

Palavras-chaves: Reassentamento, desenvolvimento, transformação, família, redes de apoio e estratégias de sobrevivência e de reprodução social

Abstract

In this dissertation, we analyzed the way in which families organized themselves to face the experience of forced displacement in two neighborhoods in the city of Maputo to Mahubo, district of Boane, in Maputo Province. The displacements took place within the scope of the construction of the Maputo-Catembe bridge project, over the Maputo bay between 2012 and 2016. Using the Socioanthropology of Development model (Sardan 2001, 1995; Bierschenk 2008, 1988), we analyzed the resettlements as a field of conflicts and possibilities on which practices and strategies emerge resulting from the experiences and knowledge of resettled people.

So, the object of the present study became changes in the way of life of people and their families in the face of the changes underway and the strategies they used to guarantee their survival and social reproduction. The research focused on the narratives of displaced people and the moments of interaction in the places of observation.

The study showed that people resettled in Mahubo, although faced with an adverse reality, have reinvented ways of acting and living based on pre-existing support and reciprocity networks and others built on daily interactions and that allow them to survive and reproduce socially.

Keywords: Resettlement, development, family, transformation, support networks and Social reproduction strategies

Lista de abreviaturas

AVC – Acidente Vascular Cerebral

BM – Banco Mundial

CTV – Centro Terra Viva

DAA – Departamento de Arqueologia e Antropologia

DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento de Terra

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FLCS – Faculdade de Letras e Ciências Sociais

IFC – International Finance Corporation

HCM – Hospital Central de Maputo

INE – Instituto Nacional de Estatística

MAS – Mestrado em Antropologia Social

OMR – Observatório do Meio Rural

OP – Política Operacional

PA's – Pessoas Afectadas

PAR – Plano de Acção de Reassentamento

PCA – Presidente do Conselho de Administração

PD's – Pessoas Deslocadas

SMO – Serviço Militar Obrigatório

SNE – Sistema Nacional de Educação

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

ÍNDICE

DECLARAÇÃO	I
DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	V
ABSTRACT	VI
LISTA DE ABREVIATURAS	VII
CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Enquadramento teórico	3
1.2. Principais conceitos	5
CAPÍTULO 2. METODOLOGIA	11
2.1. O local e o contexto da pesquisa	12
2.2. Os caminhos do trabalho de campo	14
2.3. Recolha de dados	20
2.4. Análise e interpretação dos dados	21
CAPÍTULO 3. DINÂMICAS DOS REASSENTAMENTOS RESULTANTES DE PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO	22
3.1. Contexto dos reassentamentos em Moçambique	28
3.2. Quadro legal dos reassentamentos em Moçambique	31
CAPÍTULO 4. TRAJECTÓRIAS, MEMÓRIAS E FORMAS DE RESISTÊNCIA EM PROCESSO DE DESLOCAMENTO	32
4.1. Trajectórias das famílias reassentadas	32
4.2. Da Malanga para Mabubo	36
4.2. Formas de resistir aos reassentamentos	39
4.3. Chegada e ocupação dos espaços em Mahubo	43
CAPÍTULO 5. LAÇOS (DES) FEITOS E NOVAS FORMAS DE VIVER	48
5.1. Papel do Estado na integração dos reassentados	48
5.2. Família e vizinhança como bases na construção de redes de apoio	53
5.3. Liderança e organização social das famílias reassentadas	56
5.4. Lugares de circulação e de pertença no quotidiano dos reassentados	61
5.5. (Re) construção de rotinas e novos modos de fazer dos reassentados	63

CAPÍTULO 6. PRODUÇÃO DA RENDA FAMILIAR E NOVAS REDES DE SUPORTE	67
6.1. Redes de suporte como estratégias de sobrevivência	67
6.2. As relações dos reassentados com o entorno e com a cidade	70
6.3. Estratégias de suporte e geração de renda nas unidades domésticas	72
CAPÍTULO 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
APÊNDICES	91

Capítulo 1. Introdução

O deslocamento de populações por consequência da construção de empreendimentos públicos e privados tem vindo a ganhar espaço em todo o mundo, em nome do almejado desenvolvimento. Em contrapartida, a materialização desses projectos necessita muitas vezes de vastas áreas de terra ou de outros bens que são propriedade de particulares (Banco Mundial 2004).

Em 2012 o governo de Moçambique, através da recém-criada Empresa de Desenvolvimento de Maputo-Sul, anunciava a construção da ponte Maputo-Catembe, um empreendimento cuja materialização implicou o deslocamento forçado de famílias residentes nos bairros Malanga, Luís Cabral e Gwachene na cidade de Maputo, num total de 899 famílias (cf. Ozawa 2018). Estas famílias foram informadas que seriam removidas para outras áreas seguras do distrito Municipal da Catembe (cidade de Maputo), Tenga (distrito de Moamba) e Mahubo (distrito de Boane), as duas últimas localizadas na Província de Maputo. O processo de reassentamento teve seu início em Outubro de 2016 abrangendo inicialmente por razões logísticas, as famílias que iriam para Tenga (364) e Catembe (341) e por fim Mahubo (194) em dezembro do mesmo ano (idem).

A construção da ponte e o respectivo deslocamento da população foram justificados pelas instituições governamentais envolvidas com recurso ao discurso e ideologia do desenvolvimento. Por exemplo, a ideia segundo a qual a ponte e a construção da estrada até à Ponta do Ouro iriam estimular o desenvolvimento económico da margem Sul de Maputo e duplicar a população do distrito municipal da Katembe (Kiambo, 2017).

Em Moçambique experiências como a descrita acima tendem a ser verificadas de forma recorrente em regiões de exploração mineira e em contextos de construção de infraestruturas. Alguns estudos realizados sobre os impactos dos reassentamentos revelam vários tipos de constrangimentos sociais e abuso dos direitos humanos que afectam as populações deslocadas (cf. Mosca e Selemane 2011), assim como insatisfações provocadas por compensações consideradas injustas no processo (Selemane 2015, José e Manuel 2016; Ozawa 2018).

Noutra vertente, Kiambo (2017) mostrou através dum estudo com enfoque no papel da mulher e seu envolvimento na tomada de decisões em locais de reassentamento, que o processo de deslocamento e as expectativas geradas em torno da vida no local de chegada enfatizaram as desigualdades de género¹, tanto na disparidade na alocação dos benefícios, quanto pela imposição desproporcional de custos sociais sobre o género.

Os aspectos que mais se destacam nesta dimensão referem-se aos meios de vida que passaram a ser de maior acesso para os homens, que passaram a se deslocar com mais facilidade para o centro da cidade de Maputo, deixando as mulheres no seu papel de cuidadoras das crianças. Neste caso, notou-se que as mulheres foram as mais prejudicadas com o processo de reassentamento, dada a vulnerabilidade em lidar com a notícia preparatória da saída, as inseguranças em relação as crianças principalmente sobre a gestão da família noutra local (Kiambo 2017).

Os factos descritos vêm reforçar a ideia segundo a qual os deslocamentos forçados assumem característica de “drama social” por afectarem directamente os projectos individuais e familiares e conseqüentemente a reprodução social das famílias deslocadas (Reis 2001; Bartolomé 2001; Mburrugu 1994).

Todavia, estes estudos embora mencionem os impactos dos projectos de desenvolvimento dão pouco enfoque às condições socioeconómicas impostas às pessoas e respectivas famílias em processos de reassentamento e muito pouco questionam o discurso do “desenvolvimento” que acompanha as opções de investimento e do processo coercivo de retirada das pessoas dos seus locais de residência.

Deste modo, o interesse da pesquisa etnográfica foi marcado pela busca das experiências de indivíduos em contexto de reassentamento e das práticas quotidianas de sobrevivência e reprodução social nesses locais. Importa referir que o reassentamento não é em si o objecto desta pesquisa, mas sim, as diferentes estratégias que orientam as experiências dos indivíduos reassentados no seu processo de reprodução social.

¹ Género – conjunto de qualidades e comportamentos esperados dos homens e das mulheres pela sociedade (PNUD 2017 apud Groverman e Gurung 2001). Neste caso a perspectiva do género é referenciada a partir da desigualdade dos benefícios em termos de acções, políticas e planos desenhados para homens e mulheres assim como suas implicações.

Portanto, a análise a partir das práticas ou estratégias que os indivíduos em contexto de deslocamento accionam para garantir a sua sobrevivência e reprodução social justificou-se pertinente, dado que pode contribuir para o debate ao nível da antropologia do desenvolvimento sobre as lógicas por trás da reacção das pessoas deslocadas no contexto dos projectos de desenvolvimento. Por outro lado, pode contribuir para compreender as influências que os deslocamentos causam nos modos de vida e organização das pessoas, e também entender como as pessoas reassentadas estabelecem formas de vida com base no que conseguem criar e naquilo que o Estado e outras organizações oferecem.

Para o efeito foi feita uma pesquisa etnográfica em torno das famílias reassentadas em Mahubo (distrito de Boane), com o objectivo principal de analisar as transformações ocorridas nos seus modos de vida, tendo como foco as estratégias de reprodução social na zona de reassentamento.

Para o alcance do objectivo da pesquisa foram elaborados os seguintes objectivos específicos:

- a) Identificar as famílias e descrever as suas trajectórias a partir do local de saída até chegarem ao local de reassentamento;
- b) Explorar as diferentes práticas quotidianas que reforçam as relações sociais;
- c) Descrever a influência das redes de apoio e de solidariedade no modo de vida das famílias enquanto estratégias de reprodução social;
- d) Identificar os papéis dos homens e mulheres nas actividades familiares;
- e) Apontar as actividades desenvolvidas pelas famílias como estratégias de sobrevivência.

1.1. Enquadramento teórico

Na Antropologia social o estudo do reassentamento como consequência de projectos de desenvolvimento está relacionado a antropologia do desenvolvimento no contexto dos debates teóricos sobre o desenvolvimento, seu discurso e práticas trazidas por vários estudiosos (cf. Lewis 2005; Gow 2002; Escobar 1995). Para entender o desenvolvimento dentro do campo de actuação da antropologia é preciso desconstruir e problematizar o conceito de desenvolvimento, reexaminar os termos associados a si e vê-lo como parte duma realidade dinâmica, com história, princípios e intervenientes dentro dum contexto da realidade social (cf. Cornwall 2010; Lewis 2005; Escobar 1997).

Esta desconstrução permite aos antropólogos concentrar seus esforços em acções contra-hegemónicas e a abandonarem todo um discurso etnocêntrico e de opressão que o desenvolvimento carrega (cf. Gow 2002: 305-306).

Esta dissertação seguiu uma linha analítica que olha os afectados pelos projectos de desenvolvimento como seres capazes de interferir nas acções e políticas que lhes são direccionadas (cf. Arce e Long 2007; Long 2007, 2001), inspirada na abordagem da Socioantropologia e da mudança social (Sardan 2001;1995; Bierschenk 2008, 1988). Deste modo, seguir esta orientação permitiu explorar as experiências das pessoas sujeitas aos projectos de desenvolvimento para compreender as lógicas por trás dos mecanismos que elas accionam para promover práticas que modificam os seus modos de vida.

Recorreu-se também e, de forma particular, as propostas analíticas inspiradas em Michel Foucault (cf. Li 2007; Escobar 1997; Ferguson 1994) para examinar o desenvolvimento como um catalisador para o surgimento de práticas com efeitos inesperados e por vezes contrárias aos objectivos estabelecidos pelos implementadores dos projectos de desenvolvimento.

Para compreender as transformações ocorridas em torno das estratégias de sobrevivência e reprodução social aproprio-me das ideias de Sahlins (1997), segundo as quais em contexto de mudança, uma determinada sociedade tenderá a ajustar as novidades às lógicas pré-existentes no contexto, o que garante continuidade social mesmo em contextos de mudança. Essa ideia trazida pelo autor permite compreender a existência de continuidade no padrão de actividades geradoras de renda praticadas pelas famílias antes na Malanga, agora em Mahubo.

Assim, foi preciso analisar não só as narrativas que as pessoas fazem das suas experiências e do sentido que atribuem as suas acções e as dos outros, mas também considerar a forma como estão estruturadas as relações sociais e como se articulam as estratégias adaptativas e as redes de sociabilidade no território que ocupa.

Desse modo, considerou-se preliminarmente que o facto das pessoas deslocadas para Mahubo possuírem trajectórias similares, como o facto de terem estado a coabitar no mesmo local seria fundamental para a análise das experiências a partir das relações de afinidade,

vizinhança e, portanto, aceder a diversidade de práticas que regulam as relações sociais entre os reassentados.

1.2. Principais conceitos

Nesta secção são apresentadas algumas reflexões em torno dos conceitos sobre os quais se baseiou a pesquisa, nomeadamente os conceitos de **família, redes de apoio e estratégias de reprodução social**. Trata-se de uma síntese sem pretensões de esgotar a discussão em torno dos conceitos, mas apenas apresentar algumas definições necessárias para prosseguir de forma objectiva e científica na resposta à questão que levou a pesquisa.

Em algumas análises sobre o parentesco a família é vista como unidade constituída por indivíduos ligados por laços de parentesco, e algumas vezes associada também a questão da moradia (cf. Augé 1978; Fox 1986; Woortmann 1995). Outras análises insistem na desconstrução do mito de família nuclear e destacam que a família não é apenas uma unidade residencial, mas também uma unidade económica, jurídica sobretudo moral uma vez que nela os membros se identificam e mantêm envolvimento emocional (Segalen 2000; Burke 2000).

De acordo com Loforte (1996), definir a família a partir do parentesco é partir do princípio que ela serve como função primária a reprodução, por outro lado, definir agregado familiar através da co-residência dos seus membros é, em certos contextos, apreender como uma unidade social algo que não o é necessariamente.

Nas contribuições de Bourdieu e Passeron (2009) está reforçada a ideia de que as dinâmicas da família e estruturas de parentesco imprimem no contexto familiar, os papéis e obrigações que cada sujeito deve exercer, e cabe a família o papel pedagógico de reprodução de valores, crenças e princípios, através dos quais se constituem os indivíduos.

Pelas limitações na definição do conceito de família e parafraseando Lima (1999):

"Família como em tantos outros contextos sociais, é um conceito émico e polissémico (Pina Cabral 1991:113-4 e Bestard 1998: 38-40), pelo que pode ser usado, pelas mesmas pessoas, para definir coisas distintas em circunstâncias diferentes, que nas mesmas situações podem atribuir-lhe significados distintos (Lima 1999: 147) ".

Propomos usar o conceito de família como uma unidade social que compreende todos os elementos que vivem ou não na mesma casa, mas que tem relação com os que vivem na casa e que interferem nos meios produtivos dos mesmos.

Desta forma, a família é limitada em termos práticos pelas obrigações de reciprocidade que um sujeito desenvolve e mantém na relação com os seus parentes (Bourdieu 2001). Essas relações podem ser identificadas através da observação e da descrição que os informantes fazem das suas práticas e das interações que mantêm com outros membros da família que residem noutras casas, no mesmo bairro ou noutras zonas.

O conceito de **redes de apoio** também discutido ao longo da dissertação é expresso na solidariedade e anda fortemente relacionado a reciprocidade em comunidades rurais onde a troca de favores é maior. As redes de apoio que sustentam as práticas costumeiras das famílias reassentadas como empréstimos de utensílios, cuidados e zelo em caso de doença e morte são formas de cooperação reguladas pelos códigos costumeiros da comunidade e pelo princípio da reciprocidade e solidariedade, onde a retribuição, imediata ou futura, não é necessariamente na mesma ordem da prestação, embora seja obrigatória.

Geralmente as redes de apoio existem para servir a propósitos específicos e estar nelas implica um processo de transformação permanente tanto a nível individual como colectivo, e nesse processo, cada membro do colectivo enriquece-se através das múltiplas relações que desenvolve, optimizando as aprendizagens que são socialmente repartidas (Dabas 2001). As redes de apoio podem agregar relações como: família, amigos e vizinhos, relações de trabalho e estudo e relações comunitárias de serviços e religiosas, ou seja, se configuram como a soma de todas as relações que o indivíduo percebe como significativas. Muitas das redes são caracterizadas por relações de vizinhança compreendidas como horizontais e complementares, visto que as hierarquias sociais determinadas pela leitura da realidade global se efectuam no próprio grupo (cf. Dabas 2001). Para o autor as redes de apoio são importantes para consolidar as relações principalmente no que toca as acções de ajuda mútua nos momentos de doença, morte pois é nesses momentos que elas tornam-se indispensáveis.

O valor da solidariedade explícito nas redes de apoio está intimamente ligado ao sentimento de unidade baseado no respeito, no apoio e na partilha de valores comuns. Porém, apesar

desta partilha e desta acção que se espera que seja recíproca, cada indivíduo se assume como independente.

No mesmo diapasão a antropóloga francesa Héritier (2000) defende que as redes de ajuda mútua tornam-se indispensáveis para a reprodução social das famílias, principalmente nas redes familiares amplas, ou em grupos populares onde as pessoas experienciam situações de vulnerabilidade, porque por um lado dão sustentação e sentido a organização colectiva das comunidades, por outro lado, são essenciais para manutenção e reprodução social.

Como refere Tedesco (1999:117), “a solidariedade precisa ser recíproca; há um grau de cobrança que não é explícito, mas que regula o grau de solidariedade e o crédito futuro”. Estas formas de cooperação ou tipos de prestação de serviços, possibilitam a reprodução social das famílias. A ideia de solidariedade ancorada ao princípio de reciprocidade que vai se estabelecendo entre aqueles que habitam um espaço comum, formando laços entre os moradores e outros actores, que tornam possível visibilizar as práticas sociais, é observada em campo e discutida a partir das ideias de Mauss (2003a) sobre o ciclo das dádivas (dar, receber e retribuir).

O outro conceito associado a esta pesquisa são as **estratégias de reprodução social** das famílias enquanto unidade social, e nos termos desta pesquisa estão ligadas as estratégias de sobrevivência como um conjunto de mecanismos empreendidos pelas famílias no seu dia-a-dia com vista à satisfação das suas necessidades.

Alguns autores abordam as estratégias de reprodução social de duas formas: (i) Reprodução cotidiana ou de curto prazo (combinação de trabalho, recursos e conhecimentos com vista ao consumo); e (ii) Reprodução a longo prazo que considera como a unidade familiar se perpetua enquanto tal, contemplando a lógica de parentesco, através da qual se estabelecem estratégias de casamento e herança (cf. Almeida 1986). A lógica por trás das estratégias a curto prazo é do tipo económica que preserva a família através do trabalho e consumo, enquanto a de longo prazo preserva aspectos geracionais.

Embora exista um contraponto sobre a dissociação analítica entre as estratégias a curto prazo e as estratégias que se fundam na reprodução social das famílias a longo prazo (Fortes 1974; Woortman 1995) referem que as acções e opções dos actores e unidades sociais só podem ser

apreendidos após uma análise contextualizada. Ou seja, não basta apenas relacionar as estratégias com a reprodução social numa ordem estabelecida, mas olhá-las também como práticas quotidianas de sobrevivência das famílias.

Para Montali (2000) as estratégias de sobrevivência tem como elemento central e complementar, o rendimento do provedor através da participação do cônjuge e de outros membros da família em actividades de rendimento. A autora argumenta que essa participação tem em vista compensar os rendimentos e ampliar assim o número de membros activos da família.

Desse modo, a família pode se tornar um catalisador nesse processo de agregar as estratégias ao assumir-se como estrutura de base para transformação dos recursos existentes dentro dela por forma a garantir a permanência e a reprodução social da mesma enquanto unidade social, como destacaram os estudos (Montali 2000; Bilac1993; Lopes e Gottschalk 1990) sobre trabalhadores em situação de precariedade. Tal como nos estudos realizados por estes autores, os membros das famílias reassentadas vivem em condições desfavoráveis à sua reprodução devido ao emprego precário com índices de baixos rendimentos, carência de serviços públicos e outros factores. Contudo, em decorrência de uma lógica de solidariedade e de um conjunto de práticas procuram maximizar os recursos à sua disposição com o objectivo de atender da melhor forma possível às necessidades de seus diversos membros.

Bourdieu (2001) refere que as estratégias de sobrevivência comparativamente as de reprodução social são analiticamente diferentes, porém, na vida das famílias são dois elementos indissociáveis. O autor defende a ideia de agregar as estratégias de sobrevivência ao conceito de reprodução social, salientando que deve haver uma conexão entre os processos de produção e de reprodução, e que no seu entender o *habitus* se torna o princípio fundamental das estratégias de reprodução social. Bourdieu (2001) confere as estratégias de reprodução social um papel mais conservador.

No entanto, no contexto de deslocamento as estratégias de reprodução social das famílias ou grupos podem sofrer transformações, uma vez que as mudanças experimentadas pelas populações directamente afectadas pelo deslocamento podem ir desde a perda de identidade, a ruptura das relações sociais até a transformação no modo de vida e nas estratégias de sobrevivência e de reprodução social. Se por um lado existe a possibilidade de rompimento

ou descontinuidade (Human Rights Watch 2013, Sêne 2004) nas estratégias de sobrevivência em resultado das transformações no modo de vida das pessoas deslocadas, existe também, a possibilidade da reprodução fiel ou continuidade das estratégias de sobrevivência accionadas pelos deslocados no contexto de reassentamento (Costa 2011, Costa e Rodrigues 1999, Sahlins 1997).

A Human Rights Watch (2013) mostrou ao analisar as estratégias das famílias deslocadas de Chipanga e Benga para as localidades de Cateme e Mwaladzi no processo de reassentamento resultante da actividade de mineração de carvão na província de Tete, que pessoas deslocadas mudam de estratégias de sobrevivência ao mudar de lugar de residência levando ao rompimento com antigas práticas. O estudo mostrou que as famílias nas zonas de origem praticavam a agricultura e criação de gado, porém, no local de reassentamento as condições não eram favoráveis para que tais actividades fossem reproduzidas. No entanto, não fica claro no estudo se houve rompimento total das práticas antes utilizadas por estas populações nas suas zonas de reassentamento.

Por outro lado, Costa e Rodrigues (1999) em sua análise sobre as estratégias de sobrevivência de famílias em Luanda e Maputo mostraram existir continuidade nas relações sociais, e apontaram as redes de solidariedade tais como as relações de vizinhança, a religião, e a associações como alicerces para as famílias reproduzirem-se socialmente. Os resultados do estudo mostraram que as famílias em Luanda e Maputo assim como em muitos países em desenvolvimento dependem da economia do sector informal (construção de casas, venda de alimentos, lenha, carvão entre outros), e das redes de solidariedade (família e vizinhança) como factores determinantes nas estratégias de reprodução social.

Estrutura da dissertação

Esta dissertação está organizada em sete capítulos. No primeiro capítulo, para além da introdução apresentamos os objectivos da pesquisa, assim como as motivações para a escolha do tema da pesquisa. Discutem-se também as linhas teóricas e conceptuais relacionadas com a problemática e que servem de aporte para discussão ao longo do trabalho.

O segundo capítulo apresenta a metodologia que orientou a pesquisa em particular as diferentes técnicas de recolha dos dados. São descritos os caminhos percorridos e sob os quais o trabalho de campo se realizou.

O terceiro capítulo é dedicado a revisão bibliográfica sobre os referentes teóricos que suportam a análise dos reassentamentos com destaque para as controvérsias sobre os reassentamentos e o papel interventivo do Banco Mundial.

O quarto capítulo é o primeiro dos três que compõem a apresentação dos resultados da pesquisa. Neste capítulo são descritas as particularidades das trajectórias das famílias a partir do local de origem até ao local do reassentamento, a realocação e adaptação aos novos modos de vida com enfoque nas práticas de sociabilidade emergentes.

No quinto capítulo são exploradas as narrativas em torno da organização comunitária, das redes sociais de apoio emergentes e analisa-se também os elementos ligados as relações construídas com o espaço e com a casa.

No sexto capítulo são analisadas as estratégias de sobrevivência accionadas pelas famílias e responsáveis pela reprodução social. São identificadas as diversas actividades produtivas familiares principalmente as práticas económicas para geração da renda familiar.

No sétimo e último capítulo são apresentadas as principais constatações em torno da pesquisa nomeadamente em relação as experiências que marcaram as trajectórias dos reassentados em Mahubo no que toca as transformações ocorridas no seu modo de vida.

Capítulo 2. Metodologia

Neste capítulo descrevo os aspectos metodológicos que marcaram o trabalho de campo e que culminaram com a materialização deste trabalho. Esta dissertação resulta de pesquisa etnográfica realizada entre os meses de Julho e Outubro de 2019 no Bairro Mahubo, localizado no distrito de Boane, província de Maputo, a qual seguiu dois momentos. O primeiro teve lugar entre 03 de Julho e 12 Agosto e foi caracterizado pelo levantamento bibliográfico sobre o projecto da ponte Maputo – Catembe, e uma pesquisa exploratória com recurso a conversas informais com os residentes em Mahubo que resultaram no mapeamento das famílias reassentadas.

Atendendo ao pedido do secretário em virtude da sua ausência do bairro por questões profissionais, o trabalho de campo teve uma paragem de 10 dias tendo retomado a 22 de Agosto e prolongando-se até 30 de Outubro de 2019. A pesquisa foi projectada a seguir um método que possibilitasse a aproximação entre o pesquisador e os interlocutores e que permitisse aplicar os conhecimentos da antropologia para captar percepções e experiências. A ideia foi recorrer a um método que enfatiza estratégias interactivas: observação directa e entrevistas e por via disso que possibilitasse construir um objecto que possa ser confrontado com a realidade empírica e ser sujeito à teoria, de tal forma que tanto o empírico quanto o teórico estejam entre si relacionados; o método etnográfico (cf. Bourdieu 1989).

Conduzido por esta abordagem foi possível através do trabalho de campo observar como as pessoas relacionam-se no dia-a-dia, como interagem e como resolvem alguns conflitos dentro do reassentamento. Observei mulheres nas suas actividades domésticas (a tirar água, a lavar roupa), as crianças a ir à escola, pessoas a vender nas suas bancas e paralelamente ouvi conversas sobre a falta de corrente eléctrica nas noites, da dificuldade em encontrar bancos e hospitais, entre outros aspectos.

A definição do objecto de pesquisa no caso as estratégias de sobrevivência e de reprodução das famílias reassentadas em Mahubo permitiu constatar que as pessoas reassentadas se agrupavam em unidades domésticas heterogéneas, cujos processos dinâmicos integram as estratégias individuais dos seus membros.

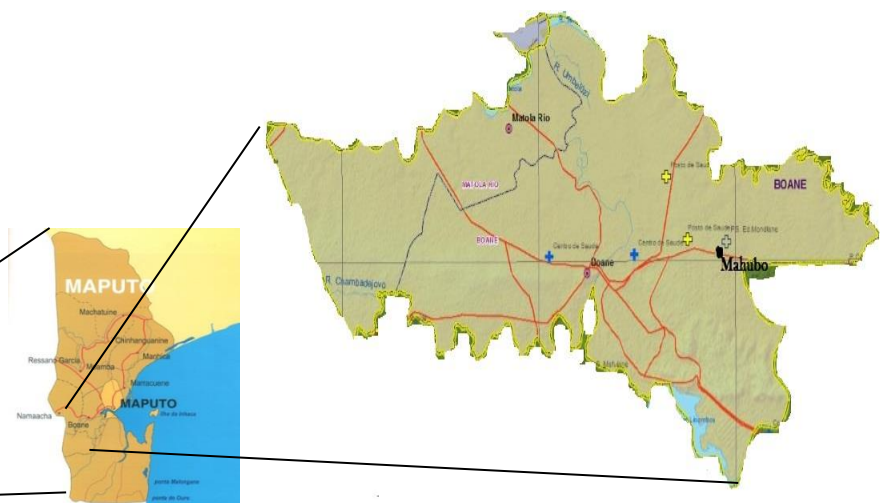
Antes da entrada em campo fiz uma pesquisa exploratória que resultou em contactos com as lideranças locais; o secretário do bairro e dois chefes de quarteirão aos quais expliquei os objectivos da pesquisa e assim estabelecer os primeiros contactos com as famílias reassentadas. Para uma melhor relação com os informantes, durante as entrevistas formais e informais busquei informações de outros possíveis informantes, e apoio do informante para indicar outros informantes (método da bola de neve) que pudessem colaborar com a pesquisa e assim sucessivamente. A medida que se realizavam os primeiros mapeamentos e identificação dos informantes-chaves fortaleciam-se os contactos no sentido de tornar a minha presença no local mais familiar. O resultado disso foi que com o passar do tempo os meus interlocutores começaram a tratar-me “*nwana wa la kaya*” (*filha da casa*), o que significa que deixei momentaneamente de ser “*muyene*” (*visitante*).

Ao longo da pesquisa as narrativas dos informantes levaram a reorientar os objectivos específicos quando algumas questões relacionadas as estratégias de sobrevivência (actividades de rendimento e redes de suporte) que firmavam todo o arcabouço teórico perdiam terreno para aspectos como a habitação e o significado do “viver” em novo espaço. A situação fez compreender que isolar aspectos ligados apenas a questões de sobrevivência limitavam a análise de outros elementos da realidade das famílias, como o social e o simbólico, o que levou a redefinição das prioridades analíticas.

2.1. O local e o contexto da pesquisa



Mapa 1. Enquadramento geográfico do distrito de Boane
Fonte: Fonte: mozdindico.blogspot.com



Mapa 2. Localização do bairro Mahubo no distrito de Boane
Fonte: Adaptado INE (2012)

Mahubo o local desta pesquisa localiza-se ao longo da estrada que liga a Vila de Boane e o distrito da Bela Vista nas imediações da vila Municipal de Boane, numa vasta área habitacional e de machambas. Mahubo é descrito em função dos quilómetros que o separam da vila Municipal de Boane sendo o Km 14, o qual estão reassentadas as famílias em estudo. Mahubo tem como referência urbana próxima a vila de Boane, sede do distrito de Boane elevada a categoria de Município em Maio de 2013.

O distrito de Boane está situado na província de Maputo, fazendo fronteira com os distritos da Moamba (onde se localiza o outro local do reassentamento- Tenga), de Namaacha, Matutuíne e com o município da Matola. Com uma superfície de 820 km², o distrito tem uma população recenseada em 2017 de 213 268 habitantes, subdividida pelos seus dois postos administrativos Boane e Matola-Rio. Cada posto administrativo engloba suas localidades, sendo; (i) Posto Administrativo de Boane (inclui a Vila de Boane, e as localidades de Eduardo Mondlane e Gueguegue); (ii) Posto Administrativo de Matola-Rio (Matola-Rio Sede).

Historicamente o nome do distrito tem sua origem num habitante local de nome Mboene, que os portugueses alteraram para Boane, mas é preciso reforçar que o território do distrito fazia parte da chefatura Matola até finais do Século XIX, ficando depois ligado administrativamente à Matola (Governo² da província de Maputo 2016). A língua mais falada é o xichangana, e a maior parte dos habitantes do distrito é jovem (42% abaixo de 15 anos), com uma taxa de urbanização de 23%, concentrada na Matola Rio, Boane e respectivas zonas periféricas semiurbanas (ibid).

Os residentes do distrito particularmente os da zona sul (Posto Administrativo de Boane) pela disposição dos solos com áreas mais baixas e coberta pela rede de rios cultivam hortícolas, banana e citrinos. Já a zona norte (Posto administrativo da Matola-Rio), o potencial existente é mais apropriado para o cajueiro e avicultura, beneficiando a população de pequenos negócios que o rápido desenvolvimento sócio económico da região proporciona.

O distrito tem na sua história o surgimento de alguns bairros como consequência de reassentamentos de populações vítimas das calamidades naturais, no caso em particular das

² www.pmaputo.gov.mz, (visitado a 16 de Fevereiro de 2020).

cheias de 2000. Mahubo é parte desse processo de migrações internas das populações dentro do distrito que se encontravam em zonas mais baixas para zonas mais seguras, dado que dispõe duma área extensa de terra ocupada essencialmente por machambas e menos extensa para habitações. A área dos reassentados provenientes do projecto de construção da ponte encontra-se do lado das áreas mais extensas anteriormente utilizadas pelos residentes como machambas, e do lado oposto localiza-se o bairro antigo de Mahubo estrategicamente onde confluem todos os serviços básicos que alimentam todo o bairro.

É uma área extensa dividida em parcelas cujos talhões estão ordenados em áreas de 20x40m em lotes de 6 a 8 talhões cada divididos por arruamentos. Como os terrenos residenciais são amplos, algumas famílias possuem pequenas hortas e dedicam-se a criação de animais de pequeno porte. Uma grande parte das casas do bairro dos reassentados foi construída com material convencional, de alvenaria algumas delas construídas em grupos de ajuda no primeiro ano de ocupação da área, conforme revelaram os informantes. Não existe portanto um padrão fixo das habitações tanto em tamanho quanto em estrutura.

Das 899 famílias afectadas e reassentadas no âmbito da construção da ponte, 194 foram reassentadas em Mahubo em função da disponibilidade do espaço cedido pelos nativos. Parte deste universo estava empregado na economia informal como vendedores e os empregados formalmente (em empresas de segurança, lojas ou residências) tiveram seus empregos perdidos em consequência da distância e dos custos de transporte (José e Manuel 2016).

Estas contrariedades experimentadas pelas famílias seja a perda de meios de renda, ou as distâncias em relação a cidade impostas pela mudança foram alguns dos factores que contribuíram para a escolha de Mahubo como contexto de estudo. Também pesou para a escolha de Mahubo o facto do plano de construção da troço estrada circular passar pelo bairro o que se configura como um catalisador para o surgimento de oportunidades de negócios e/ou empregos para os residentes.

2.2. Os caminhos do trabalho de campo

Quando comecei a elaborar a proposta de pesquisa em Fevereiro de 2019 estava consciente que a metodologia do trabalho deveria basear-se na imersão no bairro como pesquisadora, buscando ver, ouvir e registar os relatos não só através das entrevistas, mas também,

percebidos através da observação participante conforme refere (Gertz 1989). Ao pensar o fazer etnografia tal como se define, percebi que devia tentar encontrar maneiras para lidar com a imprevisibilidade típica do método e estar “alerta” para aprender com o campo e com as pessoas e para tal “agarrei-me” a perspectiva antropológica de Goldman (2006) ao discutir a alteridade e a experiência, segundo a qual:

Os antropólogos são um tipo de cientistas para quem a socialidade não é apenas o objecto ou objectivo de investigação, mas o principal senão o único meio de pesquisa [...] a característica fundamental da antropologia seria o estudo das experiências humanas tendo em conta a experiência pessoal (Goldman 2006:167).

Neste contexto busquei também, travar relações mais informais e não programadas numa tentativa de tornar as entrevistas/conversas um pouco mais livres tendo em conta que a minha presença sendo desconhecida invadia o espaço das famílias. Embora a minha presença tivesse sido explicada, estava ciente que a aceitação por parte dos informantes seja de forma livre ou relutante para participar da pesquisa poderia causar dilemas sobretudo na gestão de expectativas criadas em torno do projecto e possivelmente dos resultados da pesquisa.

Neste caso era preciso ser vigilante e ter claro os objectivos da pesquisa, assim como deixar claro aos informantes sobre o sentido académico que a pesquisa representa, explicando que não era necessariamente um relatório sobre suas queixas, mas sim sobre suas experiências diárias.

Enquanto reflectia sobre a pesquisa e sobre os possíveis constrangimentos, acreditava que os mesmos podiam ser minimizados a medida que os contactos e a interlocução com os informantes ocorressem de forma consciente, que os resultados da pesquisa serviriam também para auxiliar na melhoria das condições de vida das famílias reassentadas em Mahubo.

A minha entrada no bairro Mahubo foi feita através do secretário do bairro que numa primeira instância mesmo sem a credencial da Universidade permitiu fazer as visitas exploratórias. Depois de me apresentar o bairro, o secretário referiu que me apresentaria a alguém que conhecia muito bem os moradores por forma a seguir os objectivos da minha pesquisa. Deste modo conduziu-me até a senhora Dulce carinhosamente conhecida por vovó

Dulce³, viúva e doméstica de 52 anos que vive com seu filho Daniel de 28 anos, nora e netos, que me recebeu e me acolheu até ao término do trabalho de campo.

Dulce e Daniel são uma referência dentro da comunidade pelo papel bastante activo exercido durante o processo de negociação tanto na Malanga, como em Mahubo, juntamente com outros elementos da comunidade, conforme referiu o secretário do bairro. A conversa com os mesmos tornou-se estratégica não só pelo seu papel mobilizador, mas também, pela sua influência para indicar outros potenciais informantes.

As conversas com os técnicos e líderes foram feitas todas sob marcação seguindo um processo burocrático por vezes desmotivador, daí que até ao fim do trabalho de campo só tinha conseguido conversar com um antigo técnico indicado pelos informantes, dado que a empresa que representavam tinha sido extinta. Com excepção das conversas com o secretário do bairro, as outras conversas com os líderes e o técnico em alusão tiveram lugar em locais escolhidos pelos informantes.

O guião de entrevista era composto por questões específicas que permitiam discriminar os entrevistados em categorias. Além disso, oferecia certa flexibilidade nos conteúdos para garantir maior volume de informações pertinentes sobre os objectivos da pesquisa. As questões para as famílias compunham os seguintes itens: componentes do agregado familiar e suas ocupações antes na Malanga e agora em Mahubo, situação sócio económica da família, acesso aos serviços, narrativa da mudança, participação nas decisões e sobre os meios de suporte social.

Para os líderes locais as questões variavam entre o antes e o pós-reassentamento, aspectos de mudança social, formas de organização das famílias, serviços sociais, história do bairro, enquanto para os técnicos do Estado coube questões inerentes ao acompanhamento social das famílias antes e depois do reassentamento e possíveis projectos de desenvolvimento social do bairro.

Após conversas com os membros de várias famílias, processo esse que ocorreu de forma gradual selecionei três famílias tendo usado como critério principal para selecção a disponibilidade em participar da pesquisa. O pedido para participação na pesquisa foi feito de

³ Pseudónimo da informante para garantir a confidencialidade.

forma verbal, através do consentimento informado feito por mim e dado a perceber a cada participante que o assinou⁴ como consentimento para participar da pesquisa. Com estas famílias mantive contacto permanente através das entrevistas, recolha de estórias de vida familiar, observação das actividades rotineiras dos agregados dentro e fora do bairro.

A maior parte das conversas com as famílias foram feitas em changana e ronga, porém, em alguns momentos da conversa os informantes misturavam essas línguas com o português principalmente quando se referiam aos discursos dos técnicos da Maputo-Sul durante o processo.

Um dado interessante foi a forma como habitualmente as famílias cumprimentavam-se umas as outras, tendo esse ritual se estendido também no tratamento da pesquisadora. Com os mais jovens o ritual de saudação não passava duma simples saudação. No entanto a saudação dos mais velhos exigia primeiro que tivesse uma esteira, cadeira ou banquinho para o visitante sentar. Em seguida começava a saudação partindo sempre do visitante que perguntava pela saúde da família, a qual o anfitrião ia descrevendo num ritmo que mais se assemelha a uma canção. É que enquanto a anfitriã descreve a situação da saúde da família o visitante vai respondendo com um som exclamativo “him” (um jeito simbólico de dizer sim em changana), e no fim dependendo do estado de saúde descrito pela anfitriã, o visitante fecha o primeiro ciclo dizendo “*khanimambo*” que significa obrigado.

Posto isto, é a vez de o visitante relatar o seu estado de saúde enquanto a anfitriã lhe acompanha com os mesmos sons exclamativos (“him”), no final também fecha o ciclo do mesmo jeito que o visitante o fez. Nos casos em que há um terceiro interveniente, depois do ciclo do visitante fechar, a anfitriã diz ao outro interveniente: “*Hi yoleyo dzava*” que significa “conforme ouviu as notícias” e nesse caso responde com “*pfalelani*” em jeito de agradecimento. Nos casos em que há menção de doença ou morte na família, a saudação se estende com lamentações e demonstração de solidariedade.

Depois de assinado o consentimento como forma de garantir a confidencialidade a pedido dos informantes, usou-se os pseudónimos em detrimento dos seus verdadeiros nomes, aliado

⁴ Em concordância com os informantes o consentimento informado só levaria uma rúbrica uma vez que os mesmos preferiam permanecer em anonimato. Esse sinal não pode ser considerado como uma desconfiança dos informantes para com a pesquisadora mas, como uma garantia clara da confidencialidade dos mesmos.

a isso não foi permitido fotografar os informantes assim como suas residências. Durante a permanência no campo sempre estive consciente dos desafios éticos que adviriam ao longo da pesquisa por isso, procurei sempre reflectir sobre a minha conduta para não colocar os meus informantes de pesquisa numa situação que chocasse com a sua liberdade. Conforme os informantes, o bairro vive um clima de desconfiança uma vez que os moradores não acreditam haver intersecção entre as suas necessidades e a dos líderes, citando como exemplo o facto do secretário do bairro ter sido indicado pela administração local para liderar um grupo com o qual não se identifica já que não viveu a estória dos reassentados. Esse sentimento foi referido pelo secretário quando na minha chegada conduziu-me ao grupo de referência no bairro conforme referenciei acima.

O diário de campo foi também usado como recurso complementar ao registo das narrativas, para registar momentos de interacção entre os sujeitos, assim como, o meio circundante e serviu para auxiliar na sistematização das impressões complementares àquelas produzidas a partir das abordagens directas com os actores envolvidos. Casos houve em que os informantes eram evasivos nalguns momentos em conversas vagas sem um sentido orientado nestes casos a conversa era reorientada, ou seja, fazia perguntas de tal forma que o informante não perdesse o foco. Houve momentos em que os informantes nada diziam, movidos pela fadiga e pela descrença sobre o que o trabalho traria como resultado, havendo sempre necessidade de (re) explicar os motivos da pesquisa para evitar frustrações e sensação de terem sido enganados. Porém, em muitos momentos as falas dos informantes eram acompanhadas de nostalgia especialmente nas memórias que remontam o período que antecedeu a sua saída do bairro antigo até os primeiros momentos de contacto com o local que hoje chamam de casa.

Essas falas eram acompanhadas de nostalgia (olhar que parece procurar algo, mas que não quer lembrar), em alguns momentos de emoção (lágrimas) quando as memórias sobre a separação entre os membros do agregado ficavam mais presentes. Confesso porém, que algumas destas histórias vividas e contadas me transformaram de algum modo principalmente as que recontam as primeiras noites em Mahubo (na mata, sem água e sem comida), e geraram certa relutância em transformá-los num texto antropológico fluido e coerente. No

entanto, a consciência do desafio imposto pela escrita antropológica me remeteu a vigilância em relação a ciência baseada na reflexividade conforme discute (Gertz 2001).

O processo de entrevistas implicava uma análise diária das informações recolhidas como forma de rebater, ou confrontar com as fornecidas posteriormente pelos outros informantes ou até para levantar outras questões. Sempre que necessário, conversei informalmente com os informantes em momentos de descontração, caminhando pelo bairro, acompanhando as mulheres na fontenária e as crianças na ida a escola, principalmente no processo de regressão das memórias para a reconstituição das narrativas que recontam a história da mudança de bairro.

Para compreender as estratégias de sobrevivência e de reprodução social das famílias reassentadas em Mahubo, o estudo incidiu principalmente em dois aspectos: (i) nas relações entre as famílias e na forma como vêem o contexto de inserção; e (ii) nos processos através dos quais a família ou os indivíduos que a compõem mobilizam os recursos disponíveis.

Dada a complexidade do arcaboiço temático que funda a reflexão sobre as estratégias de reprodução social foi preciso definir os aspectos relevantes para o problema em estudo: i) As relações familiares que ampliam a coesão ou provocam a fragmentação das redes de apoio as quais a família se encontra vinculada; ii) As diversas actividades de geração de renda sejam formais ou informais; iii) Os recursos humanos disponíveis para realizar as actividades e por fim; iv) Os saberes e as experiências que os indivíduos detêm na articulação das estratégias.

Ao optar pelo conceito de família para referir as unidades sociais em análise considerou-se um conjunto de pessoas com laços de filiação e/ou aliança que vivem em reciprocidade sem dividir o mesmo espaço físico. Ao associar os conceitos de reprodução social ao de sobrevivência se fundou uma tentativa de compreender as acções, as práticas e os mecanismos accionados por estas famílias que lhes permitam simultaneamente sobreviver e reproduzir-se socialmente. Qualquer das estratégias analisadas neste texto teve como base as redes de relações sociais e culturais estabelecidas com e pela família, sobre as quais me permito reflectir ao longo desta dissertação.

2.3. Recolha de dados

O processo de recolha de dados foi feito tendo como alicerce as diversas técnicas utilizadas na pesquisa qualitativa; a observação directa e as entrevistas semi-estruturadas, associadas ao compromisso com as normas éticas que caracterizam a pesquisa etnográfica.

A observação directa e a entrevista me permitiram ver, ouvir, questionar e colocar no papel todos os elementos captáveis. A observação permitiu captar as múltiplas interações entre os reassentados, o modo como se relacionam dentro do bairro, o que fazem e como são construídas as dinâmicas entre os reassentados em Mahubo. Durante este exercício o esforço sempre foi na direcção de uma observação holística conforme salienta Heyl (1997), buscar compreender os aspectos na sua globalidade e totalidade. Desse modo observei os reassentados nas actividades diárias, mulheres em actividades domésticas (lavando roupa, cozinhando e cuidando das crianças), crianças indo e voltando da escola, jovens ao longo da estrada vendendo carvão e lenha, entre outros momentos de interacção sempre como tentativa de compreender os significados por detrás destas experiências.

As entrevistas foram feitas dentro do bairro em casa dos informantes em função dos lugares estabelecidos por eles, nalguns momentos caminhando pelo bairro e/ou em locais onde faziam as suas actividades. A respeito disso, conversei com dois informantes fora do seu ambiente natural, um na vila de Boane e outro no Mercado grossista do Zimpeto. Muitas vezes usei a informalidade nas conversas, primeiro para ganhar confiança dos participantes e noutra instância, para deixá-los mais descontraídos a falar sobre os aspectos que pretendia analisar.

Um dos maiores desafios que enfrentei foi o de memorizar as informações, sem recorrer ao registo como forma de ganhar a confiança dos informantes sem tornar as conversas formais. Mas conforme o tempo ia passando e as conversas mais complexas, recorri várias vezes ao bloco para registar as falas principalmente aquelas sobre o processo de remoção, nas quais eram não só verbalizadas as palavras, mas também, as emoções (gestos, choros, suspiros), assim como para registar expressões que não me eram familiares, ou eventos particulares observados no momento das entrevistas.

Findei a recolha de dados quando percebi que os dados recolhidos já satisfaziam os objectivos da pesquisa. Nesse momento por questões éticas informei ao secretário do bairro, a Dulce e ao Júlio sobre o término do meu trabalho de campo, expliquei que me ausentaria para finalizar as análises e escrever a dissertação. Expliquei ainda que em momento oportuno, voltaria para compartilhar os resultados em função dos dados recolhidos durante o trabalho de campo.

2.4. Análise e interpretação dos dados

Esta fase faz referência a todo o processo da redação da dissertação. Conforme referem Hamersley e Atkinson (2007), a organização dos dados do trabalho de campo depende da sua natureza, e devem ser registados de maneira a torná-los disponíveis para análise.

A análise e interpretação dos dados coincidiu com o início da escrita da dissertação na primeira semana de Novembro de 2019, uma semana após minha saída definitiva do campo. A análise e interpretação dos dados foi feita sob orientação da supervisora principalmente dando suporte metodológico sobre como fazer o uso dos dados. Algumas discussões com os colegas me permitiram fazer um diálogo entre os dados colectados em campo e a literatura, sugerindo alguns artigos científicos que pudessem engrossar o meu universo léxico.

A pré-análise diária das informações facilitou para que no início da análise final já tivesse os dados organizados e descritos para a análise final dos dados. A partir do uso do quadrado do xadrez seleccionei os elementos que equivaliam ao mesmo evento temático, a seguir criei códigos para listar as informações. A medida que codificava as informações apareciam padrões/categorias de informações cuja interpretação me permitia confrontar com os objectivos da pesquisa. As categorias surgidas no final, produto da análise e interpretação dos materiais resultantes das conversas informais e formais com as notas de campo referentes a observação dos eventos, forneceram suporte para relacionar os dados produzidos em campo com as ideias defendidas por alguns autores sobre os assuntos que emergiram. Estas são as estratégias que adoptei ao longo do percurso que me orientaram e permitiram chegar a este produto final.

Capítulo 3. Dinâmicas dos reassentamentos resultantes de projectos de desenvolvimento

Neste capítulo faz-se um diálogo com os principais autores que abordam e problematizam os reassentamentos e as implicações a si associadas. Explora-se de forma sucinta os impactos dos reassentamentos resultantes dos projectos de desenvolvimento e os aspectos sociais associados a sua implementação.

Como fenómeno, os reassentamentos têm merecido destaque em vários estudos (Mcdowell e Gareth 2010; Wet 2006; Rebouças 2000 e Cernea 1995) e por vários governos e agências internacionais (Banco Mundial; Banco Africano de Desenvolvimento) pelas consequências que trazem sobre os afectados e sobre a economia global.

Na literatura revista sobre o desenvolvimento, o reassentamento é tratado de várias formas: deslocamento induzido pelo desenvolvimento, reassentamento involuntário, deslocamento e reassentamento obrigatórios, realocação obrigatória, deslocamento e reassentamento forçado pelo desenvolvimento, aquisição de terras em larga escala, aquisição de terras, reassentamento involuntário e deslocamento económico, entre outros (Noce 2013, Wet 2006, Banco Mundial 2004).

O Banco Mundial denomina os reassentamentos movidos por projectos de desenvolvimento de “reassentamentos involuntários”, distinguindo-os de outros tipos, porque o reassentamento em si nunca é o objectivo principal do projecto que provoca a deslocação (Cernea 1997a). Porém, na perspectiva de Wet (2006) estes reassentamentos são mais do que involuntários, por envolverem mudanças mais do que involuntárias, mas forçadas pelo projecto obrigando as pessoas a mudar de casa sem espaço para negociar a decisão.

Entre 1980 e 1990 os reassentamentos eram financiados predominantemente pelo sector público através dos fundos de bancos de desenvolvimento, porém, com o tempo o sector privado passou também a financiar projectos de desenvolvimento e a adquirir grandes extensões de terras ocupadas e causando o deslocamento das comunidades detentoras das terras (German et al. 2011).

Numa tentativa de discriminar as diversas categorias de deslocados existentes (Cernea 1999; Colson 1994) utilizam o termo “*refugiados do desenvolvimento*” para fazer referência as populações reassentadas em virtude da implantação dum projecto de desenvolvimento.

Inicialmente pensou-se que a realocação dos *refugiados do desenvolvimento* pudesse ser mais fácil, porém, estudos revelaram que este grupo sofre traumas semelhantes aos que experienciam os outros reassentados vítimas de guerra ou de desastres naturais (Downing 1996). No entanto, ao contrário destes últimos, *os refugiados do desenvolvimento* não podem regressar para as suas casas tal como acontece com as famílias provenientes da Malanga, reassentadas em Mahubo e noutros locais, pois as habitações e os vínculos que os prendiam à sua terra foram destruídos de forma permanente (Colson 1994).

O reassentamento na perspectiva do Banco Mundial deve envolver não só o desalojamento e o realojamento das populações, como todas as soluções que permitam a reestruturação destas populações, em termos sociais e económicos, no entanto, muitos planos de reassentamento são movidos por metodologias do tipo custo-benefício, cuja característica principal é desconsiderar os aspectos imensuráveis do processo como os laços sociais constituídos com os lugares e com as pessoas (Singh 2013).

O incumprimento de medidas para melhorar as condições das populações é descrito por Cernea (1997b) como sendo responsável pelo empobrecimento das mesmas, que pode ser associada a oito categorias de riscos para as populações: 1) Falta de terra; 2) Desemprego; 3) Desabrigo; 4) Marginalização; 5) Aumento da morbidade e mortalidade; 6) Insegurança alimentar; 7) Perda de acesso a recursos comuns de propriedade; 8) Desarticulação social. O autor observou estes riscos com frequência nos projectos financiados pelo Banco Mundial, sob os quais teorizou que grande parte das famílias deslocadas terminariam na pobreza e confrontadas com situações muito piores das que teriam se tivessem sido deixadas em suas casas.

Vários estudos e relatórios sobre reassentamentos resultantes da construção de barragens hidroeléctricas, linhas férreas, estradas e pontes (Kiambo 2017; Mosca & Selemene 2011; Negi & Ganguly 2011; Zhouri 2011; Yntiso 2008; Shiva 2002; Rebouças 2000) em países como Brasil, Índia, Moçambique, Quénia e China, reforçam os danos causados as comunidades, denunciando principalmente a falta de interesse pelos destinos das populações

afectadas por parte dos implementadores e maior preocupação com agendas particulares. Essa indiferença resultou em ansiedades nas populações devido as expectativas que depositam nos projectos gerando uma relação de dependência entre estas e o estado. Outro aspecto revelado é que os efeitos dos reassentamentos embora mitigados com as compensações monetárias das benfeitorias tinham sido agravadas pelo desrespeito aos impactos sociais causados na vida das famílias, nas suas relações sociais, suas raízes históricas, suas crenças e seu bem-estar espiritual.

A respeito disso Cernea (2003) criticou os modelos de reassentamento baseados na “mecanização” das compensações através da valoração dos recursos, sem ter em conta o lado social do uso dos mesmos e das fases que regulam os reassentamentos. A esse respeito sugeriu que deve haver investimento maior do que a simples compensação, pois as pessoas ou comunidades que deram suas terras para os projectos são “investidores” duma política de desenvolvimento, e, portanto, devem ter direito a uma parcela dos benefícios globais.

No mesmo diapasão Scudder (2005) secundando a crítica de Cernea (2003), propõe que os projectos de desenvolvimento tenham políticas com vista a mitigação dos riscos associados ao reassentamento, principalmente no que toca a aquisição de novas terras e de meios produtivos que garantam rendimentos sustentáveis. É preciso redimensionar os reassentamentos além da racionalidade económica, olhando com enfoque o tecido social destas populações em especial, as redes de solidariedade que as suportam, pois são estas que em momentos de crise trazem o equilíbrio, cuja desestruturação jamais será compensada de forma justa.

Por outro lado, Wet (2006) discorda com a função mitigadora atribuída aos reassentamentos, porém, concorda que os efeitos só podem ser mitigados se o plano de reassentamento for elaborado como parte do projecto e actuar de modo a que as pessoas vulneráveis sejam identificadas e apoiadas ao longo do processo.

Sobre os planos de reassentamento Scudder e Colson (1982) através da teoria de realocação referem que os planos devem ser desenhados tendo em conta as fases pelas quais qualquer reassentamento humano legítimo passa, tais são: i) Exigência/inicial caracterizada pela formulação dos planos de reassentamento pelos decisores podendo consultar/informar ou não os afectados; ii) Transição é a fase em que os afectados aprendem sobre o seu destino de

reassentamento; iii) Desenvolvimento potencial geralmente é a fase de adaptação, na qual inicia-se a reconstrução da economia e das redes sociais dos reassentados. Esta é a fase crítica pois exige que haja uma grande assistência para estabelecer as suas bases de subsistência; iv) Incorporação, referente a última fase caracterizada pela integração dos reassentados na zona hospedeira, nesta fase são encorajados os representantes dos reassentados a tomar posições de liderança para que se sintam em casa.

Outro aspecto que tem levantado debates na elaboração de planos de reassentamentos são as compensações, vector utilizado para definir o sucesso ou insucesso de políticas de reassentamento e pode ser feita tanto em dinheiro, onde se compensa a família em função das perdas materiais; assim como, em forma de um bem equivalente àquele que foi perdido no processo de reassentamento, geralmente uma habitação.

Para lidar com os problemas causados pelo reassentamento, o Banco Mundial como o maior financiador dos projectos de desenvolvimento, adoptou finais do ano 1980 uma política e princípios orientadores específicos, baseados na experiência adquirida nessa área com projectos anteriores do Banco e também em pesquisas sociológicas e antropológicas sobre a questão do reassentamento.

Os princípios orientadores fundamentais em número de três conforme exposto na síntese de lições aprendidas do Painel de Inspeção (dos processos de reassentamento do Banco Mundial)⁵ referem que em qualquer projecto de investimento financiado pelo Banco Mundial deve ser observado o seguinte: 1) O deslocamento involuntário deve ser evitado, caso contrário, 2) Os afectados devem ser compensados e devem beneficiar do projecto; 3) Deve ser assegurado que os deslocados sejam apoiados para restabelecer um padrão de vida semelhante ou superior ao que gozavam anteriormente. Se bem concebidos e bem implementados, os reassentamentos podem representar uma oportunidade de desenvolvimento (Banco Mundial 2004).

No entanto, a existência desta política orientadora não substitui as políticas domésticas dos países, pelo contrário, o Banco Mundial é a favor da adopção de políticas nacionais e quadros legislativos adequados às suas circunstâncias, que devem regular práticas insatisfatórias de

⁵ Painel do IBRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e Banco Mundial em 2016.

reassentamento dos países em desenvolvimento (Cernea 1997b). Na mesma senda o Banco Africano para o Desenvolvimento publica em 2003 um quadro de políticas para reassentamentos causados pelos projectos por si financiados, tendo como foco; assegurar que as pessoas desalojadas fossem tratadas com igualdade e que partilhassem os benefícios do projecto causador do reassentamento (African Development Bank 2003).

Contudo, mesmo com as directrizes instituídas há uma necessidade das políticas nacionais dos países instituírem normas justas e equitativas, para evitar situações díspares, por exemplo, em que na mesma região um projecto financiado pelo Banco Mundial siga as suas políticas e um projecto vizinho, por não ser por este financiado, não se norteie pelos mesmos princípios e direitos. A análise da experiência do Banco Mundial na abordagem do reassentamento involuntário em África, tanto nos níveis político quanto operacional, fornece dados importantes para a compreensão do complexo conteúdo socioeconômico do deslocamento forçado e do reassentamento, bem como das dimensões políticas de gestão de tais processos. Com as independências africanas muitos países começaram uma corrida rumo ao almejado desenvolvimento condicionando de certo modo o desenvolvimento social das suas comunidades devido aos impactos dos projectos adoptados.

Em África os reassentamentos resultantes de projectos de desenvolvimento têm sido pouco estudados e na sua maioria são feitos pelas agências governamentais, sob um vazio de legislação. As leis existentes na maioria dos países versam sobre a ocupação das terras, mas não sobre o restabelecimento da qualidade de vida e das actividades productivas, e as leis de expropriação estão geralmente centradas na compensação financeira.

A par do contexto global dos projectos de desenvolvimento e seus impactos, alguns estudiosos têm empreendido esforços em analisar os impactos sobre as estruturas sociais das populações. Estudos etnográficos (Colson 1994; Thabane 2000; Yntiso 2008) em algumas comunidades africanas como as do Egipto, Lesotho e Kenya visando analisar os impactos causados pelos reassentamentos concluíram que há uma relação intrínseca entre a identidade das pessoas e a sua terra/cultura. Estes estudos insistem na ideia sobre a simbologia e as representações que as comunidades atribuem ao espaço, mostrando que as estruturas sociais das comunidades rurais constituem “áreas culturais” condicionadas pelos recursos e ambiente físico.

Uma ideia similar é defendida por Mburrugu (1994) ao referir que a ligação que as comunidades tem com a terra está ligada a simbologia da representação da terra como lugar dos seus antepassados e de onde futuras gerações irão viver, por isso, o autor alerta que não se pode subestimar os efeitos da disrupção, mesmo em projectos que afectem uma população relativamente pequena.

Na mesma óptica Windsor (2005) refere que a apropriação do espaço para o bem-estar da população não pode ser subestimada, pois, o espaço onde a comunidade se constrói dá aos indivíduos e grupos um sentimento de segurança e um sentimento de controlo do próprio destino. Em África os projectos são maioritariamente caracterizados pela fraca conceptualização, falta de envolvimento dos reassentados na tomada de decisão, fraca gestão do processo e pelos problemas económicos e financeiros, que segundo Windsor (2005) podem concorrer para o fracasso dos projectos.

Os projectos de desenvolvimento e os impactos a si associados têm em comum o interesse com o não cumprimento das promessas e na crítica a tendenciosidade técnica caracterizada por concentrar-se exclusivamente nos aspectos de ordem técnica, deixando de lado o planeamento social, variáveis que na verdade se configuram como características particulares dos projectos de desenvolvimento. Nessa negligência está implícita a ideia de que o reassentamento é factível e não trará consequências para o futuro do projecto, o que remete a autores críticos do desenvolvimento (Ferguson 1994 e Li 2007) quando falam da actuação dos projectos de desenvolvimento como altamente tecnicistas e menos sociais.

Ferguson (1994) num estudo em Lesotho mostra como é possível estudar o desenvolvimento sem se interessar pelo seu fracasso ou sucesso, mas focar naquilo que o desenvolvimento pode causar, quando o discurso por trás do conceito entra em confronto com a prática. Nessa senda os reassentamentos como parte integrantes de projectos de desenvolvimento podem ser analisados como oportunidades, focando os efeitos e as mudanças que ocorrem com a sua implementação tendo como base as trajetórias e relações sociais que acompanham os reassentados no estabelecimento dos seus meios produtivos.

Essa perspectiva coloca o local de reassentamento como um campo de conflitos e de oportunidades. Esta ideia pressupõe a existência dum conflito entre as lógicas de quem desloca e de quem é deslocado, e sugere que a reacção do sujeito deslocado tem uma relação

com a forma como o processo é implementado, com a organização social do grupo e com as expectativas geradas com as mudanças. Ao mesmo tempo este local se configura como oportunidade na medida em que pode estimular o surgimento de novos saberes e talentos, capazes de criar estratégias de vida sustentáveis.

3.1. Contexto dos reassentamentos em Moçambique

Historicamente, as experiências de reassentamento involuntário em Moçambique resultantes tanto dos projectos de desenvolvimento, assim como de guerras e calamidades naturais mostram que as populações atingidas enfrentaram e enfrentam situações precárias. Este fenómeno é determinado pelo rápido crescimento económico confrontado com a limitada capacidade reguladora que resulta na pressão intensa sobre a disponibilidade de terra (Mosca e Selemane 2011).

Os reassentamentos devido a calamidades naturais como: as cheias de 2000 na província de Gaza e no Vale do Zambeze em 2008 na bacia do Rio Save em 2013, na bacia de Rio Limpopo, e muito recentemente os ciclones Kenneth e Idai em 2019 nas províncias de Cabo Delgado e Sofala. São exemplos de eventos inesperados que resultaram em milhares de desalojados com necessidades de serem realocados noutras áreas de menos riscos. Estes eventos colocaram à prova a capacidade do governo para lidar com as necessidades básicas das populações em termos de provimento de serviços e meios productivos essencialmente nas zonas de reassentamento para evitar o retorno dessas populações para as zonas de risco.

Nesta secção a ênfase vai para a contextualização temática dos reassentamentos resultantes dos projectos de desenvolvimento em Moçambique e a importância que a análise deste fenómeno tem trazido nos debates antropológicos actuais sobre o que a prática e o discurso do desenvolvimento provocam. Os aspectos que interessam e que compõem a temática estão ligados aos impactos que os projectos provocam sobre as comunidades e vistos à luz das linhas directivas do Banco Mundial.

A literatura revista mostra que os reassentamentos provocados pela implantação de projectos de desenvolvimento, embora usem uma linguagem económica e promessas de uma vida melhor para justificar o deslocamento das populações, são fundamentalmente um fenómeno político, envolvendo o uso do poder por uma das partes para relocalizar a outra Oliver-Smith

(2009). Na ideia do autor as pessoas deslocadas provavelmente estariam melhor se deixadas sozinhas a cuidar de si próprias, sem apoio, do que quando reassentadas pelo autor do seu deslocamento, ficando vítimas de projectos de reassentamento inadequadamente financiados, mal projectados e incompetentemente implementados.

Moçambique a par dos outros contextos em África e no mundo tem vindo a implantar diversos megaprojectos de desenvolvimento, que inevitavelmente resultam em reassentamentos forçados, tais quais os projectos extractivos pelas Multinacionais Vale e Rio Tinto em Tete, a exploração das areias pesadas em Moma (Nampula) e Chibuto (Gaza), o alargamento da avenida Joaquim Chissano e muito recentemente a construção da ponte Maputo-Catembe em Maputo. Estes empreendimentos suscitaram vários debates entre especialistas em sociologia, economia, direitos humanos e ambiente devido ao seu “modus operandi”.

Os projectos de mineração em Moatize (Tete), Moma (Nampula) e Sussundenga (Manica) são exemplos de projectos que iniciaram antes da aprovação em 2012 da lei Moçambicana sobre o reassentamento causado pelo investimento económico, que foi aprovada pelo Decreto 31/2012 de 08 de Agosto. Um dos problemas não resolvidos que afectou estas comunidades foi a impossibilidade de escolherem os lugares de destino (cf. Selemane 2010), aspecto que contrariamente foi levado em conta no contexto da construção da ponte. Porém, de modo similar a implantação e /ou ampliação de infra-estruturas sociais no local do destino não foi observada.

A ideia de que os reassentamentos resultantes dos projectos de desenvolvimento deveriam ser menos impactantes que os causados pelas guerras e/ou desastres naturais, uma vez que são programados através da concepção dum projecto que deveria levar em conta todas as variáveis com impacto nas populações afectadas, tem servido de base para analisar os impactos dos projectos. Partindo dessa lógica várias são as críticas aos resultados que continuam a revelar um desfasamento entre as políticas e os programas que acompanham os projectos em relação a realidade vivida no terreno (Ozawa 2018; Kiambo 2017; Mosca e Selemane 2011).

A crítica feita por estes autores acima encontra suporte na premissa contida numa das fases do reassentamento (Cernea 1999; Scudder-Colson 1982), que sublinha ser fundamental

estimular o potencial das populações através de programas de desenvolvimento para a reconstrução económica e das suas redes sociais. O que estes autores propõem é que os programas sejam desenhados levando em conta as características socioculturais e as necessidades das populações por forma a mitigar os riscos associados ao reassentamento.

Os relatórios do Banco Mundial sobre a actuação dos projectos de desenvolvimento mostram que a usurpação da terra das populações tem contribuído para o aumento da vulnerabilidade das famílias, pois a sua reposição é feita sem ter em conta a redução dos riscos da sua perda (Cernea 1999) tal como aconteceu em Cateme, cujas áreas atribuídas se mostraram incompatíveis à prática da agricultura. Tal como no exemplo de Cateme em Tete, o reassentamento no contexto da ponte mostrou a partir dos conflitos de terra, entre as comunidades reassentadas e acolhedoras que o discurso que acompanha as promessas de desenvolvimento não leva em conta as expectativas das comunidades. Durante o trabalho de campo notei que a comunidade acolhedora mesmo volvidos três anos, ainda se ressentia do facto das suas terras terem sido usurpadas sem a reposição que se esperava melhorar a situação na qual se encontravam antes do reassentamento.

Os estudos de Kiambo (2017) e Mosca e Selemene (2011) sobre o cenário dos reassentamentos em Moçambique vem desafiar a forma como as comunidades hospedeiras são concebidas, procurando enfatizar o papel destas comunidades como parte integrante do processo. Para os autores, embora afectadas indirectamente estas comunidades sofrem com os custos sociais do reassentamento, tais como a usurpação das suas terras de cultivo, do direito a privacidade como comunidade e a pressão demográfica sobre os serviços sociais como aconteceu em Mahubo.

Embora as críticas sejam feitas aos implementadores directos dos projectos, entidades transnacionais na sua maioria, cabe ao estado moçambicano respeitar, proteger e satisfazer os direitos humanos da sua população. Porém, esta ideia é paradoxal quando pensarmos que a entidade que provoca os deslocamentos seja ao mesmo tempo a responsável pela protecção da população afectada.

3.2. Quadro legal dos reassentamentos em Moçambique

Em resposta aos desafios impostos pelos reassentamentos a partir das experiências, vários instrumentos jurídicos foram desenhados como requisitos para o reassentamento em Moçambique, sendo; a Lei de Terras (1997), a Lei de Ordenamento do Território (2007), e o Decreto de Reassentamento (2012). Estes instrumentos legais e normativos estão alinhados com as directrizes do Banco mundial e com os princípios orientadores da Corporação Financeira Internacional (IFC)⁶ sobre as políticas de reassentamento, aplicáveis exclusivamente nos casos de reassentamento involuntário. Deste modo, com a introdução do decreto sobre o reassentamento em 2012 estabelecendo procedimentos para a efectivação do reassentamento, as comunidades reassentadas passaram a beneficiar-se de políticas e tratados locais. Estes instrumentos além de obrigar o estado a abster-se de acções que prejudiquem os direitos humanos das populações também o obriga de forma positiva a ter um papel activo na regulação dos agentes não-estatais, como empresas ou outros particulares.

Estes instrumentos foram desenhados para responder as lacunas e contribuir para a melhoria dos resultados dos reassentamentos baseada numa abordagem de mitigação dos efeitos, daí que o documento que regula os reassentamentos tenha explicado de forma detalhada os pormenores a observar em situações que exijam reassentamento das populações. São parte dos requisitos deste documento; os estudos socioeconómicos para a elaboração do plano de reassentamento, as consultas públicas e participação activa dos afectados em todo o processo de compensação, para assegurar planos de desenvolvimento realísticos e compatíveis com as necessidades no local do reassentamento.

A IFC chama atenção ao cumprimento do princípio de participação activa dos afectados, sugere que é preciso evitar que os processos de participação comunitária redundem no mero cumprimento burocrático de uma obrigação, mas que sejam um mecanismo para assegurar a participação livre e informada de cidadãos e comunidades. No entanto, em Moçambique mesmo com os instrumentos reguladores, existem inúmeros desafios para garantir o cumprimento dos requisitos do reassentamento o maior dos quais se prende com o

⁶ IFC – International Finance Corporation é uma instituição global membro do Banco Mundial criada em 1956 com vista a oferecer serviços de consultoria e administração de activos para incentivar o desenvolvimento do sector privados nos países em desenvolvimento.

desconhecimento dos direitos por parte dos afectados. No caso da construção da ponte, a falta de transparência e a burocracia no acesso aos planos e outros documentos públicos são alguns dos pontos que desafiaram os procedimentos prescritos por lei no que respeita ao direito a informação⁷ por parte das populações afectadas (José e Manuel 2016).

Capítulo 4. Trajectórias, memórias e formas de resistência em processo de deslocamento

Neste capítulo são analisadas as trajectórias das famílias, as teias de significado dado aos momentos de transição das zonas de origem até chegar a Mahubo. A partir duma perspectiva historicista, ao longo do capítulo são descritas as memórias geradas pelas famílias no processo de mudança de casa e descortinar os desafios de mudar de casa para um território desconhecido deixando para trás uma história, um lugar e pessoas.

Argumenta-se neste capítulo que o modo como foi implementado o processo, negando o protagonismo às famílias de decidir sobre si, desencadeou uma revolta contra a empresa estatal Maputo Sul, E.P que resultou em resistências e novos modos de agir caracterizados pelo surgimento de manifestações colectivas.

4.1. Trajectórias das famílias reassentadas

A narrativa histórica presente na etnografia nos convida a situar o sujeito da narrativa dentro do seu contexto de significações, lugar onde as personagens interagem entre si, estabelecendo elos significativos entre acontecimentos que possuem a sua própria historicidade (Eckert e Rocha 2003). Trata-se da descrição das trajectórias pessoais de sujeitos cujas estórias se reconstroem continuamente como fruto das experiências quotidianas que se ligam pela partilha de experiências de deslocamento, primeiro das regiões de origem para a capital Maputo e depois dos arredores de Maputo para Mahubo.

⁷ Artigo 14º do Decreto nº 31/2012 – “(...) os responsáveis pela sua elaboração devem divulgar os principais aspectos do plano em questão, através dos meios de informação adequados a cada contextos, e facultar toda documentação relevante para consulta pelos interessados

Família Dulce

Os primeiros contactos, observações e anotações em campo deram-se em casa da Dulce que é, a responsável do agregado, nascida e criada em Chilembene, província de Gaza. Dulce não lembra ao certo quando veio para Maputo, mas lembra que viveu antes no bairro do Hulene em casa do irmão mais velho. Na altura da pesquisa vivia com seu filho Daniel, a esposa e dois filhos deste. Daniel, 28 anos é funcionário público, com formação técnica profissional, casado com Diana de 23 anos, doméstica e natural da Manhica com quem tem dois filhos de 5 e 2 anos respectivamente. A união do casal se deu na Manhica quando Daniel encontrava-se a estudar, tendo posteriormente voltado a Maputo para se juntar a mãe.

Antes de entrar no emprego formal vendia lanches (pão e badjias⁸) nas imediações da escola primária, próximo a residência na Malanga, e durante o período noturno ia a escola. Por seu lado Dulce e Diana cuidavam da casa, mas a renda não era suficiente para os gastos da família. Convidado a descrever as estratégias usadas para conseguir oferecer estabilidade a sua família, Daniel relatou:

Eu vendia de tudo ali na escola, mas viver na cidade não é como no campo, aqui tudo paga-se. Então um amigo disse que para ser segurança bastava ter 7^a classe, então fui-me candidatar. Ai depois disseram que era para ir a Chimoio trabalhar, ai pensei na família e preferi ficar, sabia que um dia conseguiria encontrar outra coisa. Uma vez caiu uma chuva e perdemos quase tudo, uma parte da casa desabou, por um milagre não perdemos nosso filho, toda a mercadoria perdeu-se assim. Pensamos em sair porque não era a primeira vez, mas minha mãe não queria sair sem saber para onde ir, então não tivemos alternativa foi só levantar as paredes e tocar a vida.

A perda de produtos do comércio que significavam sobrevivência da família, alternativa ao emprego, num momento crítico, remeteu a família a uma situação de desamparo como muitas outras que sofreram impactos com as mudanças económicas. Os sentimentos de perda expressos na fala do informante explicitam a tentativa de recomeço da vida familiar, que é muitas vezes limitada ora pelo contexto económico do país ora pelas condições precárias das habitações construídas de forma desordenada e num lugar impróprio.

⁸ Salgadinhos feitos na base de farinha de feijão nhemba e vendidas na rua juntamente com pão para servirem como matabicho

Família Júlio

Júlio é o responsável do agregado da família Vermelha, tem 48 anos pai e esposo nascido em Inharrime, trabalha como estofador e veio a Maputo em 1985 a procura de melhores condições fugindo da Guerra civil. Não teve oportunidade de estudar durante a infância porque sempre ajudou os pais no cultivo do ananás.

Quando perdeu os pais, por influência de um amigo saiu de Inharrime junto com sua irmã e vieram instalar-se em casa dos tios no Bairro Chamanculo em 1985, donde se mudou para Malanga três anos depois quando se juntou a sua actual companheira. Ainda jovem começou a trabalhar para sustentar família. Sobre o seu percurso Júlio revelou:

Sáímos de Inharrime por causa da guerra que matou nossos pais, vim viver em casa dos meus tios ali perto do hospital de Chamanculo. Aprendi cedo a trabalhar, ir a machamba cultivar e vender ananas para ajudar em casa. Sou o quarto dos sete filhos do meu pai quando viemos para cidade tínhamos que ajudar os tios, então não temos estudos, nem eu e nem meus 6 irmãos (dois já falecidos). Quando casei minha senhora, fui viver na Malanga em 1988 com um primo para não dar mais despesas aos tios, e no terreno dele construámos uma casinha onde vivemos até chegar o projecto. Não conseguia trabalho porque não estudei, então durante um tempo fui ajudante de estofador, ofício que faço até hoje.

Joana nasceu em Maputo e vivia no bairro da Munhuana até casar-se com Júlio em 1988, diferente do esposo, ela teve oportunidade de estudar, tendo concluído a 4ª classe do antigo Sistema Nacional de Educação (SNE) e teve aulas de costura que a tornaram profissional. O casal está junto há 31 anos, cuja união resultou em 4 filhos, sendo três já casados e vivendo em suas casas. O casal conta no seu agregado com mais pessoas, o filho mais novo de 21 anos que trabalha e estuda na cidade da Matola e dois sobrinhos menores. Joana fala da trajectória da família nos seguintes termos:

Quando fomos viver na Malanga, eu costurava para fora enquanto o Júlio tinha uma banca de venda de produtos frescos. Quando os filhos foram chegando, alargamos a casa para ter espaço, abrimos uma banca para aumentar nosso rendimento que já não chegava, então eu costurava e vendia em casa enquanto ele vendia no Mercado e aprendia essa coisa de estofar. Conseguimos alimentar educar todos os filhos que hoje estão crescidos. Um dos nossos filhos casou-se e fez a sua casa perto de nós e o mais velho quando foi viver na Beira convidou-nos para irmos viver com ele, mas estávamos bem lá mesmo com dificuldades.

Família Vicente

Vicente tem 64 anos de idade, é o responsável do agregado da familiar. Natural de Inhambane, onde saiu em 1978, para viver em Maputo com seus parentes, cumpriu o Serviço Militar Obrigatório (SMO) entre o ano 1982 e 1994 tendo ficado desmobilizado no ano 1995. Hoje vive dum ofício que aprendeu durante os momentos em que esteve a cumprir o dever patriótico, a pintura de interiores e exteriores de imóveis. Terminou seus estudos na 7ª classe do antigo SNE em 1980. Vive com as suas duas mulheres; Valentina a primeira esposa de 50 anos, natural de Homóine com quem tem quatro filhos (duas meninas e dois rapazes), é praticante da medicina tradicional e camponesa. Violeta, a segunda esposa, tem 36 anos, é sobrinha da Valentina e trabalha como empregada doméstica numa residência familiar na vila de Boane, por indicação da tia Valentina.

Questionada sobre a sua trajectória, Violeta resumiu da seguinte forma:

Sou manhembana⁹ nasci em Funhalouro e lá na minha terra a escola é a machamba onde aprendi a cultivar mandioca. Perdi meu pai cedo, e minha mãe me entregou a minha tia Valentina para vir a Maputo, meu marido me cobiçou, minha tia aprovou e agora sou mulher dele também. Aqui a escola não é a machamba é acordar e procurar coisa para fazer para poder ajudar nas despesas antes de ter os gémeos [tem de gémeos] vendia água gelada, lavava roupa dos vizinhos. Mas depois parei para cuidar das crianças e só a mana Valentina podia ir para a rua procurar comida.

As famílias descritas aqui têm em comum as dificuldades que enfrentaram em se manterem nos seus lugares de origem, seja por consequência da crise económica, política ou das condições precárias que tornam a cidade um *el dourado* a ser alcançado. Nota importante também é a importância da escolarização para prover uma melhor colocação em termos de oferta de trabalho no sector formal.

Ainda que não seja linear, a falta de escolarização e ou a interrupção da mesma por necessidades de busca de renda para o sustento familiar, evidencia a realidade de grande parte das famílias em Moçambique, agravadas pelo decréscimo do emprego formal e a ampliação do emprego precário engrossando cada vez mais o contingente do mercado informal. Tal contexto leva as famílias ao trabalho por conta própria, através do comércio, sem contudo assegurar a estabilidade desejada.

⁹ Manhembana - Expressão usada para se referir a pessoas nascidas na província de Inhambane

4.2. Da Malanga para Mabubo

José e Manuel (2016), ao pesquisar as famílias abrangidas pela construção da ponte Maputo-Catembe, concluíram que nem todas as pessoas tinham conhecimento das especificidades do projecto, o tipo de intervenções que seriam realizadas, aspectos agravados pela falta de participação na fixação dos valores a receber como recompensa. Os autores descrevem situações de conflitos desencadeados por esta situação, ao ponto da empresa Maputo-Sul ser obrigada a fazer arranjos, tendo resultado na aceleração do reassentamento para dar resposta a pressão da construtora em finalizar a construção da infra-estrutura.

Como consequência desse rearranjo, os locais de destino dos reassentados previamente estabelecidos, foram alterados, pois áreas como Marracuene que se configuravam no princípio como elegíveis já estavam ocupadas por outros projectos de infra-estruturas (José e Manuel 2016).

Vale ressaltar que nos finais da década de 1990 os moradores da Malanga tinham sido advertidos a não construir casas permanentes ou outras infra-estruturas no local uma vez que a área já tinha sido mapeada para a ampliação do parque dos transportes Oliveiras. Todavia, com a espera do arranque do projecto alguns moradores foram adiante e construíram casas de cimento.

Com a mudança do plano inicial e materialização do projecto da ponte as famílias identificadas dentro da área receberam recomendações expressas das lideranças locais, de não investir em qualquer construção adicional de estruturas permanentes ou convencionais, porque estava próxima a sua saída do local. A partir de 2011, houve tentativas frustradas por parte da Maputo-Sul para negociar um acordo, capaz de satisfazer ambas partes, e só em 2015 foi apresentada aos moradores a proposta final sobre o processo compensatório, cujo pagamento seria em dinheiro. Quando convidada a falar sobre o processo Dulce relembra os momentos que nortearam o processo de negociação e compensação nos seguintes termos:

Quando vieram tirar as medidas, escreveram coisas no papel. A empresa Maputo sul depois começou a pagar algumas pessoas e depois outros começaram a sair. Um dia apareceu alguém falou com meu filho e disse que iam nos pagar e tínhamos 45 dias para sair das casas e vir para Mahubo e quem não quisesse ficaria sem casa e perderia terreno aqui em Boane. Mas o valor que vão nos dar é pouco, foi o que meu filho disse. Falamos

com os vizinhos e mesma coisa preferíamos todos receber uma casa, seria uma troca uma vez que estavam a nos tirar a nossa (conversa com Dulce, Junho de 2019).

No relato, Dulce faz menção a visita dos técnicos da Maputo-Sul para medição, cadastro negociação e a expropriação e associada a isso a incerteza que norteava o processo. Por outro lado é notório no discurso que havia fraco conhecimento em relação aos pormenores das obras, em aspectos relacionados ao tipo de intervenções, os identificados que deviam abandonar a área e os prazos para liberarem o local. Notou-se entretanto que não houve acordo quanto às compensações atribuídas as famílias. Pode ser apontado no discurso da Dulce a indignação ao perceber que a situação era uma constante para todos os atingidos, e a passividade diante da situação resultou em conformismo, uma vez que não é mencionada nenhuma forma de reivindicação activa em relação ao processo.

Teobaldo de 36 anos de idade, é técnico¹⁰ de planeamento e durante o processo trabalhou como ponto focal junto das lideranças locais, para flexibilizar o processo de reassentamento. Sobre o decurso do processo de deslocamento e reassentamento descreveu o seguinte:

O processo teve suas particularidades e na altura foram feitos alguns arranjos para garantir que as famílias deixassem o espaço de forma pacífica, mas como não tínhamos tempo alastramos o processo que já estava a ser muito longo. Havia muita pressão da construtora para avançar com a obra e os prazos estavam apertados, tivemos que tomar medidas para remoção e reassentamento rápido das famílias e em melhores condições (conversa com Teobaldo, Junho de 2019).

Nas palavras de Teobaldo percebe-se que a forma como foram determinadas e conduzidas as remoções e indemnizações naturaliza de certo modo o sofrimento das famílias e coloca em primeiro os objectivos da construtora.

A realocação das famílias requeria que cada uma delas assinasse um termo de compromisso para aceitar o valor da compensação que a empresa Maputo Sul iria pagar. No entanto, algumas famílias discordaram com a avaliação feita às suas casas alegando que o método usado para o cálculo da compensação não tinha sido transparente. Os que discordaram da avaliação final das suas casas e recusaram-se a assinar o formulário de contrato, foram intimidados a aceitar os termos e condições da compensação (cf. José e Manuel 2016).

Este facto tal como o depoimento do Teobaldo circunscrevem-se num discurso em que a lógica do poder dos gestores de projectos contém uma violência que não começa com a

¹⁰ Técnico da extinta Maputo-Sul, E.P agora afecto a Direcção Nacional do Ordenamento Territorial.

remoção em si como acto, mas antes, quando o discurso sobre os moradores tratados como objectos removíveis ganha força e é legitimada tornando invisível a vontade dos mesmos sobre o seu destino.

Daniel, de 28 anos de idade, funcionário público, liderava uma comissão de moradores que era responsável por assegurar que as exigências das famílias fossem colocadas na mesa de negociação. Havia muita incerteza no seio das famílias e com a incoerência do próprio processo já ninguém acreditava em palavras, o que exigiu dos que lideravam mais atitude conforme lembra. Perguntado sobre as expectativas das famílias respondeu:

Não tinham honrado com a promessa de dar casas, depois vieram com estória de atrasos e que iam pagar em dinheiro. Imposições e mais imposições, por um lado já ninguém acreditava que mesmo o dinheiro sairia. Sabem quanto nos custava sair dali? Custava trocarmos casa por casa? Na última reunião nós levamos um apelo, que as pessoas entendiam que não havia recursos para construir casas, mas era preciso pelo menos garantir um hospital, uma escola e mais do que tudo garantir as mesmas condições que tínhamos lá (água e energia). O engenheiro Silva¹¹ garantiu que sim, e depois disso não tínhamos muito mais a dizer eles disseram que sim, que eles iriam fazê-lo. Depois disso, não tínhamos mais nada a dizer (Conversa com Daniel, Junho de 2019).

No depoimento de Daniel há um elemento contraditório que se verificou desde o início das negociações, que são as promessas não cumpridas mesmo antes do processo interventivo de reassentamento. A Maputo Sul, E. P em nome do Estado ao compensar as famílias em numerário veio suportar a ideia de mecanização das compensações criticada por Cernea (2003). Para o autor a ideia compromete todo um processo simbólico que as famílias atribuem as suas casas, gerando mais incertezas sobre as expectativas em relação ao local. Esta é uma característica peculiar dos projectos de desenvolvimento, que vem imbricados de soluções que não se compadecem com os problemas de quem directamente os experiencia, mas servem para responder a uma agenda específica. O fragmento “*Sabem quanto nos custava sair dali?*”, reforça a existência de elementos emocionais e simbólicos imensuráveis que ligam as famílias ao seu espaço.

A abordagem de compensação usada pela Maputo Sul é parte do discurso científico/técnico que se contrapõe às práticas sociais e culturais dos atingidos que geralmente são vistos como ignorantes e irracionais (cf. Ferguson 1994). É como se a lógica sobre a qual se baseia o projecto reduzisse e desvalorizasse as práticas sociais, associando aos moradores a imagens

¹¹ Engenheiro Silva Magaia, Presidente do Conselho de Administração da Maputo – Sul, antes da sua extinção.

de falta de informação e, sobretudo de formação, tentando por isso anular as suas formas de agir e de pensar. Como pode se depreender da narrativa de Teobaldo, essas formas de controlo estão subjacentes no pensamento tecnicista que acredita que as famílias ganham mais do que perdem, ou seja, para o poder que controla, as famílias perderam quintais, vizinhança até meios de produção, mas, ganharam melhores condições, espaço mais organizado e limpo com características melhores que as anteriores.

Estas constatações reforçam a ideia de que em processos de deslocamento forçado não é respeitado o tempo para as comunidades absorverem as mudanças e incorporar as interferências que o sistema impõe, aos afectados o reassentamento lhes é colocado de forma inequívoca como um dado adquirido, diminuindo as potencialidades para resistir ao que é colocado de forma obrigatória. O discurso contido nas acções considera o reassentamento como um rearranjo como se as famílias fossem “coisas” manipuláveis, transportáveis e transplantadas noutra local e nas mesmas condições. O que se observa nesses casos na verdade é a imposição duma mudança social profunda e transformadora, que muda a ordem das coisas de forma irreversível.

4.2. Formas de resistir aos reassentamentos

Baseado nos argumentos de Foucault (2003) sobre a resistência ou a aquilo que chamamos de formas de (re) existir, esta secção retrata as respostas reivindicativas dos reassentados frente ao projecto de retirada ao qual se viram sujeitos na Malanga. O intuito foi descrever as vozes, iniciativas e experiências destes sujeitos frente ao desafio de mudar de casa, e encontrar nesses fragmentos de história marcos sobre a resistência, uma vez que torna-se quase impossível falar sobre a implantação de projectos de desenvolvimento envolvendo ou não os reassentamentos sem entrar no debate sobre a dominação e a resistência.

Os deslocamentos forçados trazem como efeito a desestruturação das relações sociais, provocam a exclusão física de determinados grupos de pessoas de um território geográfico e exclusão económica e social de um conjunto de redes sociais que se encontravam em operação, como é o caso dos vizinhos e parentes. No entanto, seguindo a perspectiva analítica de Arce e Long (2007), os grupos afectados podem modificar através de acções individuais e colectivas as linhas de planificação de quem detém o poder e autoridade sobre os projectos contestando a partir das diversas formas de resistir. A resistência centra-se na

capacidade transformadora que possibilite aos actores intervir nos acontecimentos que os envolvem por forma a alterar seu curso. Conforme Foucault (2003); o poder tem uma face negativa de dominação que representa os grupos que detêm autoridade e legitimidade conferida pelos saberes técnicos e económicos do discurso desenvolvimentista, e esse poder se expressa como forma de dominar o outro por um lado, e por outro como uma capacidade de resistir diante das forças opressoras.

Os modos de resistir das famílias estão presentes nas reivindicações em relação as propostas de compensação apresentadas pela Maputo-Sul, a primeira em 2011 que preconizava a construção de apartamentos verticais para a comunidade. Embora atractiva para a juventude, a proposta foi rejeitada por não se adequar as condições fisionómicas de alguns membros do grupo como idosos e deficientes físicos, que eram incapazes de lidar com o uso de escadas numa base diária. Associado a isso está a incompatibilidade de hábitos, uma vez que muitas famílias usavam lenha como combustível de cozinha e sentiram que este estilo de vida era incompatível com a vida num apartamento (c.f. José e Manuel 2016).

Num segundo momento, as famílias mostraram a sua capacidade de resistir ao chumbar em 2014, a proposta de 300.000 meticais como valor máximo de compensação para cada agregado familiar. Essa revolta exigiu da empresa Maputo Sul, uma reavaliação no seu método de cálculo da compensação (idem). O discurso norteador de remoção e reassentamento das famílias não levava em conta as expectativas e o conceito de lar das pessoas, pois as possibilidades de decidir sobre onde e como viver apresentadas aos afectados, já vinham padronizadas com opções pré-definidas por uma instância muito maior.

Outras formas de resistir estão presentes nas narrativas das famílias, durante o processo de integração. Vicente acompanhou de perto o processo e vivenciou algumas situações particulares sobre a decisão de ir viver ou não em Mahubo conforme relato:

O meu genro e minha filha que viviam perto de nós nunca quiseram sair da cidade, quando meu genro recebeu o valor e o terreno, veio até aqui e vendeu o terreno. Foi comprar uma casa no Hulene, porque a vida dele ia voltar para trás...escola e trabalho tudo está la na cidade, então não valia nada estar aqui (conversa com Vicente, em julho de 2019).

A atitude de Vicente revela que ao não se identificar com as soluções impostas, os sujeitos são capazes de encontrar saídas viáveis dentro do seu contexto de possibilidade. O poder de quem impõe as soluções pode ser “confrontado” sem recorrer a violência mas através de

manifestações pacíficas, que colocam o dominador numa posição contornável. Enquanto as famílias usam suas estratégias de resistir ao poder dominador do estado, este usa mecanismos de controlo a partir da imposição de regras ou mesmo através de estruturas locais com capacidade de fiscalizar e punir.

As lideranças locais como o secretário de bairro e os chefes de quarteirão são uma arma forte do poder do estado nas comunidades, pois elas legitimam a presença duma força opressora que devia ao mesmo tempo proteger. Um dos preceitos do plano de desenvolvimento baseado neste projecto são os pacotes de soluções que deviam responder as necessidades das famílias, oferecendo condições similares ou superiores as anteriores. Enquanto decorria a pesquisa corriam conversas sobre a eminente construção do mercado dentro do bairro como parte do cumprimento das promessas feitas, e alguns residentes mostravam-se agastados com a situação, facto sobre o qual que Vicente revelou:

Propuseram construir um mercado, no qual devíamos ocupar as bancas e dar continuidade as nossas actividades comerciais, como na Malanga. Pedimos para que nos dessem esse valor para irmos trabalhar noutros sítios onde há movimento, mas dizem que só podem construir mercado. Se já somos pobres, quem vai comprar as coisas, será que alguém virá da vila onde já tem tudo para vir comprar aqui? Mas como querem assim, dizem que não sabemos nada, só podemos olhar e hão-de ver depois de gastar dinheiro que tínhamos razão, porque não ocuparemos as bancas, não vai dar em nada (conversa com Vicente, em Julho de 2019).

A proposta de replicação das actividades comerciais, característica peculiar destas famílias aparentemente parece ir de encontro com as condições necessárias para a melhoria das condições dos reassentados. Em contrapartida, o sentimento de insatisfação contido no depoimento de Vicente revela que a proposta não vai ao encontro das expectativas e a realidade do local. Embora seja uma reprodução duma prática comum ao grupo, as condições e a dinâmica social do lugar, na percepção dos reassentados não trará resultados que se esperam, por não ir de encontro com as necessidades de quem vive no local. Construir um mercado de raiz no meio dum bairro com fraco poderio económico e sem focos de iniciativas para trazer investimentos no local parece servir apenas para responder a uma agenda já estabelecida.

Compreendo essa narrativa dentro duma abordagem na qual o conhecimento do reassentado ainda que empírico espelha a condição e a consciência que ele tem de si e das suas necessidades. Não obstante, a posição de quem detém o poder, ao continuar com um projecto

com o qual os beneficiários não se identificam, desafia alguns pensamentos sobre a valorização da experiência e conhecimento local (c.f. Sillitoe 2002; Escobar 1995). Tanto Sillitoe (2002) assim como Escobar (1995) reiteram que a valorização do conhecimento das comunidades abrangidas passa por entender o conhecimento do sujeito local e do seu papel para o desenvolvimento de intervenções sociais eficazes nesse mesmo contexto.

Por outro lado, aos afectados não é dada a possibilidade de falar e quando tentam fazê-lo, não encontram formas de serem ouvidos uma vez que já lhes fora dito como seria o processo. Esta ideia convoca ao diálogo com Spivak (2010), quando a autora refere-que ao subalterno são colocadas questões sociais e políticas, associadas na sua maioria a experiência de opressão e invisibilidade diante de interesses hegemônicos direccionados a determinados grupos sociais.

As constantes tentativas de universalizar a ideia de desenvolvimento vincadas em diretrizes de incentivos económicos opostos as próprias potencialidades das comunidades locais são exemplos de políticas “*top-down*”¹² que não integram a comunidade local nos debates e nas decisões que interferem directamente em suas vidas.

Por outro lado, analisando o fragmento “*só podemos olhar*” pode revelar claramente que o que muitas vezes é considerado silêncio ou aceitação de uma situação irreversível, é na verdade uma estratégia de sobrevivência diante de um Estado onde as relações de poder são assimétricas, onde a voz destes sujeitos se encontra na condição subalterna.

As acções de resistir possibilitam uma análise sobre como os reassentados podem ser situados na relação dicotómica dominador/dominado, onde a sua condição de subalternidade (c.f. Bhabha 1991) não é somente no aparente silenciamento dos sujeitos, mas nas formas como estas vozes acabam sendo silenciadas através de órgãos de poder local citados, que parecem estabelecer uma relação próxima com os reassentados, mas quando presentes têm muito mais para falar do para ouvir.

De certo modo, outra análise desse silenciamento ou reacção ao poder remete a perspectiva de Sardan (1995) sobre a reacção dos alvos dos projectos de desenvolvimento. Nesse sentido o silêncio ou conformismo aparente dos reassentados não pode de forma alguma ser visto

¹² Modelo de políticas de **cima para baixo** em que os formuladores excluem os sujeitos a ser impactados por essas políticas.

como uma resposta passiva, mas sim ser visto num quadro de respostas orientadas por lógicas que guiam os grupos a accionar mecanismos seja de selecção ou de recusa do que lhes é proposto. Esses mecanismos são diferenciados em função do contexto podendo funcionar numa perspectiva de ampliar o tempo ou o escopo dos benefícios recebidos, obter segurança, ou simplesmente de se apropriar do que lhes é oferecido pela acção de desenvolvimento. Pode se dizer que aos reassentados em Mahubo não se trata apenas duma luta de contestação, é acima de tudo uma luta pela autonomia e reconhecimento dos direitos e recusa do lugar subalternizado no qual estão hipoteticamente colocados.

Nesse contexto a empresa Maputo Sul E.P e o Estado com a sua capacidade de promover mudanças em face do poder que detém assentavam suas acções no discurso desenvolvimentista de progresso, sendo assim, estavam em posição de determinar como obrigatório que o outro visto como subdesenvolvido tivesse seu modo de vida impactado em nome dum projecto assente em padrões de progresso.

4.3. Chegada e ocupação dos espaços em Mahubo

A indicação dos espaços fazia parte do pacote de compensação apresentada pela empresa Maputo Sul, E.P e envolvia a atribuição dum terreno de 20x40m² nas três áreas identificadas pelo projecto, a construção de infra-estruturas básicas nos locais de reassentamento, dentre outros aspectos que não foram cumpridos. A ocupação na região foi coordenada principalmente pelos técnicos da Maputo-Sul, Ministério da Agricultura e Segurança alimentar (actual Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural) com a participação dos líderes locais, comunidade local e a comissão criada pelos atingidos pela ponte.

As zonas de reassentamento foram escolhidas pela sua disponibilidade em termos de espaço ocupacional em negociação com os nativos, no caso de Mahubo além do espaço é pelo facto de encontrar-se na via que seria construída a estrada entre a vila de Boane e a Bela vista, uma das promessas e benefícios para a comunidade local que cedeu suas terras para receber os deslocados do projecto da ponte. Aos atingidos durante as sessões de consulta foi lhes dada a possibilidade de escolher das três opções existentes: Catembe, Boane e Tenga onde queriam construir a casa. Conforme referiu Kiambo (2017), um dos argumentos centrais dos gestores do projecto ao permitirem que cada família escolhesse o local de reassentamento era a possibilidade destas manterem constantes as suas relações com os vizinhos.

Havia no entanto, no memorando da cedência de espaços pelas comunidades anfitriãs, a possibilidade destes também terem alguns terrenos dentro da área habitacional dos reassentados por forma a compensar as áreas cedidas.

Mesmo com histórias de vida, percursos e trajetórias diferentes as famílias tinham em mente que viver em Mahubo constituiria um desafio. Júlio e Joana viviam na Malanga há mais de 20 anos, chegaram a Mahubo em Julho de 2016, e ainda tem na memória os momentos que antecederam a sua chegada. Sobre as particularidades do processo Júlio relembra:

Disseram que podíamos escolher os locais, e como muitos vizinhos queriam ir a Tenga e porque diziam que pelo menos lá haviam condições escolhemos eu e os outros irmos a Tenga. Na hora do vamos ver disseram que já não haviam espaços em Tenga e vieram nos deixar aqui em Mahubo, onde só havia mata quando chegamos era mata, tivemos que tirar daquele dinheiro e pagar pessoas para cortar as árvores. Meu irmão teve sorte, mesmo sendo meu vizinho na Malanga, acabou indo para Tenga. Mas, mesmo com os problemas resistimos graças ao apoio uns dos outros e estamos aqui de pé e aprendemos a caminhar sozinhos (conversa com Júlio, julho de 2019).

O fragmento de Júlio revela que houve a possibilidade de cada família escolher uma das três áreas de reassentamento, e o critério usado era a prevalência da vizinhança, factor que permitiria manter os vínculos anteriores. A oportunidade dada aos reassentados de escolher seus vizinhos virou uma medida paliativa já que com o reassentamento algumas famílias tiveram que se dissociar tanto por estar em zonas diferentes, assim como por questões de ordem económica e social. Sobre estes aspectos o PCA da empresa Maputo Sul numa comunicação pessoal em Setembro de 2016 argumentou:

Ao distribuir as parcelas de terra nos três locais de reassentamento, a Maputo Sul permitiu que todas as partes que desejassem viver próximas uma da outra (por exemplo, familiares ou amigos), o pudessem fazer através da atribuição de parcelas em terrenos adjacentes. Esta acção permitiu que muitas das famílias reassentadas mantivessem a sua rede de apoio e sentissem-se mais seguras nas suas novas casas. Em casos especiais de famílias extremamente vulneráveis, que foram trazidas à sua atenção (como o caso de uma doente mental e dos seus filhos, ou crianças órfãs), a Maputo Sul localizou as parcelas destas famílias entre os mesmos vizinhos que eles tinham na Malanga e construiu casas para eles (parte da comunicação dada aos medias nacionais em setembro de 2016, in Kiambo 2017: 28)

Através desta comunicação do Silva Magaia, PCA da empresa Maputo Sul, E.P na altura do projecto compreende-se que havia um cuidado padronizado e especializado em relação as relações e vínculos sociais, que por si só seriam um factor catalisador na rápida adaptação das famílias a nova realidade. Porém, esse confronto de racionalidade entre o depoimento do

reassentados e o enxerto acima levam a pensar que a lógica da noção de vizinhança que orienta as famílias, seja diferente da dos gestores do projecto, uma vez que a referência dos últimos parece mais alinhada com a unidade administrativa, do que com os significados atribuídos as relações estabelecidas com os pares.

O fragmento “*aprendemos a caminhar sozinhos*” da conversa com Júlio, revela que embora sujeitas as condições adversas, os reassentados decidiram de forma autónoma, uma visão de que os reassentados deviam tomar para si a reconstrução das suas vidas e seus espaços, sem depender do Estado e de outras entidades embora seja destes a responsabilidade. Porém, essa autonomia não se constituiria se não existisse coesão e união entre os afectados, enfatizadas pelas acções que sucederam a chegada no bairro tais como; criação duma comissão da comunidade para resolver questões pontuais de limpeza do bairro, organização dos arruamentos e construção de habitações para além da negociação para a electrificação e colocação de água no bairro.

Nesse novo contexto o quotidiano das famílias é modificado pela nova condição de vida, o ser reassentado, e as expectativas entram em confronto com a realidade que embora imposta torna-se concreta, exigindo dos sujeitos mais acções. Repensar em novos modo de agir, e olhar para o local de reassentamento como um lugar de possibilidades para garantir a manutenção da estrutura familiar se tornava mais do que uma acção mas uma necessidade.

Acções como escolher líderes e organizar grupos de apoio expressam o sentido de autonomia e a medida que o grupo se apresenta e se constitui como agente colectivo no quadro da disputa política, inicia também um processo de reconstrução e (re) significação do espaço apresentado como seu. Estes elementos emergentes no quotidiano das famílias como colectividade, podem representar aquilo que Appadurai (2004) chamou de técnicas genuínas de produção de localidade, que passam pela apropriação pela comunidade do espaço natural e dos recursos disponíveis para criar localidade da comunidade no novo contexto.

Deste modo a localidade produz-se de forma contrária às ideologias do projecto (estado e dos implementadores) e define-se num contexto de pertença espacial, apropriação e construção de identidades sociais. Compreende-se neste contexto, que a memória colectiva criada é recriada continuamente ao longo do tempo, por vezes de forma intensa, ganhando importância de tal forma que o passado é reinventado no presente e suas práticas são

presentes no quotidiano dos reassentados ou em momentos particulares, através de actos simbólicos como reprodução de comportamentos ou práticas costumeiras como a de ajuda mútua (como veremos adiante).

A produção da localidade corporiza-se através da construção de um novo sentido no novo espaço, fundindo a história e as memórias que unem as colectividades, as quais reconhecem naquele espaço um lugar deles, que se assume de tamanha importância e vitalidade para o grupo (cf. Appadurai 2004). A chegada das famílias em Mahubo ao mesmo tempo que resulta em caminhos trespassados por sacrifícios e perdas, explana também a esperança das famílias em reconstruir suas vidas e principalmente a conquista do tão sonhado espaço, idealizado como sinónimo de tranquilidade e estabilidade. Tal interpretação projectada no futuro, implica a expectativa de usufruir da terra, produzir e viver nela mantendo os alicerces para as gerações vindouras.

Pode-se perceber que o processo não foi de todo pacífico, embora sem violência são identificadas várias formas de resistir das famílias e de manifestação de poder pelo Estado que mesmo com os instrumentos jurídicos para materialização do processo fê-lo à margem da lei. Estes aspectos permitiram concluir que para além do lugar e das coisas, os afectados se constituíram como um campo de intervenção e tratados como objectos em nome do desenvolvimento. O discurso patente no processo de retirada das famílias embora baseado na consulta participativa, não levou em conta as possibilidades das famílias de decidir sobre si, aniquilou as relações sociais, simbólicas das pessoas com o lugar sem verdadeiramente incluir quem vivenciou o processo.

Os deslocamentos forçados se tornaram uma réplica da segregação sócio-espacial presente nas cidades, e no caso de Mahubo as famílias foram expostas à condições piores das que tinham anteriormente, negando-lhes o protagonismo e dando a terceiros a responsabilidade de decidir por eles onde viver. Com a modificação do quotidiano das famílias nasce um sentimento de pensar em novos modos de agir diante das situações impostas, e a partir daí as memórias se fundem com a história de luta colectiva e no novo espaço nascem manifestações de apropriação e construção de identidades colectivas (Cresswell, 2006).

O movimento recuperado através das narrativas e conjuntamente com as observações realizadas, possibilita apreender as vivências das famílias e as transformações sentidas nas

suas vidas assim como as dificuldades enfrentadas para garantir a reprodução social. O exercício para recuperar as trajetórias auxiliaram na compreensão sobre a organização social das famílias vivendo em áreas de reassentamento à luz da experiência dos homens e mulheres retratando esse cotidiano e propiciando ainda a reflexão sobre a limitada acção do poder público nesta área através da precária oferta dos serviços básicos a população.

Capítulo 5. Laços (des) feitos e novas formas de viver

Ao longo deste capítulo, longe de discutir a vitimização dos afectados, interessou descrever e analisar as experiências e as expectativas que o deslocamento forçado produziu e os mecanismos gerados para fazer face a nova realidade. A preocupação ao longo da pesquisa sempre foi procurar observar o todo e as partes, situando cada entrevistado dentro da sua unidade familiar e /ou na sua relação com o grupo.

Argumento que o novo começo representou uma oportunidade aos reassentados de retomar e recompor os laços de amizade, parentesco e vizinhança importantes para a integração social do grupo. A medida que são construídas as narrativas do embate de expectativas novos personagens e novos modos de agir passam a se construir remetendo a ideia de territorialização¹³. Esse constructo é baseado no princípio de que uma comunidade ao se encontrar no novo território é impossível que se refaça como cópia do que era antes, daí que é preciso que se tenha em conta a sua base territorial para perceber as mudanças pelas quais passa (Oliveira 1998).

5.1. O papel do Estado na integração dos reassentados

A entidade que no processo representou o estado foi a mesma responsável pelo processo de compensação e reassentamento das famílias no âmbito do projecto, a empresa Maputo Sul, E.P. Conforme referido anteriormente, a constituição da República de Moçambique e demais legislação reconhecem e protegem os direitos das comunidades que são titulares dos direitos sobre a terra e o direito de propriedade sobre os imóveis implantados nas zonas de impacto. Porém, contrariando as exigências legais, não foi praticado nenhum “desapossamento” dos bens, não foi praticado nenhum acto expropriatório dos direitos e bens das famílias reassentadas, facto que, à partida, suscitou dúvidas sobre a legalidade de todo o processo de reassentamento forçado. “O processo em si resultou numa relação conturbada entre a Maputo-Sul e as famílias removidas devido às inconsistências no processo, a falta de

¹³ Haesbaert (2002) define a territorialização como a construção de identidades enraizadas no território, qualificando diferenças e alteridade. Já as tendências do processo de desterritorialização é justamente a desintegração das identidades ao quantificar e homogeneizar. Contudo, não é objectivo deste estudo discutir esta dualidade se considerar a territorialização como um marco semelhança a localidade discutida no capítulo anterior. Por seu turno a desterritorialização pode ser vista no âmbito em que a empresa Maputo Sul considerou o local onde viviam as famílias como um espaço vazio ou como meio de gerar produtos do seu interesse.

envolvimento dos principais intervenientes, as incongruências nas datas da saída, e também das condições impostas as famílias para liberarem o local” (José e Manuel 2016:12).

A proposta de reassentamento apresentada preconizava a conciliação e participação das famílias no processo de negociação para favorecer melhores decisões, contudo não houve acordos e as decisões foram feitas à revelia dos afectados, o que gerou cisões entre a Maputo-Sul e as famílias. Esse cenário de conflito entre as partes, por um lado famílias que viam no espaço onde viviam um património familiar e doutro a Maputo-Sul representando o estado que via o mesmo espaço como propriedade, passível de valoração em dinheiro pode ser compreendido no contexto do entrelaçamento dos espaços através das relações de poder (c.f. Gupta e Ferguson 2000).

Deste modo, o silenciamento dado as formas de significação dos espaços pelos locais mesmo sem uso da força física, mas do poder dominador e repressivo pode ser visto como uma estratégia do estado para anular a resistência dos atingidos subalternizando as suas vozes (Bhabha 1991). A exclusão nos processos e a invisibilidade dada as reivindicações das famílias no quadro decisório, associados ao sentimento dominante de desamparo e abandono que afligem as famílias atingidas, coloca a Maputo-Sul no lugar de vilão.

Como entidade que supostamente devia zelar pelos direitos dos afectados, a Maputo – Sul, E.P colocou-se na posição de “alguém” que abandonou as famílias sem oferecer apoio e orientação, sendo por isso, vista como a principal culpada pela condição precária de vida das famílias, legitimada pelas promessas não cumpridas de oferecer condições melhores.

Em acções com consequências similares é natural que os atingidos coloquem expectativas em função do discurso que acompanha o projecto, fundado na ideia de melhoria permanente das condições de vida das famílias. Portanto, a gestão dessas expectativas deve ser obrigação de quem implementa o projecto, accionando estratégias de inclusão dos atingidos e não negar as famílias o direito de participar de todo processo que demande decisões sobre as mesmas. Este entendimento é discutido por De Vries (2007), o qual salienta que negar a legitimidade do desejo das pessoas é sacrificar a capacidade de discernimento e aspiração, e também uma forma de traição das promessas que a “máquina” do desenvolvimento coloca em movimento.

Enquanto processo de construção social o reassentamento subentende reciprocidade, onde as famílias cedem os seus espaços físicos, e por seu turno a gestora do empreendimento oferece outros espaços com condições dignas para realojar estas pessoas. “Os projectos de desenvolvimento devem caracterizar-se pela reciprocidade, os fazedores de políticas e os implementadores devem sempre adoptar mecanismos para que a troca seja retributiva, com ganhos principalmente para os atingidos directamente” (Sabourin 2011: 30).

Porém, no caso em análise tomando em conta a dicotomia troca/reciprocidade discutida por Sabourin (2011)¹⁴, o processo obedeceu a um movimento de troca, no caso de espaços por dinheiro que na perspectiva do autor é equiparada a trocas materiais. A reciprocidade por essa via consiste na satisfação das expectativas dos atingidos pela melhoria das condições enquanto promessas estabelecidas no “contrato”. Essa incompatibilidade entre as racionalidades pode gerar por um lado, cenários de insegurança, revolta e medo por parte dos atingidos tal como aconteceu com as famílias reassentadas. Por outro lado gera o silenciamento, o incumprimento das promessas como uma estratégia de imposição do poder, por parte de quem detêm o poder.

A ausência de reciprocidade foi sentida também pelos nativos que como anfitriões e atingidos indirectos do processo, provavelmente pela pressão sobre seus territórios mobilizaram-se de maneira a minimizar a marginalidade económica e social a qual estavam sendo expostos, chegando a ser hostis com os hóspedes.

Júlio um dos membros que liderou a comissão criada para discutir os direitos e os destinos das famílias reassentadas relata momentos difíceis aquando da chegada em Mahubo mostrando de certo modo surpresa em relação a forma como foram recebidos.

Os primeiros dias foram muito complicados, os donos das terras não nos queriam aqui, alguns até chegaram a ameaçar que não viveríamos neste lugar que era melhor nem construirmos. Não era o que esperávamos porque sabíamos que os que foram a Tenga tinham sido bem recebidos (conversa com Júlio, julho de 2019).

¹⁴ Sabourin entende que as relações de reciprocidade geram valores humanos que podem servir para equilibrar e regular relações sociais. A reciprocidade pode ser vista como uma relação mútua reversível entre dois sujeitos, que implica preocupação dos indivíduos em estabelecer vínculos e valores éticos, por seu lado a troca em vez de se preocupar com o outro, procura em primeiro lugar a satisfação do próprio interesse (Sabourin 2011: 35.)

O comportamento revelado no depoimento de Júlio reflectiu a falta de compreensão ou até mesmo a forma encontrada pelos nativos para contestar o facto das terras que eram de produção terem sido “usurpadas” pelo estado em nome de melhoria das condições. Essa hostilização embora pacífica pode ser compreendida como uma luta territorial não só pela preservação dos recursos, mas também como forma de proteger formas específicas de conduta e comportamento enraizadas na comunidade, que não podem ser tangíveis aos demais.

Em situações como a referida pelo Júlio a vulnerabilidade, leva ao desencadeamento de novas acções pelos atingidos e as preocupações ora latentes como gestão de expectativas, se intensificam e outras novas vão surgindo, cresce a insegurança, o medo, a ansiedade e estes servem como catalisador para o surgimento dum drama social. Este drama se caracteriza por uma situação conflituosa em que por um lado os atingidos com as expectativas frustradas se veem em situação de abandono e por outro lado, os nativos que tentam reafirmar sua posição de donos de lugar.

Ademais como reafirma Scudder (1973), a comunidade receptora dos deslocados deve ser incluída nos projectos de assistência e desenvolvimento, devendo também ser objecto de atenção por parte do empreendedor. Ou seja, deve incluir também sob sua responsabilidade aqueles afectados lateralmente ou que arcam com as externalidades da implantação do projecto.

Alfredo é oleiro há mais de vinte anos, possui uma oficina localizada em Mafuiane onde produz e vende os seus artigos. Na altura que o projecto chegou a Mahubo, Alfredo detinha uma parcela de terra, que através do acordo com a Maputo Sul cedeu parte dela para beneficiar aos reassentados, tendo ficado com outra parcela para uso habitacional dentro do bairro. Dado ao conhecimento que tinha do local, foi alocado como assistente dos técnicos que regulavam o abastecimento da água aos reassentados em 2016. Embora tenha havido um acordo entre os nativos e a Maputo Sul sobre a cedência de espaços para abrigar as famílias vindas da Malanga, houve momentos tumultuosos aquando da chegada das famílias no local de reassentamento, conforme Alfredo narra:

Houve confusão porque os donos das terras não queriam ninguém, mesmo com a presença de alguns técnicos da Maputo Sul, foi preciso que houvesse negociação entre os

novos e antigos moradores e a intervenção do régulo para explicar as vantagens que o projecto e o acolhimento dos novos moradores traria ao bairro (conversa com Alfredo, julho de 2019).

O depoimento de Alfredo reforçou a situação conflituosa referida por Júlio, mas há um elemento interessante no seu relato, a presença da entidade que sendo geradora do conflito e competindo arbitrariamente mostrou-se incapaz. Esses conflitos são características das desigualdades que emergem nas dinâmicas espaciais, entre a racionalidade do estado e projectos nacionais e a racionalidade das populações afectadas por esses projectos.

A implementação de reassentamento em áreas rurais¹⁵ como Mahubo implica operações de reordenamento espacial e de desestruturação habitacional, além das transformações sociais que advenham da implementação do projecto em benefício da comunidade anfitriã. Porém, essas práticas, conforme referem (Scudder 1973; Casal 1995) se acompanhadas de medidas inadequadas produzem rupturas entre o espaço e o social, resultante das lógicas contraditórias entre os imperativos nacionais e a lógica das comunidades rurais no quesito desenvolvimento.

Voltando a análise do relato do Alfredo, importa fazer referência ao facto do régulo da localidade ter sido importante na mediação do conflito, pode ser visto como uma clara alusão ao valor simbólico de integridade e respeito que impõe sobre os demais. Essas estratégias pacíficas encontradas pelos sujeitos que aparentemente uns são dominadores e outros dominados e dentro do mesmo sistema, em que o poder público os manipula, de certa forma revela como as pessoas podem construir e conviver dentro dum sistema com o qual não se identificam sem precisar sair. No caso de Mahubo o dominador comum é um projecto de desenvolvimento que exclui os sujeitos e cria estereótipos de tal forma que os reassentados fiquem numa posição desfavorável e marginalizada sem questionar a posição de quem implementa o projecto, naquilo que Bhabha (1991) considera uma tentativa de manutenção de redes hierarquizadas.

¹⁵Definição emprestada da Sociologia que caracteriza o espaço rural como um “local com baixa densidade de habitantes e habitações, com vegetação como paisagem predominante, cujo solo é usado economicamente para actividades camponesas” (Kayser 1990: 13).

5.2. Família e vizinhança como bases na construção de redes de apoio

Com o deslocamento as famílias reassentadas em Mahubo maioritariamente habituadas a trabalhar no comércio informal sentiram-se “forçadas” a uma reordenação das suas práticas e rearranjos nas rotinas por forma a adaptarem-se as condições do lugar. Daniel quando veio a Mahubo acabava de fazer um empréstimo no Banco para erguer um empreendimento num dos bairros em expansão na cidade do Maputo.

Depois de muito reflectir resolveu investir num estaleiro de venda de material de construção na vila de Boane, onde na altura da entrevista empregava mais dois jovens. Sobre a relação construída entre os familiares e vizinhos, Daniel referiu:

Para limpar os terrenos como tínhamos que tirar o dinheiro da mão-de-obra no valor da casa, preferimos fazer grupos de apoio¹⁶. Num dia juntávamos e limpávamos uma parcela e noutra limpávamos uma outra área. Aqui vim primeiro com minha esposa, meu filho mais novo ficou em casa do meu irmão para poder terminar o ano lectivo na cidade, mas nem todos conseguiram gerir a situação de ter que gerir escola das crianças na cidade e trabalho a vir viver aqui. Conheço quem vendeu o talhão por causa das condições daqui que não ajudam (Conversa com Daniel, Julho de 2019).

Percebe-se no depoimento de Daniel que as relações com os vizinhos e parentes foram fundamentais para algumas famílias, em especial, para Daniel que teve apoio do parente para receber o seu filho para que continuasse com os estudos. Essa possibilidade de distribuir os membros de seu agregado familiar entre parentes que pudessem ajudar a cuidar das crianças, adolescentes para não perderem o ano lectivo, assim como, movido pelas incertezas do novo modo de vida mostrou o grau de relações firmadas entre os afectados e seus pares.

Outro aspecto importante a ter em conta são os grupos de apoio que sustentam as relações de reciprocidade, por meio desses grupos as famílias com núcleos pequenos contam com o apoio dos vizinhos e outros parentes em actividades que demandem mais mão-de-obra do que a disponível. Esses grupos de apoio não são novos, embora em Mahubo ajam de modo diferenciado, já existiam antes da vida a Mahubo e tem nesse mecanismo acima citado um tipo de trocas cuja retribuição gera benefícios de ordem moral entre os intervenientes.

¹⁶ Grupo de apoio ocorre quando as pessoas com relações próximas de parentesco ou de vizinhança disponibilizam sua força de trabalho para realizar uma actividade comum na comunidade, em retribuição o grupo ajudado também se coloca a disposição para ajudar quando solicitado (Daniel, Mahubo 2019).

Todavia, nem todos se adaptaram a realidade imposta e como referiu Daniel alguns afectados venderam seus talhões e saíram em busca de outras alternativas. Este relato vem reforçar o estudo feito por Ozawa (2018), cujos resultados apontavam para a existência de famílias que teriam abandonado em definitivo as zonas de reassentamento, especificamente em Catembe, por motivos não identificados.

Diana esposa do Daniel gere o seu tempo entre os afazeres domésticos e a gestão de um empreendimento familiar construído com o empréstimo conseguido no banco. Sobre os desafios e as incertezas que caracterizaram a trajectória da sua família ao deixar seu local de origem, um território já conhecido para constituir novas formas de agir em um lugar diferente destacou o seguinte:

Foi difícil quando chegamos e como mãe ter que deixar meu menino longe, mas não me senti desamparada como somos todos da família. Pelo menos aqui ao lado vive o meu irmão mais velho e sua família, mais a frente um tio vizinho dos nossos pais em Inhambane que nos abrigou em Maputo quase nos conhecemos todos. A dado momento dava vontade de voltar, mas com o tempo as coisas acontecem. Sobre o estaleiro (risos), não vou mentir não esperava termos o estaleiro a fazer dinheiro, está a ajudar muito levou tempo mas já estamos a ver os frutos (conversa com Diana, agosto de 2019).

No relato de Diana está patente a ideia de que as relações entre as famílias têm a sua génese na vizinhança e parentesco construídas antes do projecto. Diana demonstrou estar satisfeita com o meio de rendimento da família, bem como com as relações existentes entre os membros da comunidade. A vida das famílias foi construída numa controvérsia entre o real e o ideal, onde as limitações da realidade mostravam as condições precárias do lugar que para além da falta de recursos pessoais e da fraca capacidade produtiva do solo, as famílias não contavam com o apoio do governo. Essa situação de vulnerabilidade pode ter servido para reforçar cada vez mais a solidariedade já existente entre as famílias e fortalecer acções colectivas em prol do bem comum. As acções colectivas no entanto, nem sempre subentendem ausência de conflito, pelo contrário a heterogeneidade de interesses individuais se colocados a margem podem concorrer para a fragmentação do colectivo como evidentemente aconteceu em Mahubo.

Caetano e sua esposa Celeste viviam na Matola-Rio e tinham sua machamba fonte de rendimento na zona de reassentamento, daí que não tiveram a mesma trajectória dos demais afectados directamente pelo projecto. Caetano e Celeste não conhecem outro ofício senão o

de camponeses, trabalhar com a terra, para além do terreno em Mahubo, dispõem duma vasta extensão de terra arável na entrada da vila de Boane, onde cultivam hortícolas.

As terras nas quais se encontram as famílias foram cedidas pelos nativos, e como parte do memorando de cedência abria espaço para que algumas famílias com áreas mais extensas, se instalassem na área habitacional do reassentamento. Caetano e sua esposa aderiram a ideia, inconscientes das dificuldades que encontrariam conforme relatou:

Não foi fácil, como não somos da Malanga os nossos vizinhos pensavam que não devíamos estar aqui, mas ao mesmo tempo sabiam que podiam contar connosco conhecíamos a zona, onde tirar água, conseguir pessoas que cobravam menos pra limpar os espaços, e com isso foram vendo que somos da paz. Hoje somos como irmãos porque mesmo com estórias diferentes estamos no mesmo local e a passar as mesmas dificuldades. Foi difícil mas agora podemos dizer “hitxemulile¹⁷” (conversa com Caetano, agosto de 2019).

O depoimento de Caetano mostrou que o casal vivenciou momentos de discriminação por não pertencer ao grupo já conhecido. Pode-se analisar essa atitude dos reassentados como um meio de exclusão de quem não passou pelo mesmo cenário, como se as suas características o fizessem não merecedor de integrar o grupo mesmo estando nas mesmas condições.

No entanto, ainda no mesmo depoimento ficou patente que o factor inclusivo para o casal, teve a ver com a possibilidade destes em prover ao grupo soluções práticas que beneficiassem o grupo como um todo. Os processos de aceitação de indivíduos por parte de grupos maiores envolve muitas vezes a questão do interesse, ou seja, o individuo deve ter para oferecer ao grupo elementos práticos que interessem ao mesmo e que possam trazer um diferencial, sendo que essa acção resulta numa construção de aliança baseada em confiança entre o grupo e o novo integrante.

Essa forma do grupo se rever em relação aos demais é um reconhecimento ao estatuto de reassentado não só pela condição de serem produto do mesmo processo, mas também da possibilidade de participarem das decisões que afectam o grupo como um todo.

A pertença a um grupo cria-se com a partilha de uma situação material tal como aconteceu com o informante, uma situação específica cuja maneira de pensar e agir confrontou-se com a do grupo elevando as características de integração ao trazer soluções

¹⁷ Hitxemulile tradução da autora da língua changana para o português que significa vencemos, alcançamos o que desejávamos.

para um bem colectivo. Esse espírito colectivo ou essas redes de apoio foi-se formando a medida que os sujeitos sentiam necessidade de reagir a determinadas situações compartilhadas cujos objectivos são comuns, situações essas que de forma individual não teriam o mesmo ganho que tem como grupo. Nesse processo de enfrentar as situações face a experiência do quotidiano iam-se identificando interesses e se construindo sujeitos colectivos, baseados em redes de suporte.

Para os reassentados, a colectividade serviu de estratégia de integração e de criação dos mecanismos de reprodução necessários para a sobrevivência do grupo, assim como para fortalecer o convívio com a vizinhança, família e ampliar a reciprocidade. Esse marco na vida deste grupo foi descrito também nas formas de resistir, de luta e de constituir como uma comunidade contra a remoção antes de se efectivar o reassentamento.

Tanto a Diana como o Caetano convergem na ideia de o local de reassentamento constituir uma possibilidade de alcançar os seus desejos, embora não tenha as mesmas condições da Malanga especialmente no acesso aos serviços básicos. Para estes informantes o facto de terem conseguido erguer suas casas, ter alguns negócios a funcionar, e terem suporte dos parentes e vizinhos tem um grande significado. Não obstante os relatos mostrarem que a ida para Mahubo se tornou um triunfo, tanto a nível pessoal quanto colectivo, por este lugar proporcionar uma melhor qualidade de vida, relativamente as habitações e saneamento, estes sujeitos envolvidos na luta trazem consigo as marcas dos momentos que viveram com o deslocamento e que ficaram para trás, mas que continuam presentes nas suas vivências. Todavia, o clima de harmonia que caracteriza os reassentados de Mahubo, segundo suas narrativas não significa dizer que não hajam alguns conflitos ainda que casuais dentro do grupo, conforme será visto na secção seguinte.

5.3. Liderança e organização social das famílias reassentadas

As trajectórias, experiências, condições económicas e familiares foram importantes na forma como as pessoas lidaram com a mudança para o novo lugar, mas o facto de terem sido submetidos à mesma experiência de deslocamento pode ter catapultado o sentimento de grupo, possivelmente capitalizado pelo processo reivindicativo.

Durante o trabalho de campo assisti a dois encontros que juntaram as famílias e as lideranças locais nos quais foram debatidos aspectos relativos ao processo de reassentamento, assim como ligados as relações entre vizinhos. Os encontros aconteciam sempre que se registava um problema geral ou específico nas disputas de familiares que exigisse a presença de uma autoridade para ajudar a solucionar os mesmos. O primeiro encontro ocorreu na primeira quinzena de julho, logo após o início do meu trabalho de campo e não fui autorizada a participar. Mais tarde fiquei a saber através da minha anfitriã Dulce que se tratava duma disputa de espaço que separava dois quintais, no qual um dos vizinhos construía o muro de vedação dentro do terreno alheio. Explica que são situações recorrentes, nesses casos é convocado o comité de aconselhamento para apurar os factos e juntamente com as famílias encontrar uma saída, e são chamados também testemunhas que podem ser os vizinhos de porta ou alguém idóneo que tenha presenciado os detalhes da disputa. Muitas disputas acabam em acordos entre as partes e até ao momento da pesquisa nunca tinham sido reportados casos em que fosse preciso envolver um agente externo.

A convite do secretário do bairro de Mahubo fui a assistir ao encontro convocado para dar a conhecer aos moradores sobre a construção do mercado. O encontro ocorreu num sábado nas primeiras horas do dia, no local onde se espera construir o círculo¹⁸ do bairro. Quando recebi o convite formalmente feito uma semana antes, tratei de perguntar ao secretário o que devia ou não fazer durante a reunião. A resposta que recebi foi que devia apenas observar sem anotar e evitar mexer no telemóvel. Pelas 7:30h daquele sábado o comité de aconselhamento se reuniu e conforme o esperado as pessoas foram chegando uma a uma murmurando, outras reclamando da perda de tempo. Uma vez apresentada no bairro e vista várias vezes em circulação, já não constituía surpresa para quase ninguém. Um homem de meia-idade ofereceu-me uma cadeira e pediu para sentar num canto afastado dos demais, enquanto o secretário iniciava a agenda do dia.

Percebi que havia uma hierarquia na hora de tomar a palavra e uma divisão na forma de sentar. Por um lado, os homens sentados em cadeiras e blocos de cimento, por outro lado, as mulheres sentadas separadamente dos homens em esteiras ou mesmo no chão. Enquanto permaneci no meu canto nenhuma pergunta foi feita sobre a minha presença, uma vez que o

¹⁸ Unidade administrativa que trata dos assuntos do bairro e onde são discutidos os assuntos da comunidade.

secretário explicou no início do encontro que a minha presença serviria apenas como veículo de inclusão no meu trabalho, das preocupações sobre a proposta apresentada de construir um novo mercado.

Sobre a hierarquia, independente da figura de administrador, quem inicia a reunião é o régulo ou o secretário do bairro, só depois a palavra é dada aos convidados. Existe no bairro uma comissão de moradores cujos membros foram eleitos pela comunidade num processo que privilegiou aspectos como conhecimento do processo de reassentamento, flexibilidade e a postura para falar em público. Esta comissão de moradores realiza encontros de auscultação, analisa os problemas e os que são passíveis de resolução são resolvidos internamente e de imediato, e os demais são apresentados á administração do distrito. Esses membros da comissão escolhidos passam a ter novas posições sociais conferindo-lhes *status* em relação aos demais.

Daniel foi um dos escolhidos pela comunidade para integrar a comissão e liderou na altura as negociações para a flexibilização da liberação das áreas, medições e indicações dos talhões que estavam atrasadas nesse período. Muitas famílias já tinham recebido suas indenizações e tinham apenas 45 dias para sair da Malanga e entregar a área à construtora, daí que algumas medidas para foram tomadas para resolver a situação e outras situações emergenciais que foram surgindo:

Junto com os outros colegas pedimos uma reunião com o Engenheiro Silva para ver se faziam o processo correr, principalmente trazerem água e nos ajudarem com o transporte de materiais tínhamos que fazer as coisas acontecerem ou veríamos nossos filhos e mulheres na rua (Conversa com Daniel, Agosto de 2019).

Há um sentimento de imperiosidade que acompanha a acção do líder em fazer aquilo que se esperava que fizesse, uma necessidade de trazer soluções que resolvam os problemas das pessoas. Durante a pesquisa constatei essa imperiosidade e naturalização da acção por parte dos líderes quando certo dia rompeu o tubo de canalização numa das ruas do bairro, e participado sobre o assunto o secretário do bairro saiu na sua viatura até a vila para trazer os técnicos por forma a resolver o assunto do rompimento.

Enquanto isso alguns homens e mulheres tentavam com meios próprios solucionar o problema ou minimizá-lo. Porém, enquanto uns se envolviam para encontrar soluções

localmente outros que não dividiam o mesmo sentimento de necessidade de participar, assistiam a situação e deliberadamente remetiam a resolução para uma instância superior.

Adelina reformada de 64 anos na altura da entrevista dedicava-se a agricultura, actividade da qual vive desde que foi a Mahubo onde vive com seus dois netos, todos trabalhadores na função pública. Convidada a falar sobre o papel dos líderes na resolução dos problemas durante o processo de negociação com a Maputo-Sul, reforça no seu relato a ideia de ter havido um envolvimento diferenciado em relação a resolução dos problemas, aspecto comum quando objectivos particulares não se intersectam com os do colectivo, ou quando há indiferença por parte de quem devia tomar as rédeas do seu destino.

Não gosto de confusão, só queria o meu espaço, sem barulho porque gosto de paz, nos tiraram de lá e vieram nos deixar aqui, só eles sabem porquê. O Daniel e os nossos rapazes lutaram, mas acho que foi certo (Conversa com Adelina, agosto de 2019).

Compreende-se com o relato, que a Adelina não participou activamente do processo, porém reconhece que existiram pessoas que lideraram o processo, ao mesmo tempo que ela se identifica com o grupo a partir da expressão “nossos”. A sua indiferença quanto ao envolvimento pode ser analisado sob duas perspectivas: (i) pode ser compreendida como manifestação de confiança sobre quem a representa e lidera o processo; (ii) denota que embora os reassentados sejam um grupo, existem diferentes percepções sobre a forma de estar e fazer, podendo ser um dos elementos que contribuiu para o surgimentos de algumas cisões dentro do grupo, conforme será apresentado mais adiante.

No entanto, o papel de liderar um processo cujas decisões ou soluções dependem de terceiros, torna-se complexo e desafiador principalmente quando há pressão de quem o elegeu conforme reconheceu Daniel.

Ser líder no meio de dificuldades foi um desafio, as pessoas aflitas só querem respostas positivas e muitas vezes isso depende doutros, em momentos de crise como carência de água ou quando havia roubos todas as noites, tentamos dialogar com a administração local e trazer respostas, mas também era preciso mostrar a comunidade que nós devíamos encontrar respostas aqui dentro (Conversa com Daniel, Agosto de 2019).

Percebe-se que o papel de líder é de extrema responsabilidade por representar os interesses de um grupo. Neste excerto nota-se que o informante sentiu muitas dificuldades para lidar com as pressões de quem o indicou e também com o desafio de gerir expectativas pessoais diante da responsabilidade incumbida. Assim sendo, pode se considerar a dimensão de líder

como alguém que deve conhecer o quotidiano daqueles que representa, ser capaz de articular entre o saber técnico e popular para lidar com as pressões cujas soluções muitas vezes dependem duma força externa.

Importa salientar que, o reconhecimento das qualidades de um líder tem a ver com a sua entrega, com a sua competência em avaliar as situações e encontrar respostas que assegurem estabilidade ao grupo. O exercício da liderança deve partir da articulação entre a competência prática e social dos indivíduos, e da capacidade do grupo em analisar e avaliar essas competências de tal forma que a partir dessa apreciação resultará em suporte do líder ou do contrário a rejeição, tal como referiu (Bourdieu 1989).

O papel do líder faz-se sentir também quando há conflitos internos e não necessariamente quando o problema vem de fora do mesmo. Nesse contexto a postura do líder é posta a prova, uma vez que o vilão não se encontra fora mas dentro do grupo e é conhecido, factor que demanda muita sensibilidade, paciência e tolerância na procura de soluções. Embora seja uma experiência que não pode ser observada, a gestão de conflitos entre casais sendo um evento privado ao se tornar público e discutido em fórum próprio, exige do líder a capacidade de julgar e ser imparcial sem conhecer os contornos que podem emergir desse acto social.

Os conflitos que emergem em zonas de reassentamento derivam sobretudo das inseguranças das comunidades nativas pela pressão demográfica que vão experienciar com o processo. Em Mahubo, os nativos além de não concordarem com a usurpação dos terrenos das suas machambas, suas reivindicações estão ligadas as falsas promessas conforme Vicente revelou:

Dizem eles que desde que chegamos tudo anda cheio, escola, hospital como se tivéssemos culpa, ainda dizem que não estão a ver as promessas que receberam do governo que as condições iam melhorar (Conversa com Vicente, agosto de 2019).

Há uma clara alusão a pressão demográfica sobre os serviços oferecidos e existentes no bairro que recebeu mais pessoas, mas no entanto, os serviços não foram ampliados. Por outro lado, estão as promessas que ao que consta fazem parte dum pacote que a Maputo Sul, E.P apresentou como benefícios à comunidade pela cedência dos espaços de cultivo para o reassentamento no âmbito do projecto da construção da ponte. Apesar das dificuldades as quais as famílias estiveram sujeitas no processo de chegada, além da exposição a fenómenos naturais como chuva e sol ou frio durante as noites e outros aspectos, pode-se considerar

como um espaço no qual os reassentados assumem suas lutas num processo colectivo, cuja condição de reassentado poderá ter possibilitado a construção duma nova identidade e se assumirem como donos do seu próprio espaço.

5.4. Lugares de circulação e de pertença no quotidiano dos reassentados

Os moradores do bairro Mahubo encontraram no seu novo lar, formas de expressar seu sentimento de pertença ao local. Esse sentimento não é expresso somente pelas habitações ou pelos objectos do lugar, mas principalmente pelos sistemas de relações que foram construídas e apreendidas através da experiência com o espaço e com as pessoas no lugar.

Valentina a primeira esposa de Vicente era contrária a posição do marido de ir viver em Mahubo, insistiu que deviam vender o talhão e ir comprar outro espaço perto da cidade, porque os gastos com deslocações para escola dos filhos, a alimentação e outras despesas tinham triplicado. Questionada sobre como se revê hoje em Mahubo, Valentina contou:

No início eu não queria vir para aqui, preferia continuar na nossa casa de caniço, perto da escola das crianças e a fazer minhas coisas, mas meu marido insistiu. Quando chegamos não tinha nada, nós construímos e fizemos este lugar, não há nada aqui que nós não saibamos como foi feito. Fizemos sem ajuda do governo o que nos deixa mais orgulhosos, é como um filho que o vês crescer dentro da barriga, nasce e mesmo na incerteza vai crescendo e quando dás por ti já está grande (conversa com Valentina, setembro de 2019).

A resistência mostrada pela informante converge com o pensamento de muitos quando se trata de enfrentar novas situações nas quais as crianças são expostas e a segurança da família é posta a prova. Porém, nota-se a satisfação e orgulho pelas conquistas alcançadas em relação a melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido o local se transformou numa oportunidade de viver experiências e alcançar coisas aparentemente inalcançáveis, as casas de papelão foram trocadas por habitações condignas com o mínimo de condições de saneamento e ambiente. As habitações em Mahubo embora construídas de forma particular contrastam em termos de estrutura com as que existiam na Malanga, sendo todas elas de alvenaria, em espaços parcelados, arruamentos definidos com as condições de saneamento minimamente organizadas.

Parece interessante a forma como o pronome “nós” foi empregado para se referir aos reassentados e suas relações, um pronome imbricado no património que invariavelmente expressam-no com um significado além do objecto, mas da relação dos sujeitos e seus direitos enquanto colectividade. No contexto aplicado é uma alusão a tudo o que existe no novo bairro construído pela comunidade, caso das habitações, das ruas, dos lugares de convívios ainda que simbólicos, de tal forma que para os reassentados tudo lhes pertence.

Esta situação leva a considerar que morar naquele lugar para os reassentados significa muito mais do que ter uma casa, é a representação da relação construída entre as famílias para compor o “nós” referido na narrativas. Esses lugares são construídos através de relações que se estabelecem no dia-a-dia entre os reassentados, ou entre estes e outros agentes externos.

Destacam-se através da observação de lugares que se tornaram referências para os moradores, como o talhão onde será erguido a administração do bairro, lugar onde acontecem as reuniões de moradores, a casa do secretário do bairro uma referência incontornável no bairro e o campinho de futebol que representa o equilíbrio dos jovens. Esses espaços de socialização servem para fortalecer os vínculos entre os moradores, expressos através da participação em reuniões com vista a resolver os problemas comuns mas também, como um movimento de resistência contra as diversas formas de actuação do poder do estado.

Relativamente aos lugares que fazem parte do dia-a-dia das famílias em Mahubo encontramos os serviços básicos de saúde através do centro e saúde de Mahubo, de educação através das escolas e a existência do pequeno comércio local abastecido pelo grande comércio na vila de Boane. As opções de lazer e de convívios situam-se entre os jogos de futebol e as idas a Vila de Boane ou a cidade da Matola.

No contexto em análise pode se dizer que o bairro está a ser construído pelos moradores como um lugar deles como recurso de posse, uma evidência clara da luta por pertença e vinculação com o local diante das adversidades enfrentadas com a mudança e readaptação a nova realidade. Porém estão presentes nas memórias, revelações de conflitos e diferenças características marcantes do processo de construção de território, uma vez que este necessita de nova forma de organização. A conquista de espaço (talhão) por parte dos reassentados configura-se como um caminho que logra a apreensão simbólica do lugar. Parece que morar ultrapassa a questão de ter uma casa, e se torna num direito conquistado e pelo qual as

famílias travaram lutas para usufruir. É a consciência duma conquista que outrora parecia inalcançável e a satisfação de compartilhar espaços e decisões com quem esteve lado a lado na luta.

Nesse contexto de luta para defender seu património, o grupo vai se reconstruindo colectivamente através da ocupação, do uso e manutenção, bem como da identificação com o lugar. Essa dinâmica segundo Little (2002) se torna um elemento unificador do grupo, daí que o “nós” enfatizado nas narrativas se apresenta no discurso como uma construção da colectividade.

5.5. (Re) construção de rotinas e novos modos de fazer dos reassentados

A mudança para Mahubo resultou na alteração das rotinas diárias e dos caminhos a percorrer, dado que no local de saída, a proximidade dos serviços básicos assim como a flexível mobilidade estavam facilitadas (Ozawa 2018). Observou-se que as relações estabelecidas principalmente entre as mulheres são baseadas em hábitos que revelam “intimidade”, marcas características de grupos domésticos que tem as relações de vizinhança e solidariedade largamente difundidos. Através das conversas matinais, dos empréstimos e cuidados com as crianças de outrem estão reproduzidas as relações de reciprocidade e solidariedade que de forma permanente são replicadas resultado da proximidade que os quintais e residências na Malanga permitiam.

Dulce vivia do comércio há mais de vinte anos, vendendo pães e badjias no mercado *nwakakana*¹⁹ em Maputo, de forma a ajudar a pagar as contas da família. Com a mudança e pelas características do bairro já não podia fazer o mesmo negócio o que a obrigou a procurar outra forma de vida conforme contou.

Apesar da minha idade não consigo ficar parada porque tenho que ajudar nas contas de casa, actualmente sou diarista, trabalho nas casas das famílias aqui e no bairro, lavo a roupa, engomo e cuido das crianças que os pais trabalham fora. Quando preciso a vizinha me arranja biscato na vila de Boane para lavar, engomar e cozinhar (conversa com Dulce, agosto de 2019).

¹⁹ Mercado localizado no anel da praça 16 de Junho no prolongamento da avenida 24 de Julho na cidade de Maputo, parte da sua área impactada pela construção da ponte Maputo- Catembe.

O entendimento que se pode ter do depoimento da Dulce é de que apesar da idade houve uma necessidade da nossa informante em encontrar uma nova forma de fazer a sua renda. Há um sentimento de procurar ter rendimento a qualquer custo, daí que as actividades domésticas do lar são replicadas noutras casas como forma de ganhar sustento.

Violeta além de esposa e mãe, a interlocutora tem uma rotina muito “corrida”, daí que devido a sucessivos adiamentos da conversa por incompatibilidade de horários, foi preciso travar o diálogo no seu local de trabalho. Violeta além de trabalhar como diarista na vila de Boane vende produtos diversos na parte traseira do mercado grossista do Zimpeto, juntamente com tantas outras mulheres.

Não tem uma banca física, mas segundo conta e que pode-se observar no local, cada espaço é pertença de alguém e não pode ser ocupado. Enquanto organiza os seus produtos num saco estendido por cima dum monte de areia, Violeta comunica-se gestualmente com outras vendedeiras. Sentada numa lata metálica vai contando sobre sua vida na Malanga, sobre sua família e inúmeras vezes é interrompida pelos clientes que perguntam pelo preço, apreciam o produto (uns compram e outros não). Enquanto desenrola a conversa sobre a rotina de vida, e sobre os caminhos que toma para ir ao mercado do Zimpeto vinda de Mahubo, Violeta explica:

No princípio Mahubo era longe, montei a banca de tomate em casa mas não deu, por causa da distância e das crianças pequenas só conseguia vir a Zimpeto uma vez e só no fim do mês, não era rentável. Com o passar do tempo, as crianças cresceram e fui estudando os caminhos e neste momento venho a Zimpeto três vezes por semana, e nos dias que não venho procuro trabalho de lavadeira na Vila. Igual a mim há muitos, como meu irmão que trabalha e estuda na cidade agora acorda as 4.30h, para poder chegar a horas na cidade. Não podia deixar o emprego mesmo com as dificuldades porque tem a esposa grávida e a sogra para cuidar (conversa com Violeta, outubro de 2019).

Tanto o depoimento de Violeta quanto o da Dulce revelaram os esforços empreendidos para encontrar novas formas de ganhar a vida. Essas novas rotinas exigiram sacrifícios por parte destas mulheres que além de trabalhar, cuidam das crianças e são esposas. A afirmação de Violeta referindo-se a rotina do irmão embora continue com as mesmas actividades (trabalho e estudos), assim como as mulheres, leva-nos a ideia embora clara, de que os homens também tiveram que mudar suas rotinas, implementando novas atitudes e modos de agir principalmente nos meios de rendimento. Júlio ora estofador trabalhava numa empresa de segurança, mas com a mudança de residência a cidade tornou-se inacessível, tanto pela

distância assim como pelos custos, dada a situação não foi lhe permitida a transferência tendo assim ido parar ao desemprego. Sobre as mudanças de rotina Júlio contou:

Não tive opção, com a distância e o custo de transporte não dava, atrasava ou não ia, acabei despedido. Tentei criar frangos mas o mercado local, não ajuda muito. Me arrisquei a voltar a fazer sofás, mas isso só por encomenda então faço biscoitos na vila de Boane, como ajudante de carregamento de mercadoria durante o dia e guarda de um armazém durante a noite (conversa com Júlio, setembro de 2019).

A mesma necessidade sentiu Wilson compadre do Daniel que afirma ter trabalhado como torneiro mecânico numa empresa privada na cidade do Maputo, donde pediu demissão pela ineficácia nos custos das idas e voltas diárias que não compensavam, porém, revela ter encontrado um outro caminho para a sua vida. Hoje trabalha como assistente de caixa e conta um pouco sobre suas peripécias:

Porque atrasava todos os dias o meu patrão reclamava, deixei de trabalhar por causa da distância e os custos de transporte que são altos. Com ajuda dum amigo do bairro antigo hoje trabalho como assistente de caixa num estabelecimento comercial na vila de Boane e até consigo ir a escola a noite (Conversa com Wilson, setembro de 2019).

Como pode se verificar nestes dois depoimentos, há um ponto em comum; o despedimento devido as distâncias e ao custo dos transportes. Nota-se que no primeiro caso o informante serve-se do seu conhecimento técnico de estofador para prover a renda, e no segundo caso o trabalho surge apenas como recurso para atingir a renda visto que o anterior ofício em nada tem a ver com o actual. Da análise depreende-se que os relatos dos informantes revelam uma vez mais as incertezas e inseguranças sobre o emprego no país e a forma como a situação empurra os indivíduos a adoptarem mecanismos para se autoafirmarem.

Outro elemento interessante a reter são as redes criadas entre os antigos e novos moradores, que no depoimento do Wilson deixa ficar a ideia de solidariedade ao conseguir o trabalho com ajuda dum amigo do bairro aparentemente hostil. Pode ser que essa ligação em nada tenha a ver com as relações criadas dentro do contexto do reassentamento, mas dá a entender que existem redes de suporte além das fronteiras físicas e barreiras sociais que circundam as relações sociais entre os dois grupos.

Em última instância pode-se dizer que essa heterogeneidade de experiências individuais dos reassentados leva a um universo de habilidades e saberes que vão se formando e moldando com a convivência ao longo das interações dos sujeitos que vivem no reassentamento e

constituindo o habitus de cada um. Deste modo os locais de reassentamentos tornam-se lugares para construção de novos elementos e de outros rearranjos sociais, como refere Carvalho (2001) o local de reassentamento passa a ser uma encruzilhada social, onde novas formas de socialização, novos saberes serão adquiridos, e muito dos saberes que foram se acumulando ao longo de suas trajectórias de vida poderão ser reproduzidos neste ambiente.

A partir desse momento, passam a se encontrar “face a face” nesse espaço físico, social, político, ambiental e económico que irão reproduzir seus meios de vida e de trabalho.

As narrativas revelaram que a mudança para Mahubo trouxe consigo alteração no modo de vida, “obrigando” as famílias a se reinventarem conseqüentemente em relação as rotinas diárias, aos hábitos e a migrar suas actividades tradicionais e readaptá-las a nova situação. No entanto, as actividades ora desenvolvidas não se resumem apenas a geração de rendimentos, mas são também uma oportunidade para as famílias estabelecerem relações de troca de favores e ampliar laços.

Capítulo 6. Produção da renda familiar e novas redes de apoio social

Neste capítulo analisam-se os sistemas productivos familiares com foco nas práticas económicas das famílias tendo em conta as opções productivas para geração de renda. A análise das estratégias considerou a perspectiva de Sahlins (1997) sobre continuidade social em contextos de mudança. Para tal tomou-se em consideração a forma como cada pessoa e/ou família faz o ajuste das novidades do novo contexto, às experiências anteriores, principalmente no que toca ao padrão das actividades geradoras de renda .

Ao longo da pesquisa foram analisadas as adversidades enfrentadas pelas famílias assim como reflectiu-se sobre as mudanças sofridas, que analiticamente aparecem como campo de possibilidades para a reestruturação familiar e como espaço das experiências sociais e culturais.

Ao descrever os vários aspectos que compõem o capítulo argumenta-se que as estratégias de reprodução social das famílias reassentadas em Mahubo são variadas e dependem, por um lado, dos factores internos às famílias, como a capacidade empreendedora diante dos recursos disponíveis, o tamanho do agregado, as relações sociais e, por outro lado, dos factores externos relativos ao contexto como o acesso aos meios de produção de bens e serviços.

6.1. Redes de suporte como estratégias de sobrevivência

As transformações nos hábitos e costumes das famílias resultantes do reassentamento abriu a necessidade de se estabelecerem novas redes de solidariedade. Nos capítulos anteriores explorei as várias manifestações de solidariedade e união que caracterizam a vivência dos reassentados baseada na coesão entre os membros, reflectida principalmente no período de chegada a Mahubo. Além das relações interpessoais, intrafamiliares e de grupo existem muitas redes de solidariedade que se formam na vida das famílias um dos quais a igreja que pelo seu papel simbólico na educação moral das famílias e da sociedade se torna um marco preferencial na vida urbana assim como rural.

Lizete de 34 anos de idade é mãe de uma criança 08 anos de idade. Ela trabalha como empregada doméstica na cidade da Matola, se revela uma pessoa temente a Deus e todos aos domingos assiste o culto junto com os seus irmãos da igreja. A conversa com a interlocutora

acontece por acaso quando durante o meu percurso em campo várias vezes o seu nome é citado como alguém com quem devia conversar por participar activamente da vida social e religiosa. Cresceu a minha curiosidade quando recebi seu convite para uma vigília em casa duma família do bairro. Lizete se configura uma pessoa bastante extrovertida e nossa conversa inicia-se com ela contando um episódio da sua vida sobre o qual refere jamais esquecer. Sobre o episódio Lizete narrou:

Eu sou uma pessoa de Deus, mas no dia quando me ligaram para voltar para casa pensei no pior, afinal nessa altura meus filhos tinham que estar em casa. Graças a Deus o meu vizinho viu o fumo e arrombou a porta para apagar o fogo, nem imagino o que podia ter acontecido. Tudo o que perdi recebi de volta, o colchão e as roupas, os meus irmãos da igreja me ofereceram. Os vizinhos são a família que construí desde que cheguei de Gaza, e naquele dia percebi que tenho mesmo família (conversa com Lizete, Outubro de 2019).

O depoimento da Lizete reforça a ideia de que é preciso ser amiga dos amigos porque são estes que ajudam na hora do aperto. Não distante da experiência da Lizete presenciei no meu percurso um episódio em que uma mulher idosa que se encontrava doente precisava ser levada ao hospital e enquanto os vizinhos colectavam dinheiro para conseguir pagar um carro para levar a senhora ao hospital, um grupo religioso fazia orações em sua residência. Interessante neste episódio é que esta colecta prolongou-se até ao outro lado do bairro, onde residem os nativos que aparentemente não tem boas relações com os reassentados, como Júlio referiu:

As situações que ocorrem principalmente as de doença e morte não estabelecem fronteiras entre as duas comunidades. Quando eles precisam contam connosco e nós também contamos com eles (conversa com Júlio, Agosto de 2019).

Tal como no caso da Lizete o episódio observado remete a ideia de que existe uma preocupação entre os vizinhos de zelar uns pelos outros, principalmente nos casos associados a problemas de saúde e morte. Um aspecto de realce nos dois depoimentos é a menção da igreja ou de grupos religiosos como suporte para situações difíceis em que as pessoas precisam de consolo e apoio espiritual. Neste contexto as igrejas podem funcionar como um dos tipos de redes de solidariedade mais importantes uma vez que para além de dar suporte social, espiritual e moral em momentos difíceis, inserem-se em grupos sociais mais abrangentes do que a família o que pode constituir um veículo de inserção noutras redes sociais significativas (c.f. Da Costa, 2007).

Existem para além das relações citadas outros elementos constitutivos da vizinhança como a troca de favores, empréstimos de bens e outros tipos de ajuda feita de forma mútua. Na minha experiência etnográfica observei inúmeras vezes empréstimos e circulação de utensílios domésticos (ralador, pilão e panelas) partilha de recursos (água, alimentos). As redes de vizinhança construídas funcionam como um elemento de integração dentro dum ciclo que envolve retribuições, cuja negação por parte de um dos elementos em disponibilizar um favor, quebraria o ciclo. Tal solidariedade gera uma dívida moral que os reassentados esperam ser retribuída quando também estiverem numa situação semelhante. Essa relação de empréstimos entre vizinhos assemelha-se ao ciclo de dádivas de Mauss (2003a) quando analisou a presença da dádiva como um valor que estabelece conexões entre indivíduos e grupos em sociedades tradicionais.

Outra questão observada diz respeito a vedação dos espaços que compõem os quintais. A delimitação dos terrenos é feita através dum espaço contíguo que pode ser de arame farpado, caniço ou parede de blocos, em alguns casos com custos repartidos e outros não. Dulce tem o seu quintal delimitado por um muro de blocos em relação aos três vizinhos, dos quais os dois laterais não tem a vedação de blocos como continuidade. Quando decidiu colocar a vedação informou os vizinhos, mas os mesmos mostraram-se impossibilitados de fazê-lo. Sobre a forma de contornar a situação, Dulce referiu:

Quando decidimos colocar o muro, por causa das galinhas dos vizinhos que estragavam a horta, conversei com as minhas vizinhas, mas ninguém estava em condições de participar e entendi afinal cada pessoa tem sua vida. Mas o meu vizinho de lá de trás ajudou com os blocos e água para fazer o muro de separação (conversa com Dulce, Setembro de 2019).

Conforme depoimento da Dulce percebe-se que embora haja uma consciência de partilha de custos pelo bem comum, neste caso o muro de vedação existe a ideia de que os objectivos particulares de cada família, mesmo pertencendo ao mesmo grupo podem diferir derivados de vários motivos. Por outro lado, embora não tenha muro de vedação de blocos no seu quintal, Júlio tem uma percepção contrária sobre a questão da partilha de custos do muro vedação.

Estou a me organizar para colocar um muro e assim que possível vou construir sem precisar compartilhar com o vizinho porque acho que os assuntos do meu talhão só eu posso resolver. Também não podemos esquecer que essas coisas criam barulho cada um

tem sua vida, e não quero ter barrulho com os meus irmãos por causa disso (conversa com Júlio, Agosto de 2019).

A afirmação de Júlio revela que nem todos estão de acordo com a partilha, e a existir para causar desacordos melhor seria assumir o risco para evitar conflitos com os vizinhos. Tanto Dulce assim como Júlio mesmo com ideias diferentes convergem na ideia de que a partilha não pode ser de imposição e há que respeitar que nem todos dividem os mesmos objectivos ao mesmo tempo.

6.2. As relações dos reassentados com o entorno e com a cidade

Ao observar a organização interna dos reassentados nota-se que alguns aspectos particulares que vivenciaram no período anterior ao reassentamento foram reproduzidos no novo contexto, como a solidariedade entre vizinhos, a forma de exploração dos espaços com pequeno comércio, o estabelecimento de regras e princípios consensuais de convívio. Nesta secção interessa olhar para a forma como pessoas com experiência de viver em ambiente da cidade de Maputo fizeram para reorganizar as suas vidas num contexto como Mahubo com características rurais.

No dia-a-dia, as famílias recorrem frequentemente a Vila de Boane, a Cidade da Matola e a Cidade de Maputo. As motivações dessas idas conforme nossos informantes tem a ver com trabalho diário, estudos, compra e venda de produtos, o uso dos serviços bancários para levantamento e depósitos de valores, o lazer e as festas religiosas. Maria trabalha na farmácia local como ajudante de limpezas, sobre as necessidades que a levam a recorrer a outros pontos fora do Mahubo refere:

Muitas vezes vou a Vila para fazer compras de coisas básicas para o mês, açúcar, feijão, arroz coisas que realmente preciso porque o dinheiro nunca chega (risos). Algumas vezes para depositar ou levantar dinheiro no Banco ou Mpesa²⁰ ou para visitar familiares no Maputo (conversa com Maria, Agosto de 2019).

A motivação apresentada por Maria reforça a intersecção entre as actividades e necessidades dos reassentados com o entorno, este que possui maior disponibilidade de serviços e maior acessibilidade dos preços, uma vez que o mercado local é abastecido a partir da vila ou das cidades Maputo e Matola, o que encarece os produtos com o custo de transporte. Por seu

²⁰ Tipo de banco ligado a uma rede móvel que permite efectuar pagamentos de serviços, compras entre outros movimentos usando telemóvel

lado, Gilda vizinha e prima da Maria reforça e acrescenta os motivos que a fazem procurar serviços fora do bairro.

Vou a cidade todos os dias para abrir minha banca e vender os produtos. Saio de casa as 4h vou ao mercado grossista no Zimpeto e trago os produtos frescos para a Banca. Minha filha está a estudar na Matola, sai de casa as 5h e faz o percurso Mahubo-Vila-Cidade da Matola e vice-versa (Conversa com Gilda, Agosto de 2019).

Analisando os dois depoimentos nota-se que embora indispensáveis, as idas e vindas à cidade tem a ver com as necessidades limitadas de cada família. Pode se associar essa limitação de circulação como factor aliado aos custos de transporte e a disponibilidade de serviços complementares. Para fazer face as movimentações algumas informantes referem ter encontrado uma estratégia que tem vindo a reduzir os custos domésticos principalmente de transporte, conforme explicitado na narrativa da Joana.

Somos um grupo de cinco amigas e fazemos um acordo que semanalmente ou quinze dias juntamos o dinheiro e só uma pessoa se desloca a cidade. Compra os bens a grosso e repartimos assim sai em conta (conversa com Joana, Agosto de 2019).

Essa estratégia encontrada por essas mulheres só é possível se a convivência for baseada em confiança, e é um indicativo de como pessoas que vivem em colectividade interagem na busca de soluções para os seus problemas. Outro aspecto que força os reassentados a saírem do bairro além das actividades diárias de rendimento, é a deficiência ou ausência de serviços públicos que suportem a demanda. Apesar de contar com o centro de saúde local, também vão à cidade para atendimento médico nos casos mais graves ou para atendimento mais especializado, recorrendo para tal ao Hospital Provincial de Maputo localizado na Matola Rio, ou outros nos arredores.

O meu sogro sofreu um AVC há seis meses, por causa do tratamento e fisioterapia que só pode fazer no HCM transferimos ele para casa dum familiar na cidade do Maputo. Há dois meses com ajuda dum senhora experiente ajudamos uma vizinha a dar a luz em casa, não temos maternidade (Conversa com Joana, Agosto de 2019).

O depoimento da Joana vem reforçar a questão do fraco acesso aos serviços básicos referido nas narrativas das famílias resultante do incumprimento das promessas. Na mesma direcção analiso o argumento acima, dentro dum perspectiva da operabilidade das relações sociais emergentes tanto com família como o caso dos parentes que cuidam do sogro da Joana, assim como com a vizinhança, quando referido o caso da matrona que ajudou a mulher a dar o parto.

Os reassentados em Mahubo não vivem isolados da sociedade, sendo por isso afectados pelas inúmeras transformações que vieram com o tempo, daí que usam de todos os mecanismos existentes para manterem-se conectados. A televisão e a rádio são importantes veículos de comunicação e de integração e são essas informações veiculadas por esses meios que repercutem no quotidiano dessas famílias, actualizando-as sobre os acontecimentos do país e do mundo, ajudando a redefinir valores, costumes e comportamentos tradicionais. As notícias chegam a partir dos canais nacionais de televisão e rádio cujas informações influenciam e subsidiam as conversas de esquina, tal como foi observado durante o trabalho de campo.

Conforme observado em campo a campanha eleitoral que culminou com as eleições gerais que tiveram lugar a 15 de Outubro de 2019 se tornou o denominador comum das conversas de esquina e que de alguma forma levantaram alguma inquietação em relação a pesquisa devido a coincidência temporal com o fenómeno. Porém, conforme referido no capítulo da metodologia, a confiança criada com os informantes permitiu que a pesquisa decorresse mesmo nesse momento de inquietações. Apesar da crescente e necessária inter-relação e inserção na vida externa ao bairro, sobretudo pelas necessidades de trabalho, o acesso a escolas, bancos, igrejas, compras e vendas, entre outras, é dentro da comunidade que as famílias se organizam socialmente privilegiando as relações familiares e de vizinhança estabelecidas maioritariamente antes da ida a Mahubo.

6.3. Estratégias de suporte e geração de renda nas unidades domésticas

Ser membro de uma unidade social e de residência (Pina-Cabral, 1991) significa participar na divisão social das actividades de geração de renda, onde se destaca o reconhecimento da autoridade do pai e/ou da mãe como chefes da família, cabendo ao casal o maior empenho nas diversas actividades diárias como forma de garantir o sustento da família e educação dos filhos.

O responsável da família geralmente é quem assume a maior carga de trabalho dentro do grupo de residência²¹ buscando de forma incansável pelas diversas formas de geração de

²¹ Conjunto de pessoas que vivem na mesma casa (unidade de residência) que mantêm entre si laços sejam de consanguinidade ou aliança. (Pina Cabral, 1991)

renda. Porém, é também responsável pelo envolvimento dos demais membros na prossecução dos objectivos estabelecidos pelos membros das unidades de residência. As crianças mais velhas aprendem desde cedo que devem ajudar nas actividades em casa cuidando dos mais novos ou ajudando nos ofícios dos seus pais.

As actividades desenvolvidas muitas delas tem a ver com as relações sociais desenvolvidas, nas trocas de favores e nas baseadas nas experiências adquiridas no meio urbano. Diferentemente da cidade onde o leque de oportunidades é acrescido, em Mahubo as famílias aprenderam a conjugar os esforços e potencialidades individuais resultando na prática de diferentes actividades.

Valentina, esposa do Vicente, divide o seu tempo entre a medicina tradicional e a machamba da família que se encontra na zona baixa de Mafuiane, a qual faz questão de partilhar com os seus filhos conforme referiu:

Todas as manhãs quando vou a machamba levo de forma alternada os meninos para me ajudarem, enquanto os outros ajudam nas tarefas de casa, vão a escola. O pai me apoia, enquanto vamos a machamba ele vai a sua oficina fazer a sua parte. Queremos que eles estudem muito e aprendam outras coisas também pra quando já não estivermos aqui (conversa com Valentina, setembro de 2019).

Na mesma direcção da Valentina, o relato da Joana retrata a importância de envolver os filhos desde cedo nos afazeres domésticos sem deixar de lado os direitos que os mesmos têm. Além do seu esposo e filho, Joana cuida dos seus dois sobrinhos com os quais partilha um negócio familiar, uma mini mercearia localizada em frente da escola primária e gerida por eles depois das aulas. Sobre quem gere os rendimentos mensais da família Joana revela:

O único com rendimento fixo é o meu filho, eu vivo da costura e o meu marido da sua estofaria. O meu filho paga a conta da água e energia, a comida quando temos dinheiro compramos em quantidade, mas quem sempre dá o valor das comidas é o papá daqui de casa. Mas também ajudo com os rendimentos da banca e do que consigo (conversa com Joana, agosto de 2019).

Percebe-se que há um roteiro de inserção dos filhos nas actividades domésticas e produtivas, que se assemelha ao itinerário que os pais também vivenciaram na sua infância e adolescência, no entanto, agora as crianças dividem o tempo entre o trabalho e a escola, o que não aconteceu com os seus pais porque os estudos eram inacessíveis nessa altura. Outro elemento importante nos depoimentos da Valentina e da Joana é o peso dado a escola, que pode ser analisado como uma forma que os pais tem de promover oportunidades para os seus

filhos por forma a terem um futuro diferente dos pais encontrando trabalhos menos penosos e com maior remuneração.

A gestão dos rendimentos familiares ainda que implícita parece ser dividida entre os membros da família embora o papel de responsável e zelador esteja alienado a figura masculina de esposo. As mulheres e outros membros participam na gestão a partir das suas actividades de geração de rendimento ou de apoio, mas sempre tomando como o centro a figura do esposo/pai como o elemento que deve ser apoiado. Vicente que possui as duas esposas a coabitar explicou como funciona a gestão doméstica da sua família nos seguintes termos:

A mais velha [primeira esposa] é quem gere a casa e o dinheiro das contas domésticas. A cada dia dou aquilo que é preciso juntando o que consigo ganhar e o que elas tem se tiverem para adquirirem os alimentos para o dia. Não há guerra aqui, cada uma conhece o seu lugar. (Conversa com Vicente, Setembro de 2019)

O depoimento do Vicente reforça a ideia das esposas Valentina e Violeta sobre a participação delas nos rendimentos e sobre a hierarquia existente dentro da família. Embora seja o Vicente o gestor das contas e das despesas, é a mulher que define para que despesas deve ser usado o valor. Há uma ideia contida nas conversas com a Violeta (a mais nova) e na observação em campo da forma como as duas mulheres se relacionam, que existe uma hierarquia tanto no modo de referência “mana” assim como no respeito pelas decisões domésticas e sobre as crianças.

Para algumas famílias reassentadas particularmente as com um agregado mais numeroso e pouco produtivo, a pequena parcela de terra não oferece perspectiva de permanência de todos os membros familiares. Nessa perspectiva a insuficiência do rendimento mensal para suprir as necessidades do grupo pode ocasionar conflitos internos, desintegração estrutural por exemplo quando a família tiver que transferir um filho em idade escolar para casa dum familiar devido aos custos de transporte ou mesmo quando por falta de oportunidades de emprego são pressionadas pelo ambiente social. Tal como Mahubo, outros pontos do distrito de Boane e não só, ressentem-se da falta de oportunidades de emprego e aliada a pressão demográfica no seio das famílias resulta em migrações temporárias ou definitivas dos jovens para cidade de Maputo e até para os países vizinhos.

Diogo tem 22 anos é cobrador de chapa²², mudou-se para Mahubo juntamente com a sua madrasta Dulce e a família do seu irmão Daniel, porém, durante este período separou-se duma mulher com a qual tem um filho, o que o obrigou a procurar outra casa. Em conversa com Diogo que na altura da pesquisa visitava sua madrasta no bairro Mahubo, falando sobre as oportunidades de emprego e as formas encontradas para gerar renda, Diogo referiu:

Não há trabalho para os jovens nem aqui e nem na vila. Aqui em casa já estava a me desentender com a minha velha, arranjei um sítio na Matola gare e fiz um quarto, agora venho visitar e trazer algumas coisas para aqui para casa (conversa com Diogo, setembro de 2019).

O relato do Diogo mostra que os membros do agregado tem suas responsabilidades para manter a família unida, e no caso dum agregado desproporcional aos rendimentos pode gerar conflitos pela pressão que os demais membros sofrem por parte de quem não contribui. Conforme depoimento a saída do Diogo para Matola Gare onde agora reside pode ter diminuído o conflito uma vez que mesmo distante contribui com o rendimento para manter a família.

No caso em alusão nota-se que embora o filho tenha saído e formado sua própria família, passando a ter como prioridade a manutenção da própria família, não o impede de continuar a ajudar os pais, evocando a perspectiva teórica do conceito de família utilizado nesta pesquisa. Por outro lado, há casos em que são os filhos que moram distantes e não estão em condições financeiras estabilizadas que recebem ajuda dos pais, como o caso do Vicente cujo filho encontra-se a estudar numa universidade na província de Nampula. Além de estudar, o filho também trabalha para se sustentar, mas Vicente referiu: *“Como pai mesmo não tendo muito quero participar até ele se formar, não quero pra amanhã dizer que os pais não participaram dos seus estudos”*.

Ao participar das despesas formativas do seu filho, o informante sente-se cumpridor da sua responsabilidade como pai, mas esta acção também pode ser interpretada como uma forma de participar da vida social do filho para fazê-lo lembrar que tem uma família que enquanto precisou esteve lá. A saída dum membro, principalmente filho para estudar, trabalhar ou formar nova família apesar de reduzir a capacidade produtiva da família em alguns casos, pode tornar-se numa estratégia para manter estabilidade interna da família. Os relatos do

²² Nome vulgarmente atribuído ao transporte semi-colectivo de passageiros

Diogo assim como do Vicente reforçam a ideia da Costa (2011) que ao analisar as estratégias de reprodução social de famílias em Maputo, concluiu que havia continuidade das relações sociais entre os membros de uma família que vivem em lugares diferentes.

Além das estratégias de suporte dentro das famílias há outras actividades relacionadas a geração de renda para ajudar familiares que não vivem no mesmo espaço físico mas com quem tem uma relação de proximidade, a título de exemplo o caso de Violeta, que contou nos seguintes termos:

Tenho uma banquinha de carvão e lenha em casa da minha prima que vive na outra rua. Montei o negócio para o meu sobrinho, uma vez que a mãe é desempregada e viúva. Então ela tira água e leva pra as pessoas que não aguentam e com isso lhe pagam alguma coisa para levar para casa. O que ganham na banquinha ajuda a ela e os filhos e sempre que consigo alguma coisa da vila reparto com eles e com a minha família (conversa com Violeta, Outubro de 2019).

A partir do depoimento da Violeta pode se depreender que a preocupação com quem é considerado família ultrapassa os limites físicos da partilha do mesmo espaço. Há uma necessidade da informante em garantir a estabilidade familiar a partir de trocas retributivas, na qual o sobrinho presta um favor que é retribuído de forma moral. Esses pequenos negócios desenvolvidos internamente são importantes porque complementam a renda familiar.

Os dados apresentados neste capítulo através de exemplos concretos do dia-a-dia, caracterizam as diferentes vias pelas quais os discursos e as práticas consolidam as estratégias de sobrevivência e reprodução social das famílias em Mahubo. Estes exemplos espelham os mecanismos que possibilitam a articulação entre as diferentes lógicas nas práticas e nas estratégias de vida de cada indivíduo como um ser e como membro da família. Percebe-se que as famílias combinam uma diversidade de actividades resultantes da experiência trazida da Malanga, no entanto, há incorporação de novos modos de fazer que são influenciados pelos saberes formais ou informais que os indivíduos possuem e pelo contexto.

Embora algumas estratégias accionadas pelas famílias sejam novas, existe nas actividades desenvolvidas (comércio, prestação de serviços, a existência de redes de apoio entre outros), aspectos implícitos, que mostram haver continuidade no padrão das estratégias de reprodução social utilizadas na Malanga, ora usadas em Mahubo.

Capítulo 7. Considerações finais

Esta dissertação analisou as transformações que ocorreram no modo de vida das pessoas deslocadas e reassentadas em Mahubo, e permitiu compreender o reassentamento como um recurso usado nos discursos desenvolvimentistas para colocar as famílias e suas expectativas à margem, em detrimento dos interesses dos implementadores. Em virtude disso, famílias são obrigadas a adaptar-se a novos contextos, e nesses encontros e desencontros criam e recriam modos de vida.

O trabalho procurou olhar para as experiências dos reassentados e a partir das narrativas e da observação do quotidiano dos mesmos, analisar as mudanças ocorridas na vida das famílias e perceber de que forma estas mudanças afectaram as suas vidas, sobretudo no que toca as estratégias produtivas e de reprodução social. Para compreender essas mudanças foi preciso partir das inter-relações que se estabelecem entre os reassentados, fazendo a reconstrução das narrativas e observando aspectos do dia-a-dia sobretudo os ligados as actividades produtivas. Deste modo foi fundamental analisar a família uma vez que é nesta unidade social onde comportamentos e atitudes são moldados e também são desenvolvidas práticas e estratégias de diversa ordem (Bourdieu 2001).

As estratégias de sobrevivência e reprodução social mereceram uma abordagem multidimensional e relacional com vista a compreender a forma como as famílias se organizam e como desenvolvem as práticas e estratégias que lhes permitem fazer face a situação adversa com a qual foram confrontadas. Recorreu-se ao modelo analítico da Socioantropologia do desenvolvimento (Sardan 2001, 1995; Bierschenk 2008), como uma ferramenta elucidativa para analisar as dinâmicas de interacção entre os actores envolvidos no processo, as famílias atingidas e a Maputo Sul, tomando em conta os aspectos normativos da implementação e as expectativas das famílias em relação ao projecto. Percebeu-se portanto, que o discurso que acompanhou a implementação do projecto e a retirada das famílias foi baseado no uso da linguagem técnica com recurso ao termo “reposição” característica particularmente desenvolvimentista, a qual associou-se também o silenciamento dos sujeitos através do poder do estado.

Na análise dos mecanismos que as famílias accionaram para fazer face a realidade em Mahubo, as diversas práticas sociais como; as trocas, os grupos de apoio e a organização social evidenciam-se como os efeitos que surgiram com o reassentamento e notabilizam-se por sustentar as práticas sociais dos membros das famílias. Partindo das narrativas referentes as trajectórias sobre o deslocamento, os momentos que antecederam o reassentamento indicam que a saída da Malanga não foi de todo pacífica, e o discurso que acompanhou o processo de retirada das famílias não levou em conta as possibilidades das famílias de participar e decidir sobre como e onde viver.

Os dados confirmam que o reassentamento é, antes de mais, um processo top-down, em que as pessoas são forçadas a deixar o seu território familiar sem que tenham qualquer participação nessa tomada de decisão. Essa imposição de poder é muitas vezes confrontada com manifestações de resistência, que resultam em dominação e silenciamento por parte de quem detêm o poder sobre o outro colocado no lugar de oprimido.

Em Mahubo um dos aspectos que muito pesou nos novos locais de residência diz respeito à perda da rede de apoio da vizinhança e a forma de lidar com as rotinas diárias. Por exemplo, algumas famílias viram-se obrigadas a deixar seus filhos nas casas de parentes e vizinhos na Malanga ou outros bairros na cidade do Maputo. Outras porém, sem essa possibilidade devido a rotina diária em Mahubo deixavam os filhos com os vizinhos, o que implicou criar novas relações depois que se foram distanciando de outras pessoas com quem tinham relações anteriormente. Estes aspectos apresentados permitem argumentar que para além do lugar e das coisas, os afectados se constituíram como um campo de intervenção e tratados como objectos, característica comum em projectos de desenvolvimento. Esta constatação coloca em questionamento a forma como os implementadores dos projectos fazem chegar as informações aos atingidos, e como estes últimos são incorporados no processo decisório sobre as suas vidas.

Porém, longe de discutir a vitimização dos reassentados pelo projecto, olhou-se para o reassentamento como um local de interacções sociais, onde emergem conflitos mas também oportunidades. Portanto, mais do que pensar na reestruturação económica foi preciso pensar

sobre que condições foram produzidas pelas famílias para reconstruir as suas vidas e como têm feito para se reinventarem socialmente.

Os dados mostram que a chegada a Mahubo tal como descrito nos capítulos 4 e 5 significou por um lado mudanças nos modos de vida, nas rotinas diárias e nas relações das famílias, por outro lado, a continuidade e fortificação dos laços e das redes de solidariedade. Constatou-se porém, o enfraquecimento de algumas práticas antigas como por exemplo, as conversas matinais de quintal resultantes da contiguidade dos quintais, a conciliação de novos e antigos modos de organização gerando assim novas maneiras de pensar e agir. Observou-se que a vida social é caracterizada por redes de relações de solidariedade e demonstrou-se como a vizinhança e a igreja por exemplo, como veículos de inserção tem um papel fundamental nas estratégias de sobrevivência e reprodução social. Este olhar permitiu compreender os processos dinâmicos que estão na origem das formas pelas quais as famílias agem, e desenvolvem as actividades assim como os modos de interacção com os seus pares.

A interacção entre os reassentados e os antigos residentes de Mahubo deu lugar a novas relações de sociabilidade, apropriação e reconstrução de identidades. O local de reassentamento tornou-se assim num lugar para construção de novos saberes, de rearranjos sociais e de práticas que revelam as experiências individuais e colectivas reproduzidas no novo ambiente.

A resposta sobre o questionamento central da pesquisa levou a analisar a problemática da pesquisa a partir das actividades de geração de renda das famílias e sobretudo das estratégias de sobrevivência e reprodução social desenvolvidas.

A análise das estratégias e práticas accionadas pelas famílias para garantir a sobrevivência permitiu perceber as formas pelas quais indivíduos deslocados e colocados numa situação de recomeço, são capazes de usar os conhecimentos e experiências a seu favor para prover acções produtivas que os permitam reproduzir-se socialmente.

A análise das transformações no modo de vida das famílias, baseada nas estratégias de reprodução social permitiu perceber á luz das contribuições de Sahlins (1997), aspectos de continuidade nalgumas actividades desenvolvidas, estas que carregam consigo novos valores dentro do novo contexto que é Mahubo. Notou-se que as famílias procuram sustentar-se

economicamente combinando uma diversidade de actividades com recurso aos saberes e experiências trazidas da Malanga, tais como: o comércio, prestação de serviços (diarista, cobrador de chapas entre outras) e compras em grupo.

Nisto foi possível ver que há uma continuidade no padrão das estratégias de reprodução social das famílias, ou seja, elas continuam com algumas práticas que tinham na Malanga. No entanto, embora alguns informantes continuem adoptando o mesmo padrão de estratégias, outros passaram a adoptar novas práticas e alguns ainda, a conjugar as antigas e novas estratégias no local de reassentamento. As diferentes estratégias encontradas pelas famílias para agir constituem-se como os mecanismos que orientam as lógicas produtivas, e resultam da articulação dos factores internos (organização da família) e externos (as redes de apoio, as condições do mercado e o apoio da família).

Conclui-se portanto que, as famílias reassentadas em Mahubo tiveram que se reinventar e combinar diversas formas e modos de agir como estratégias para sobreviver e reproduzir-se socialmente. Esses novos modos são fundamentalmente marcados pelas redes de apoio e reciprocidade pré-existentes ou construídas nas relações interpessoais.

Esta diversidade de discursos, pessoas e hábitos trazidos ao longo da dissertação são numa primeira instância marcas óbvias da existência de Mahubo. A partir das narrativas descritas entende-se porém, que é na combinação dos vários olhares e percepções que reside a peculiaridade das famílias reassentadas em Mahubo e que dão substância ao trabalho.

Ao longo da análise sobre as estratégias familiares aspectos relacionados ao poder, controlo e autonomia despontaram de forma sútil, e entendemos que esses aspectos podem abrir caminhos para futuras pesquisas. Em suma as representações contidas nas narrativas dos entrevistados espelham as diferentes lentes usadas pelos reassentados para ler o processo de reassentamento, cujos resultados nos eximimos de essencialismos.

Referências Bibliográficas

- African Development Bank. 2003. *Involuntary Resettlement Policy*. Abidjan: African Development Fund.
- Amaro, Rogério. 2003. “Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da Teoria à Prática e da prática à Teoria”. *Cadernos de Estudos Africanos* 4: 35-70.
- Appadurai, Arjun. 2004. *Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema.
- Arce, Albert e Long, Norman. 2007. “Forging a New Anthropology of Development: Common Ground and contention issues”. In: Bierschenk Thomas et al (orgs). *Une Anthropologie entre Rigueur et Engagement*. Paris/Leiden: Karthala/APAD.
- Augé, Marc. 1978. *Os Domínios do Parentesco*. Lisboa: Edições 70.
- Bartolomé, Leopoldo. 2001. “Combatiendo a leviatan. La articulación y difusión de los movimientos de oposición a los proyectos de desarrollo hidroeléctrico en Brasil (1985 – 1991)”. In Balazote, Alejandro; Maria Catullo e Juan Carlos Radovich (eds.) *Anthropología y grandes proyectos en el MERCOSUR*. La Plata: Editorial Minerva.
- Bhabha, Homik. 1991. “A questão do Outro: Diferença, Discriminação e o Discurso do Colonialismo”. In: Buarque De Almeida, Heloisa (Org.) *Pós-modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Editora Rocco. Pp. 177-203.
- Bierschenk, Thomas. 1988. “Development Projects as Arenas of Negotiation for Strategic Groups: a Case Study from Bénin”. *Sociologia Ruralis* 28 (2-3): 146-160.
- _____. 2007. “Enchêvetrment des Logiques Sociales: Jean –Pierre de Sardan, um anthropologue du”development”. In: Bierschenk Thomas et al (orgs). *Une Anthropologie entre Rigueur et Engagement*. Paris/Leiden: Karthala/APAD.
- Bilac, Elisabete. 1993. *A Família e a Fragmentação do Social. Natureza, História e Cultura. Repensando o Social*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – SBS.
- Bosi, Ecléa. 1994. *Memória e Sociedade: lembrança dos velhos*. São Paulo: Cia das Letras.

- Bourdieu, Pierre. 1989. *O Poder Simbólico: Memória e Sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- _____. 2001. *Razões Práticas: sobre a Teoria da Ação*. Oeiras: Celta.
- _____. 2011. *O Senso Prático*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, Pierre e Passeron, Jean-Claude. 2009. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Tradução de Reynaldo Bairrão. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Bruschini, Cristina e Ridenti, Sandra. 1994. Família, casa e trabalho. *Cadernos de Pesquisa* 88: 30-36.
- Burke, Peter. 2000. *História e Teoria Social*. São Paulo: Unesp.
- Carneiro, Marcelo Sampaio. 2012. Práticas, Discursos e Arenas: Notas sobre a Socioantropologia do Desenvolvimento. *Sociologia e Antropologia*, 2 (4): 129-158.
- Carvalho, José Jorge de. 2001. “O Olhar Etnográfico e a Voz Subalterna”. *Horizontes Antropológicos* 7 (15): 107-147.
- Casal, Adolfo. 1995. *Antropologia e Desenvolvimento, as Aldeias Comuns de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Cernea, Michael. 1995. Understanding and preventing Impoverishment from Displacement - Reflections on the State of Knowledge. *Journal of Refugee studies* 8 (3): 245-264.
- _____. 1997a. *African Involuntary Population Resettlement in a Global Context*. S/L. The World Bank: Environment department papers.
- _____ 1997b. *The risk and reconstruction model for resettling displaced populations*. Washington, DC: The World Bank.
- _____ .1999. *The Economics of Involuntary resettlement – Questions and Challenges*. Washington, DC: The World Bank.

_____. 2003. For a New Economics of Resettlement: A Sociological Critique of the Compensation Principle. An Exchange on the Compensation Principle in Resettlement. *International Social Science Journal* 55 (175): 37-45.

Cernea, Michael e McDowell, Christopher. 2000. *Risks and Reconstruction: Resettlers and Refugees Experiences*. Washington D.C: World Bank.

Colson, Elizabeth (1994), *Development Refugees: Indians, Africans and the Big Dams*, Oxford: University of Montana, the Refugee Studies Program.

Colson, Elisabeth e Scudder, Thayer. 1982. "From Welfare to Development: A Conceptual Framework for the Analysis of Dislocated People." In: Hansen A. and Oliver-Smith (eds). *Involuntary Migration and Resettlement*. CO. Boulder: Westview Press.

Cornwall, Andrea. 2010. "Introductory Overview – Buzzwords and Fuzzwords: Deconstructing Development Discourse". In: Cornwall, Andrea and Deborah Eade (org). *Deconstructing Development Discourse: buzzwords and fuzzwords*. UK: Practical Action Publishing, pp. 1-18.

Costa, Ana. Bénard e Rodrigues, Cristina. 1999. "Estratégias de sobrevivência de famílias em Luanda e Maputo". In: Oppenheimer, Jochen e Raposo, Isabel. *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri.

Costa, Ana Bénard. 2007. *O Preço da Sombra: Sobrevivência e Reprodução Social entre Famílias de Maputo*. Lisboa: Livros Horizonte.

_____. (2011). "Famílias de Maputo: processos de mobilidade e transformações urbanas". *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, 3 (23): 177-192.

Cresswell, Tim. 2006. *On the Move: Mobility in The Modern Western World*. New York: Routledge.

Dabas, Elina. 2001. *Red de redes: las prácticas de la intervención en redes sociales*. Buenos Aires: Paidós.

De Certeau, Michel. 1994. *A invenção do cotidiano. 1 Artes de Fazer*. Rio de Janeiro: Vozes.

De Vries, Pieter. 2007. *Don't compromise your desire for Development! A Lacanian/Deleuzian Rethinking of the Anti-Politics Machine*. New York: Routledge.

Noce, Luis Gustavo Della. 2013. *O Reassentamento como Factor de Transformação Urbana: O Papel do Capital social e das Redes Sociais*. Recife: ANPUR.

Downing, Theodore. 1996. "Mitigation Social Impoverishment when People are Involuntary Displaced." In: McDowell, Christopher (orgs.). *Understanding impoverishment – the consequence of development-induced displacement*. Oxford: Berghan Books.

Eckert, Cornélia e Rocha, Ana da . 2003. "O Antropólogo na Figura do Narrador". *Habitus*, 1(2): 395-420.

Escobar, Arturo. 1995. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press.

_____. 1997. Anthropology and Development. *International Social Science Journal*, 154: 497-515.

Ferguson, James. 1994. *The anti-politics Machine: "Development", Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Fonseca, Cláudia. (2000). *Família, Fofoca e Honra. Etnografia de Relações de Género e Violência em Grupos Populares*. Porto Alegre: UFRGS.

Fortes, Meyer. 1974. *O Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico*. Brasília: UnB.

Foucault, Michel. 1980. *Du gouvernement des vivants*. Cours au Collège de France, 1980/1981. Paris: Bibliothèque Générale du Collège de France.

_____. 2003. "A Verdade e o Poder". In: Machado, R. (Org.) *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Fox, Robin. 1986. *Parentesco e Casamento: Uma Perspectiva Antropológica*. Lisboa: Vega Universidade.

- Gertz, Clifford. 1989. *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- German, Laura; Schoneveld, George e Mwangi, Esther. 2011. *Processes of large-scale land acquisition by investors: case studies from sub-saharan Africa*. UK: Sussex University.
- Goldman, Márcio. 2006. *Alteridade e Experiência: Antropologia e Teoria Etnográfica. Etnográfica*. Lisboa: CRIA.
- Gomez, Cristina. 2002. *Procesos Sociales, Población y Familia: Alternativas Teóricas y Empíricas en las Investigaciones Sobre la Vida Doméstica*. México: Miguel Angelo Porrúa.
- Governo da Província do Maputo. 2017. Perfil do distrito de Boane. Disponível em: <http://www.pmaputo.gov.mz/index.php>, acessado a 16 de Fevereiro de 2020.
- Gow, David. 2002. “Anthropology and Development: Evil Twin or Moral Narrative”? *Human Organization*, 61 (4): 299-313.
- Gupta, Akhil. e Ferguson, James. 2000. “Para Além da Cultura: Espaço, Identidade e Política da Diferença”. In: António Augusto Arantes (Org.) *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papiрус, pp. 30-49.
- Haesbaert. Rogério. 2002. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto/UFF.
- Hammersley, Martyn & Atkinson, Paul. 2007. *Ethnography: Principles in Practice*. 3ª ed. New York: Routledge.
- Hérieter, Françoise. 2000. *Two Sisters and their Mother: The Anthropology of Incest*. S/L: MIT Press.
- Heyl, Barbara Sherman. 1997. *Talking across the differences in collaborative fieldwork: unanticipated consequences*. *The sociological Quarterly*, 38 (1): Pp. 1-18.
- Hueting, Roefie. 2008. “Why environmental sustainability can most probably not be attained with growing production”. In: First International Conference on Economic De-Growth for Ecological Sustainability and Social Equity. Paris: S/Ed.
- Human Rights Watch. 2013. “O que é uma casa sem comida? O Boom da Mineração de carvão e o Reassentamento”. Disponível em <http://www.landportal.org>. (Consultado em 06 de Dezembro de 2020).

Instituto Nacional de Estatística. 2012. Anuário Estatístico. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística. 2019. *IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017: Resultados Definitivos*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

IBRD/World Bank. 2016: *Involuntary resettlement, Emerging Lesson*. Washington, D.C: S/Ed.

José, Cristiano e Manuel, Lino. 2016. *Ponte Maputo-Katembe: Análise Jurídica do Processo de Reassentamento*. Maputo: Centro Terra Viva.

Kayser, Bernard. 1990. *La Renaissance Rurale: Sociologie des Campagnes du Monde Occidental*. Paris: Armand Colin.

Kiambo, Wanjiku. 2017. *Questões de Género e Equidade na Prática e Política de Reassentamento Involuntário devido à Aquisição de Terras para Investimentos Económicos de Grande Escala*. Maputo: Centro Terra Viva.

Latouche, Serge. 2011. *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*. Lisboa: Edições 70.

Lewis, David. 2005. *Anthropology and Development: The uneasy relationship*. London: LSE.

Li, Tania. 2007. *The Will to Improve: Governmentality, Development and the Practice of Politics*. Durham, NC: Duke University Press.

Lima, Antónia. 1999. *Grandes Famílias, Grandes Empresas: Ensaio Antropológico sobre uma Elite de Lisboa*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. [Dissertação de doutoramento].

Little, Paul. 2002. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade. *Série Antropologia*,322. Brasília: Dan/UnB.

Loforte, Ana Maria. 1996. *Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa [Dissertação de doutoramento].

Long, Norman. 2001. *Development Sociology: Actor Perspectives*. London: Routledge.

_____. 2007. *Sociologia del desarrollo: Uma Perspectiva Centrada em el Actor*. México, D. F: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social.

- Lopes, Juarez Rubens e Gottschalk, Andréa. 1990. *Recessão, pobreza e família: a década pior do que perdida. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade.
- Mauss, Marcel. 2003a. *Ensaio Sobre a Dádiva: Forma e Razão Da Troca Nas Sociedades Arcaicas*. São Paulo: Cosac & Naify.
- _____. 2003b. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Mburrugu, Edward. 1994. “Dislocation of Settled Communities in the Development Process: The Case of Kiambere Hydroelectric Project”. In: Cook, Cynthia (orgs.) *Involuntary Resettlement in Africa: Selected Papers from a Conference on Environment and Settlement Issues in Africa*. Washington: The World Bank.
- McDowell, Christopher e Morrell Gareth. 2010. *Displacement – Beyond Conflict*, S.l.: Berghan books.
- Montali, Lilia. 2000. “Família e Trabalho na Reestruturação Produtiva: Ausência de Políticas de Emprego e Deterioração das Condições de Vida”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 15 (42): 55-75.
- Mosca, João e Selemene, Tomás. 2011. *El dorado Tete – Os Mega-Projetos de Mineração*. Maputo: CIP.
- Negi, Nalin e Ganguly, Sujata. 2011. *Development Projects. Internally Displaced Populations in India: a Literature Based Appraisal*. Bielefeld: COMCAD.
- Oliveira, João Pacheco de. 1998. “Uma Etnologia dos Índios Misturados? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais”. *Mana* 4 (1): 47-77.
- Oliver-Smith, Anthony. 2009. *Development and Dispossession: The Crisis of Forced Displacement and resettlement*. S.L: School for Advanced Research Press.
- Olivier de Sardan, Jean-Pierre. 1988. “Peasant Logics and Development Project Logics”. *Sociologia Ruralis* 28 (2-3): 216-228.
- _____. 1995. *Anthropologie et Développement: Essai en Socio-anthropologie du Changement Social*. Paris: APAD/Karthala.

_____. 2001. “Les Trois Approaches en Anthropologie du Développement”. *Revue Trois Monde* 168: 729-754.

_____. 2005. “Classic ethnology and the socio-anthropology of public spaces. New Themes and old methods in European African Studies”. *Africa Spectrum*, 40: 485-497.

_____. 2005. *Anthropology and development. Understanding Contemporary Social Change*. London: Zed Books.

Ozawa, Eri. 2018. “Debaixo da Ponte: Impactos Sociais do Reassentamento Populacional na Catembe”. *Observatório do Meio Rural. Destaque Rural*,32: 1-6.

Pina Cabral, João. 1991. *Os Contextos da Antropologia*. Lisboa: Difel.

Rebouças, Lídia. 2000. *O Planejado e o Vivido: O Reassentamento de Famílias Ribeirinhas no Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Fapesp/Annablume.

Reis, Maria José. 2001. “Espaços, Vivências e Identidades. Os camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá”. In: Balazote, Alejandro; Catullo, Maria e Radovich, Juan Carlos (eds.). *Antropoloia y grandes proyectos en el Mercosur*. La Plata: Editorial Minerva.

Sabourin, Eric. 2011. Teoria da Reciprocidade e Sócio-Antropologia do Desenvolvimento. *Sociologias*,27: 24-51.

Sahlins, M. (1997). “O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objecto” em via de extinção (parte II)”. *Mana*, 3(2), 103-150.

Scudder, Thayer. 1973. “Summary: Resettlement”. In: Ackermann, White e Worthington (Eds). *Man-Made Lakes: Their Problems and Environmental effects. Geophysical Monograph Series*, 17: 707-719.

Scudder, Thayer. 2005. *The Future of Large Dams: Dealing with Social, Environmental, Institutional and Political Costs*. London: Eartyhscan.

Segalen, Martine. 2000. *Sociologie de la Famille*. 5ª ed. Paris: Armand Colin.

Selemane, Tomás. 2015. *O Acesso à Informação na Indústria Extractiva*. Maputo: Sekelekani.

- Sêne, Aline. Gonçalves. 2004. “UHE de Lajeado: um estudo do cotidiano do reassentamento de Luzimangues”. COOPTER - Diagnóstico Agronômico, Económico e Social. Tocantins: Palmas.
- Sillitoe, Paul. 2010. “Participant Observation to Participatory Development: Making Anthropology work”. In: Sillitoe, Paul, Alan Bicker and Johan Pottier (eds.) *Participating in Development: Approaches to Indigenous knowledge*. London and New York: Routledge.
- Singh, Simpreet. 2013. *The Impacts of Urban Resettlement on Children: a Case Study on the Mumbai Urban Transport Project, Funded in part by the International Development Association*. Washington: Bank Information Center.
- Shiva, Vandana. 2002. *Water Wars, Privatization, Pollution and Profits*. Cambridge: South End Press.
- Spivak, Gayatri. 2010. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Tedesco, João Carlos. 1999. *Terra, Trabalho e Família: Racionalidade Produtiva e Ethos Camponês*. Passo Fundo: EDIUPF.
- Thabane, Motlatsi. 2000. “Shifts from Old to New Social and Ecological Environments in Lesotho Highlands water Scheme: relocating residents of the Mohale Dam area”. *Journal of Southern African Studies* 26 (4): 633-650.
- Windsor, James e Mcvey, James Alexander. 2005. “Annihilation of Both Place and Sense of Place: The Experience of the Cheslatta T’En Canadian First Nation within the Context of Large-Scale Environmental Projects”. *The Geographical Journal* 171 (2): 146-165.
- World Bank. 2000. *Involuntary Resettlement: The Large Dam Experience*. Washington, DC: World Bank (Operations Evaluation Department).
- Wet, Chis de. 2006. *Development-induced Displacement – Problems, Policies and People. Studies in Forced Migration*. S/L: Berghahn Books.
- Woortmann, Ellen. 1995. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. Brasília: UnB.
- Yntiso, Gebre. 2008. “Urban Development and Displacement in Addis Ababa: The Impact of Resettlement Projects on Low Income Households”. *Eastern Africa Social Science Research* 24 (2): 53-77.

Zhour, Andrea. 2011. *As Tensões do Lugar: Hidroelétricas, Sujeitos e Licenciamento Ambiental*. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais.

APÊNDICES

Apêndice 1: Perfil Demográfico dos entrevistados

Designação	Sexo	Estado civil	Idade	Composição do agregado ²³	Ocupação
Dulce	Feminino	Viúva	52	5	Doméstica
Daniel	Masculino	Casado	28		Funcionário Público
Diana	Feminino	Casada	23		Doméstica
Júlio	Masculino	Casado	48	5	Estofador
Joana	Feminino	Casada	46		Modista
Vicente	Masculino	Casado	64	9	Pintor
Valentina	Feminino	Casada	50		Médica tradicional
Violeta	Feminino	Casada	36		Empregada doméstica
Teobaldo	Masculino	Solteiro	36	N/A	Técnico físico
Lizete	Feminino	Solteira	34	N/A	Empregada doméstica
Adelina	Feminino	Viúva	64	N/A	Camponesa
Diogo	Masculino	Casado	26	N/A	Cobrador de chapa
Alfredo	Masculino	Casado	46	N/A	Oleiro
Maria	Feminino	Viúva	37	N/A	Auxiliar de limpezas
Caetano	Masculino	Casado	56	N/A	Camponês
Celeste	Feminina	Casada	54	N/A	Camponesa
Gilda	Feminina	Solteira	36	N/A	Comerciante
Wilson	Masculino	Solteiro	36	N/A	Assistente de caixa

Fonte: Dados do trabalho de campo (Agosto-Outubro 2019).

²³ Referente ao número total de indivíduos vivendo no mesmo domicílio, somente aplicável para as famílias permanentes da pesquisa conforme apresentado no perfil dos entrevistados (vide capítulo da Metodologia).

Apêndice 2: Guião de Entrevistas aos Reassentados

- Apresentação pessoal e familiar (idade, estado civil, ocupação, composição do agregado)
- Percurso/trajectórias de vida antes do reassentamento?
- Como soube do projecto da ponte, suas impressões?
- Como foi o processo de remoção (intervenientes, actividades e acções de mobilização)
- Como foi a chegada a Mahubo?
- Que mudanças experimentou com a vinda a Mahubo.
- Como é viver em Mahubo?
- O que mudou e o que estão fazendo para lidar com as mudanças (estratégias de sobrevivência)
- Como organiza o trabalho dentro da família?
- Nomeie o que lhe marcou neste processo
- Já houve ou há projectos de ajuda trazidos com o reassentamento?

Apêndice 3: Guião de Observação

Ambiente físico

- Habitações, os espaços entre as casas
- A configuração das ruas e das casas
- Instituições existentes (escolas, hospitais, fontenários etc.)

Relações interpessoais

- Como se relacionam (homens e mulheres, crianças e adultos)
- Como se comunicam
- O que fazem, como fazem e onde fazem as actividades (rotinas diárias)
- Como circulam e que meios usam
- Como resolvem seus conflitos